

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

MARIA DO CARMO SOARES D'OLIVEIRA

**GÊNERO E DESENVOLVIMENTO:
TRAJETÓRIAS DE QUATRO GERAÇÕES DE MULHERES
DO SERTÃO DA PARAÍBA**

RECIFE

2011

MARIA DO CARMO SOARES D'OLIVEIRA

**GÊNERO E DESENVOLVIMENTO:
TRAJETÓRIAS DE QUATRO GERAÇÕES DE MULHERES
DO SERTÃO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes
Callou

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria de Nazareth
Baudel Wanderley

RECIFE

2011

Ficha catalográfica

D664g D'Oliveira, Maria do Carmo Soares
Gênero e desenvolvimento: trajetórias de quatro gerações
de mulheres do sertão da Paraíba / Maria do Carmo Soares
D'Oliveira. – 2011.
156 f. : il.

Orientador: Angelo Brás Fernandes Callou.
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2011.
Inclui referências, anexo e apêndice.

1. Desenvolvimento rural 2. Gênero 3. Políticas públicas
4. Extensão rural 5. Trajetórias de vida I. Callou, Angelo Brás
Fernandes, orientador II. Título

CDD 303.44

MARIA DO CARMO SOARES D'OLIVEIRA

**GÊNERO E DESENVOLVIMENTO:
TRAJETÓRIAS DE QUATRO GERAÇÕES DE MULHERES
DO SERTÃO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito final para a obtenção do título de mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Profº Dr. Angelo Brás Callou
Orientador

Profa Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley
Coorientadora
Universidade Federal de Pernambuco

Profa Dra. Maria de Fátima Paz Alves
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires
Universidade Federal Rural de Pernambuco

DEDICO

À Beatriz, minha filha;
À Ruth, minha co-madre e amiga;
À Marilene, minha mãe;
Didi (in memoriam), minha madrinha;
À agricultora Josefa Barros (in memoriam), minha avó;
mulheres de várias gerações que, em diferentes tempos e lugares,
lapidaram minha humanidade.
Às Terezinhas, Marias, Zefinhas, Sebastianas, Severinas, Quitérias,
Mulatins, Marlenes, Luizas, Antonias, Lindalvas, e Zabés;
entre tantas sertanejas que cuidando de gente, de roçados,
tangendo cabras, fazendo arte e comercialização, ensinaram-me a
*âni*ma das mulheres camponesas.
Ao meu pai Ceci (Sebastião) pelo afeto e exemplo de retidão.
Às pessoas simples que resistem e “não baixam a cabeça” ante as
injustiças.

AGRADECIMENTOS

À Angelo Brás por me instigar à disciplina acadêmica; Fátima Paz e Maria Luiza pela receptividade e disponibilidade em contribuir na discussão do meu trabalho e a Nazareth pelos incentivos para que eu voltasse à academia, pelo reconhecimento e disposição de escuta ao que eu poderia elaborar sobre as vivências rurais do Sertão da Paraíba.

À Dona Terezinha e demais mulheres das quatro gerações de sua família: Maria de Lourdes Sousa, Maria de Lourdes, Maria José, Geruza, Maria de Fátima (in memoriam), Ana (in memoriam), Edna, Elza, Joana D’Arc, Joanatan, Paizinha, Carol, Eduarda, Luana, Natália, Raphaele, Heloisa, Jéssica, Rebeca e Mônica, que abriram suas casas e suas vidas e se fizeram presentes nas veredas que percorremos a partir do Sítio do Melo, do lote e de Sumé.

Aos homens da família de D. Terezinha, das novas gerações: Severiano, Tonho, Nena, Marcos, Marcone, Damião, Fábio e Rubinho pela oportunidade da tessitura de contrapontos.

Aos queridos e queridas colegas do Posmex que a partir dos diversos lugares e fases de nossos percursos profissionais, acadêmicos e de maturidade pudemos construir uma convivência de muito crescimento e amizade.

Aos professores e professoras do Posmex, Hulda, Irenilda, Maria Luiza, Paulo de Jesus, Roberto Bejamim, Rosário e Salette, que nos impulsionaram a (re) pensar nossas certezas e indagações e com quem tivemos a oportunidade de aprofundar a compreensão sobre a complexidade e beleza do rural brasileiro.

A Darci, Jane, Jerri, Márcia, Nadia e Sirley, cujo apoio cotidiano foi vital para tornar mais agradável nossos caminhos administrativos e burocráticos na UFRPE.

Para remontar lembranças, juntar fatos e recordar nomes e histórias “do povo do sítio”, e do lote; para aferir distâncias e reunir documentos históricos, contei com a prontidão de especiais “auxiliares de pesquisa”: mamãe, papai, Tio Tonho, Tia Bebé, Andréa e Armando.

À Aldenôra, Bete, Cléia, Eleny e Professor Ferreira, pelas revisões e zelo com o meu texto.

À minha irmã Fábria pelo apoio em várias frentes, principalmente na dedicação a Beatriz; ao meu irmão Joaquim e minha cunhada Janete, pelo suporte afetivo e familiar fundamental para eu conseguir concluir este estudo, e ao meu irmão Cícero Robério pelas contribuições.

À solidariedade carinhosa e estudantil das sobrinhas Rafaella, Renata, Rana e Lara e dos sobrinhos, Breno e Daniel.

À Ricardo, Sonielson, Leto (Welington Pereira) e Daniel Sabiá pelas reflexões sobre Sumé e os rumos do desenvolvimento historicamente empreendidos no Cariri.

À Arilson Favareto, Ricardo Abramovay e o grupo do RIMISP pelas discussões sobre o desenvolvimento e o Cariri, no andamento da pesquisa sobre territórios rurais, Programa Dinâmicas Territoriais Rurais, do RIMISP.

Aos amigos e amigas que me estimularam e acreditaram na importância desse percurso: Aécio, Ana, Augusta, Bete, Catarina, Chico Oliveira, Edna, Elisane, Fátima Domiciano, Iara, Liana, Maria, Milena, Murilo, Pombal, Simone, Socorro Vilar e Valéria Bezerra.

Às companheiras de trajetórias feminista da Cunhã; Elaine no Cariri; a sindicalista e trabalhadora rural Penha Nascimento (in memoriam), de Alagoa Grande; companheiras de muitas empreitadas; principalmente Gilberta, Soraia e Ednalva Bezerra (in memoriam), desde Campina Grande, nos tempos do grupo “Maria Raízes” quando trilhamos nossos “primeiros passos” no feminismo com Ângela Arruda.

À Josivane lição de superação no assentamento Santa Catarina (Monteiro), D. Alice “dos Sem Terra” (MST) que como uma Camille Claudet do Séc. XXI, no assentamento Zé Marcolino/Serrote Agudo (Sumé), polia e dava vitalidade às peças de madeira “feitas e vendidas por Antonio Mago”, seu marido.

À Elisabete Pereira, Maria, Alzira, João Batista, Renata, Gilcelio e Carol, amigas e amigos que com seus exemplos abriram os caminhos para que eu fosse fazer este mestrado. Em especial a Ricardo Mendonça, sempre muito disponível, que se empenhou em me apoiar e facilitar meus caminhos: da bibliografia atualizada sobre os perímetros do DNOCS; dos equipamentos e assessoria nas gravações e filmagens; das traduções às colaboração compartilhadas com Rodrigo e Beatriz,.

Às amigas e professoras, Ruth e Vanessa pela paciência e comprometimento em fazer este percurso mais prazeroso e uma afirmação de vida!

À Deje (Malaquias Batista), que desde muito cedo me ensinou a enxergar as desigualdades e a fome, cientificamente.

À Janice Japiassú que me convocou a tomar a palavra e expressar as relações e “coisas” do Sertão do Cariri.

À Andréa, Ane, Célia, Jô, Joelma, Izabel, Lúcia e Patrícia, em diferentes lugares pelas valiosas colaborações nos desafios cotidianos da (re)produção.

Aos colegas e dirigentes do PDHC pela oportunidade de poder afirmar o propósito “Investindo no ser humano. Transformando o semiárido”. Em especial às mulheres que muito me apoiaram: Aldenôra, Bárbara, Betânia, Dayse, Eleny, Karina, Dona Neném e Raimunda.

Aos amigos Almir, Jamerson e Wagner por garantirem os suportes técnicos.

Aos queridos e queridas, Ana, Antonino, Cotta, Dr^a Elba, Gentil, Giliate, Glória, José, Lane, Luciano, Odi, Socorro, Sônia e Tereza, pelos generosos cuidados.

À rede solidária de mães e de profissionais do Colégio Apoio: Aline, Betânia, Camila, Catarine, Claudinha, Luciana e Janaína pelos compartilhamentos dos cuidados com nossas filhas.

À Beatriz, que concluindo o primeiro setênio de vida experimentava o seu processo de alfabetização e ficava perguntando se eu tinha que escrever “muitas páginas, mais de dez!”.

RESUMO

A presente dissertação focaliza o desenvolvimento rural na perspectiva de gênero, analisando mudanças ocorridas no Cariri, na zona semiárida no Sertão da Paraíba, considerando as transformações inscritas nas trajetórias de vida de quatro gerações de mulheres, de uma família camponesa. Em nosso estudo, realizado no período de 2009 a 2011, discutimos como as mulheres rurais, nas últimas nove décadas, foram beneficiadas pelas políticas públicas implementadas no Cariri; e de que forma as suas trajetórias de vida e de suas famílias foram afetadas pelo acesso a essas políticas, nas esferas da educação, da saúde, no acesso à terra, à água, aos serviços de Assistência Técnica e de Extensão Rural. A metodologia escolhida tem como base os conceitos de Ecléa Bosi (2009), Barros [200-] e Gaulejac (2006) referentes a história e trajetória de vida. O método qualitativo nos permitiu pesquisar as experiências de mulheres rurais em três demarcados períodos de suas vidas: o “tempo do sítio”, o “tempo do lote” e o “tempo atual”. Nosso referencial teórico destaca as categorias: desenvolvimento rural, feminismo e gênero, extensão rural, políticas públicas e trajetórias de vida. Para refletir sobre o mundo rural e o campesinato, apresentamos os conceitos de Nazareth Wanderley (2009), Veiga (2002), Sabourin (2009) e Abramovay (2003). Na categoria desenvolvimento, além desses autores, citamos Mantega (1984), Amartya Sen (2007), Araújo (2000) e Furtado (2009). A reflexão acerca da Extensão Rural é ancorada em Callou (2006) e no marco das políticas públicas nos remetemos a Burstyn (2008) e Mendonça (2010). Trazemos o debate sobre o feminismo e gênero por meio das concepções de Ávila (2007) e Siliprandi (2009). Para analisar as especificidades de gênero em contextos rurais, trabalhamos principalmente com Inês Paulilo (2004), Melo e Di Sabato (2009). Fazendo os elos entre feminismo e desenvolvimento, apoiamo-nos nas indagações de Nancy Fraser (2009), destacando a articulação entre as dimensões micro, meso e macro do funcionamento social. Em nosso arcabouço teórico discutimos a concepção de desenvolvimento adotada pelo Brasil a partir dos anos de 1930, que estabeleceu a industrialização e a urbanização como significados de modernização. Também refletimos sobre os efeitos dessa escolha para o espaço rural e para a sua população, trilhando o percurso das políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo, até a atualidade, quando entra em pauta a exigência da sustentabilidade do desenvolvimento e se questiona o papel do Estado, sobretudo, com o recente processo de redemocratização vivenciado no país. Os estudos feministas, e de gênero, fundamentam a compreensão das relações de poder estabelecidas na sociedade, que são produto e produtoras de desigualdades por pertencimento de gênero, de raça e de classe. Pudemos constatar nesta pesquisa que no mundo rural as mulheres exercem a função de “agente” no cotidiano da produção e da reprodução. Entretanto, o histórico político do desenvolvimento brasileiro, priorizando o modelo urbano-industrial, não inseriu em sua agenda a inserção das necessidades e singularidades da população rural. Com efeito, produziram-se abissais desigualdades entre o rural e o urbano, mulheres e homens, brancos, negros e indígenas, entre outros em nossa sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Gênero; políticas públicas; extensão rural; trajetória de vida.

ABSTRACT

This dissertation focuses on rural development in a gender perspective, examining changes in Cariri, a semi-arid area in the sertão of Paraíba state, considering changes that took place in the life trajectory of four generations of women, of a peasant family. In our study, conducted from 2009 to 2011, we discuss how rural women and their families in the last nine decades, benefited by public policies implemented in Cariri were affected by access to these policies in the spheres of education, health, access to land, water, services of technical assistance and rural extension. The chosen methodology is based on the concepts of Ecléa Bosi (2009), Barros (200-) and Gaulejac (2006) concerning to history and trajectory of life. The qualitative method allowed us to research the experiences of rural women in three delimited periods of their lives: the "time at the sítio," the "time at the allotment" and "present time". Our theoretical framework highlights the categories: rural development, feminism and gender, rural extension, public policy and life trajectories. To reflect on the rural world and the peasantry, introduce the concepts of Nazareth Wanderley (2009), Veiga (2002), Sabourin (2009) and Abramovay (2003); in development category, besides the mentioned authors, we stress Mantega (1984), Amartya Sen (2007), Araujo (2000) and Furtado (2009). The reflection on rural extension is anchored in Callou (2006), and in public policy marks we refer to Burstyn (2008) and Mendonça (2010). We bring the debate about feminism and gender through conception of Avila (2007) and Siliprandi (2009). To analyze the specificities of gender in rural context, we work primarily with Paulilo Agnes (2004), Melo and Di Sabato (2009). Making the link between feminism and development, we rely on the questions of Nancy Fraser (2009). In our theoretical approach we discuss the concept of development adopted in Brazil since the 1930s, which established industrialization and urbanization as the significance of modernization. We also reflect on the effects of this choice to rural space and its people, treading a path of the development policies until the present, when the demands go to the agenda of a sustainable development and the questionings on the state's role, especially with recent process of democratization experienced in the country. Feminist and gender studies are fundamental to understanding the power relations established in society, which are products and producers of inequities by belongings of gender, race and class. We observed in this study that, in the rural world, women play the role of "agent" in everyday life of production and reproduction. However, the political history of Brazil's development, giving priority to urban-industrial model, did not consider the inclusion of the needs and singularities of the rural population. Indeed, were produced abysmal inequalities between rural and urban world, women and men, whites, blacks and Indians.

Keywords: rural development, gender, public policy, rural extension, life trajectory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		Pag.
Mapa 1	Estado da Paraíba e Cariri Ocidental	66
Planta 1	Perímetro Irrigado de Sumé: distribuição dos lotes, rio Sucuru	72
Gráfico 1	População feminina e masculina do Cariri Ocidental	67
Gráfico 2	População rural e urbana do Cariri Ocidental	68
Retrato 1	Vista do Sertão	16
Retrato 2	Veredas: entre o Perímetro Irrigado e “a rua”	37
Retrato 3	Uma família: Quatro gerações de mulheres	55
Retrato 4	Cariri: silêncio de luz e sombra	65
Retrato 5	Olhares de quatro gerações de mulher	80
Retrato 6	Bodega de D. Terezinha	95
Retrato 5	Dona Terezinha	128

LISTA DE SIGLAS

ALASRU	Associação Latinoamericana de Sociologia Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ASA	Articulação do Semiárido
BB	Banco do Brasil S.A.
BNB	Banco do Nordeste
BPC	Benefícios de Prestação Continuada
CAMIS	Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CISCO	Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável do Banco do Brasil
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER - PB	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
FEM	FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GAD	Gender and Development /Gênero e Desenvolvimento
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IMIP	Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrário Rural

OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PDHC	Projeto Dom Helder Camara
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Irrigação Nacional
PIS	Perímetro Irrigado de Sumé
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento Rural no Nordeste
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF MULHER	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para Mulheres
PSF	Programa Saúde da Família
RIMISP	Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena e Empresas
SOS CORPO	Instituto Feminista para a Democracia
SUS	Serviço Único de Saúde
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Muitos podem até pensar
Que a vida aqui não é boa
Por causa da terra seca
Com pouca chuva e garoa
Mas é a própria estiagem
Que dá ao povo coragem
Torna mais forte a pessoa.

Clotilde Tavares, 2008

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	26
1 CAPÍTULO 1 - DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TRILHANDO AS VEREDAS DO MUNDO RURAL	38
1.1 MODERNIZAR, EM NOME DO ATRASO.....	38
1.2 DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO.....	44
1.3 RESISTÊNCIAS E (RE)AFIRMAÇÃO DE UTOPIAS.....	48
2 CAPÍTULO 2 - MULHERES NO MUNDO RURAL: ESPAÇOS DE VIDA E PELEJAS	56
2.1 UMA QUESTÃO DE GÊNERO NO MUNDO RURAL.....	58
3 CAPÍTULO 3 - O SERTÃO DO CARIRI	66
4 CAPÍTULO 4 - A VIDA DAS MULHERES NO SERTÃO DO CARIRI: UMA FAMÍLIA, QUATRO GERAÇÕES, TRÊS TEMPOS.....	81
4.1 O “TEMPO DO SÍTIO”	82
4.2 O “TEMPO DO LOTE”	98
4.3 O “TEMPO ATUAL”.....	112
5 CONCLUSÕES.....	129
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE	155

Retrato 1 – Vista do Sertão



Fonte: D'OLIVEIRA, Lote, Perímetro Irrigado, Sumé, 2010.

“Sertão: é dentro da gente”
(Guimarães Rosa, 1986, p. 270.)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é compreendermos o desenvolvimento rural por meio da trajetória de vida de quatro gerações de mulheres da região do Cariri, no Sertão do Estado da Paraíba. Especificamente, o que pretendemos é analisar o acesso dessas mulheres rurais às políticas públicas implementadas na região.

Estudos que focalizam as condições de vida das mulheres no Brasil contemporâneo revelam a permanência das desigualdades sociais, políticas e econômicas em função das questões de gênero, classe, raça e etnia que geram severas contradições, e que precisam ser consideradas na definição das políticas públicas no país (FEM, 2010; HIRATA, 2010; IBGE, 2010; IPEA, 2008; MELO, 1982; MELO e DI SABBATO, 2009; NASCIMENTO, 2003; PAULILO, 2004; PNUD, 2010; UNIFEM, 2006). Identificamos que ainda persiste no Brasil um quadro assimétrico no acesso das mulheres rurais aos bens e aos serviços disponíveis, apesar dos avanços promovidos pelo Estado nas duas últimas décadas. Entendemos que essa assimetria existente na esfera do acesso ocorre em função das desigualdades de gênero, de localidade (urbano ou rural), de ser negro ou branco e em função da situação financeira, entre outras.

Essas características continuam sendo marcas históricas em nossa sociedade e têm sido decisivas para as limitações da democracia social no país. Ainda que estejamos vivenciando o mais longo e contínuo período de democracia política no Brasil, os indicadores sociais e econômicos apontam que é preciso considerar como um dado relevante as desigualdades existentes no acesso aos bens, aos serviços e aos equipamentos sociais, sobretudo para a população rural e para as mulheres, em particular. Nesta direção, Nazareth Wanderley afirma que “[...] o acesso da população rural a bens e serviços constitui um indicador da participação das pessoas que vivem no campo nos resultados do progresso social.” Esta possibilidade de inserção de “todos os cidadãos” no patamar de progresso gerado pela sociedade brasileira, é que permite dar concretude ao princípio constitucional de igualdade de chances para todos (Wanderley, 2009b, p. 18).

Comprometido com a luta pela igualdade de oportunidades para as mulheres e os homens, o movimento feminista tem trilhado um percurso de reflexão e produção política e acadêmica no sentido de revelar a condição da mulher no contexto dessa sociedade desigual, procurando considerar os aspectos micro, meso e macrosociais em que estão inseridas. Essa abordagem proposta pelo movimento, a partir da década de 70, no período que ficou identificado como a “segunda onda” do movimento feminista (SILIPRANDI, 2009), torna-se uma importante fonte de geração de conhecimento sobre as mulheres no Brasil, evidenciando

as várias manifestações de denúncias sobre as condições precárias de vida da população em geral, e, em especial, das mulheres.

Um marco importante na discussão sobre a condição de vida das mulheres, destacando a sua situação no mundo do trabalho, foi a realização do Seminário intitulado *As Mulheres na Força de Trabalho na América Latina*, na cidade do Rio de Janeiro, em 1978. Esse evento inaugura, no país, um debate sobre a visibilidade do trabalho das mulheres, contemplando as possíveis diferenças desta inserção nos espaços urbanos e rurais. É importante destacar que, deste Seminário, resultou uma publicação em que metade dos artigos dedicou-se à discussão sobre a condição das mulheres rurais (AGUIAR, 1984; MELO e DI SABBATO, 2009; PAULILO, 2004). Naquele momento, questionava-se também em que medida os dados socioeconômicos dos institutos censitários retratavam efetivamente a participação feminina como força de trabalho na América Latina. A insuficiência de dados relativos ao trabalho das mulheres poderia ser um indicativo não só da cultura patriarcal arraigada no continente latino-americano, e no Brasil, particularmente, mas também a expressão da falta de mecanismos capazes de mensurar adequadamente a dimensão do trabalho das mulheres, gerando estatísticas que desprezavam o seu labor, deixando-as na condição de invisibilidade.

Reconhecemos que essa insuficiência de dados relativos às mulheres está sendo paulatinamente superada em função do desenvolvimento de estudos e pesquisas na área, mas entendemos que ainda há um longo caminho a percorrer. A ampliação dos movimentos de mulheres, colocando como pauta as situações de discriminação e desigualdade a que são submetidas, bem como o avanço dos estudos no campo acadêmico, têm sido decisivos para coleta de dados que passam a subsidiar a promoção de políticas públicas que focalizam a questão de gênero (ÁVILA, 2001; BUARQUE, 2002; BUTTO, 2010; BUTTO e HORA, 2008; LIMA, 2005; MELO e DI SABBATO, 2009; NASCIMENTO, 1986; PACHECO, 2007; PAULILO, 2009; SILIPRANDI, 1998; WOORTMANN, 2010).

Contamos hoje, no Brasil, com agendas permanentes de atividades voltadas para a temática de gênero, envolvendo os movimentos sociais, as universidades, governos e sociedade como um todo. A articulação de grupos de pesquisas, na esfera acadêmica, com as redes de movimentos de mulheres em nível regional, nacional e internacional¹, colabora para

¹ Articulación Feminista MARCOSUR; Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Rede Feminista de Saúde; Rede Feminista Norte-Nordeste de Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), fundada em 1992, realizou seu 16º encontro em 2010; Fazendo Gênero, encontro bianual de pesquisadoras/es, sediado na UFSC que fez o seu 9º encontro em 2010; Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo; Marcha das Margaridas; Marcha Mundial das Mulheres; Fóruns locais (estaduais, territoriais, municipais etc) de mulheres, de agricultoras, de empreendedoras, entre variados formatos de articulação e de redes.

dar visibilidade a esse enfoque de gênero nos diferentes espaços públicos. Dessa forma, os estudos de gênero e a ampliação do poder das mulheres na sociedade contribuíram para a construção, no país, de importantes políticas voltadas especificamente para as mulheres, a exemplo da política de cotas; do PRONAF Mulher (que tem favorecido a ampliação de atividades econômicas envolvendo as mulheres rurais) e a instituição da titulação conjunta da terra (permitindo que as mulheres sejam contempladas com a titularidade da propriedade da terra destinadas à reforma agrária). A discussão desta temática que envolve pesquisadores, militantes, governos e a sociedade tem sido um importante canal impulsionador de mudanças que repercutem positivamente não só na vida das mulheres, como na vida da sociedade. Isso pode ser comprovado pela criação, no Governo Federal, da Secretaria de Política para as Mulheres, com status de ministério; o surgimento de secretarias de Estado em várias unidades da Federação e a institucionalização de setores específicos em vários espaços do Estado brasileiro nas esferas federal, estadual e municipal. Entretanto, a despeito dos avanços conquistados pela sociedade, as desigualdades de gênero continuam a ser significativas no Brasil.

Buscamos, com o nosso estudo, evidenciar algumas especificidades vivenciadas particularmente pela mulher que vive no mundo rural, destacando o não reconhecimento do seu papel como protagonista fundamental no universo social em que está inserida. As dificuldades de acesso aos bens, aos serviços e aos equipamentos disponíveis, podem ser um importante caminho para refletir acerca das particularidades relativas às questões de gênero no espaço rural.

Propomos, com o nosso trabalho, contribuir para ampliar as reflexões entorno da realidade vivenciada pelas mulheres do Cariri Paraibano, onde buscamos realçar sua participação nas diversas atividades desenvolvidas dentro dos processos produtivos nos quais sua presença é basilar para o funcionamento das atividades econômicas e sociais² e para organização da vida doméstica³, como pudemos conferir desde o início da pesquisa.

Em geral, nota-se que os primeiros estudos sobre a condição da mulher foram produzidos a partir de referenciais e categorias próprias às dinâmicas da vida urbana, desconsiderando, em alguns momentos da análise, as particularidades inerentes às vivências

² Cozinhar no roçado; lavar roupa de ganho (serviço prestado para terceiros pelo qual se recebe uma remuneração); preparar a terra para o plantio; armazenar sementes e produtos agrícolas; plantar; limpar mato; criar animais, principalmente de pequeno porte (caprino, aves, suínos, ovinos); costurar; comercializar (comprando e vendendo); atuar na organização da vida religiosa, conduzindo novenas, velando os mortos e consolando os vivos através da ritualização do luto; celebrar os nascimentos através dos cachimbos na comunidade; promover casamentos; compartilhar alimentos e outros recursos necessários à vida.

³ Cozinhar em casa; lavar roupa; abastecer a casa de água; cuidar das crianças, dos idosos e dos doentes; assistir as parteiras; produzir medicamentos naturais (lambedor, chá, garrafada, purgante, emplastos etc), ente outros.

das mulheres nos contextos rurais (PAULILO, 2004). Ou seja, a abordagem feminista é marcada por uma concepção predominantemente urbana, ancorada nos valores e na cultura que falam de um modo de vida característico do universo urbano e industrial onde existe, por exemplo, uma clara divisão do trabalho e uma evidente separação entre o que é da ordem do público e do privado.

Entendemos que as mulheres rurais precisam ser pensadas a partir das relações que as constituem, considerando a lógica de funcionamento de vida no campo que demarca seus papéis, suas funções, seus projetos, suas expectativas e suas implicações com este lugar de pertencimento. Como salientado acima, na fase inicial de nossa pesquisa, verificamos, por exemplo, que as mulheres, em diferentes momentos de suas vidas, ao tempo em que estão diretamente implicadas com a produção dos alimentos (feijão, milho, batata, mandioca, leite e derivados - coalhada, queijo de manteiga, queijo de coalho -, carne, verduras, ovos etc) que asseguram a reprodução familiar e garantem fonte de renda, estão também comprometidas com a criação e manutenção de uma pluriatividade que se constitui em um meio para ampliar a renda e melhorar o sustento da família (bodega⁴, “costurar para fora”⁵, artesanato, lavar roupa de ganho, serviços domésticos para terceiros, pequeno comércio etc.). A pluriatividade significa que os componentes da família diversificaram suas atividades fora do estabelecimento, ampliando as possibilidades de reprodução deste e o mantendo como ponto de referência e de aglutinação da família (WANDERLEY, 2009b).

Analisando o funcionamento da vida no campo, verifica-se que, no mundo rural, não existe uma nítida separação entre a produção e a reprodução, tal como acontece na vida urbana onde predomina uma demarcação entre estas funções (produção e reprodução). A mulher urbana vivencia as tensões geradas pela dicotomia estabelecida entre estes dois mundos, na medida em que desenvolve atividades que, na prática, acontecem de forma dissociadas (produção e reprodução), provocando uma contradição entre as esferas do público e do privado, particularmente quando esta tem uma maior inserção no mercado de trabalho. Não defendemos o argumento de que essas diferenças que demarcam a vida da mulher rural e a vida da mulher urbana subtraíam a condição de gênero vivenciada por ambas. Também não queremos idealizar o espaço rural como pleno de harmonia e isento de contradições e tensões; ao contrário, reconhecemos que o mundo rural está fortemente marcado pelo patriarcalismo, pelo machismo, pelo coronelismo os quais produzem formas particulares de exploração, discriminação e subordinação que atingem frontalmente as mulheres que vivem no campo.

⁴ Bodega, venda, quitanda são nomes semelhantes para denominar pequeno comércio.

⁵ Significa costurar para outras pessoas que não são da própria família.

Assim, nessa dinâmica de funcionamento do mundo rural, as restrições (im)postas às mulheres neste espaço criam grandes dificuldades para que elas possam concretizar projetos que exijam deslocamentos para além do universo social em que estão inseridas⁶. São muitos os exemplos em que os homens da família (pais, maridos, filhos) assumem uma posição de comando através da qual tentam dominar, e discriminam as mulheres, sem reconhecer os papéis que essas exercem em suas diversas atribuições. Isso ficará evidente através das narrativas de mulheres paraibanas que escutamos em nossa pesquisa, quando as mesmas, compartilhando suas trajetórias, contribuíram para que pudéssemos entender as tensões e contradições constitutivas de sua condição de mulher que vive no espaço rural. De certa forma, o ordenamento da vida no mundo rural acontece mediante uma demarcação de lugares exercidos por homens e mulheres buscando, assim, assegurar a viabilização da vida e a continuidade das gerações de sua família e da própria comunidade. Nesse contexto, embora haja uma aparente situação de resignação das mulheres, revelaremos, através do nosso estudo, que elas abrem espaços de resistência e criam possibilidades para superar alguns limites, imputados pela cultura patriarcal, tão presente no mundo rural. O grande desafio é entender as motivações que as levam a fazerem algumas concessões que aparentemente assumem um semblante de resignação.

Para refletirmos sobre essas questões vale lembrar o que nos diz Maria Inês Paulilo ao ressaltar que “Enquanto o feminismo tem uma marca urbana muito forte, a sociologia rural esteve sempre bem pouco atenta para as raízes machistas que se escondem sobre os conceitos de ‘família rural’ e ‘trabalho familiar’ ”(PAULILO, 2010, p. 12). Nosso trabalho busca discutir esta problemática considerando as especificidades que constituem o funcionamento do mundo rural em que as mulheres estão inseridas.

Nas dinâmicas produtivas do mundo rural, muitas vezes, as mulheres ocupam o lugar de provedora, sendo sujeitos centrais nesses processos. No entanto, nem sempre têm seus papéis e funções reconhecidos. Como exemplo do que estamos afirmando, podemos tomar o caso das viúvas da seca⁷ (DUARTE, [200-?]; PORTELLA, 1999), que em grande medida não percebem a dimensão do papel que exercem como mantenedoras da família e da ocupação da terra, sustentando, assim, o lugar de trabalho e de moradia, situação esta que fica mais evidenciada nos períodos de seca prolongada, quando os homens migram em busca de trabalho.

⁶ O universo das mulheres rurais fica muitas vezes circunscrito ao espaço da casa, da ribeira e das pequenas cidades próximas ao seu local de moradia.

⁷ O termo Viúva das Secas é utilizado para designar as mulheres que ficam sozinhas, em função da migração dos maridos, filhos/as, pais, irmãos e companheiro nos frequentes períodos de estiagem no semiárido.

Desse modo, a discussão sobre a dimensão do acesso das mulheres às políticas públicas no meio rural brasileiro, numa perspectiva de gênero, exige que façamos uma análise das noções de desenvolvimento adotadas no Brasil a partir dos anos 30. Nesta perspectiva, propomos apresentar, em nosso trabalho, que as mulheres rurais não foram devidamente consideradas nas análises sobre o processo de desenvolvimento brasileiro, principalmente até meados da década de 70, quando o movimento feminista toma a cena política no contexto do processo de luta pela anistia e pela redemocratização do país.

Queremos destacar também, em nosso estudo, que um dos efeitos do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, focado na industrialização e na urbanização, foi que as atividades rurais deixaram de ser adequadamente apreciadas, a despeito de sua decisiva contribuição e fundamental presença na dinâmica da vida da população brasileira. Hoje, com a organização dos movimentos sociais rurais, a presença de ONGs e do Estado (a exemplo do Ministério de Desenvolvimento Agrário), já podemos perceber que as diversidades estruturais que constituem o rural estão entrando na pauta de discussão, e passam a ser consideradas no processo de formulação e promoção de políticas públicas voltadas para o campo (BRASIL, 2010; BUTTO, 2010; DELGADO, 2010; MATTEI, 2010;).

Quando decidimos estudar as mulheres do Sertão do Cariri, de certa forma, desejávamos voltar o olhar para o nosso lugar de origem, contribuindo, assim, para fazer ressoar a voz das mulheres que também fizeram parte de nossa história de vida. Tal como um retorno de retirante, cantado em verso e prosa por Zé Marcolino e Luiz Gonzaga⁸, voltamos para fazer coro às expressões silenciadas das mulheres que produzem formas de resistência para enfrentar as adversidades. Entendemos que a realização deste estudo nos autoriza a contribuir para romper com o silêncio de gerações e gerações de mulheres que permanecem exercendo papéis e funções sociais importantes no mundo rural. Retornamos a esse lugar, como retirante⁹ e pesquisadora, pela necessidade de ouvir as vozes daquelas que, sendo simples, não nos deixam cair no simplismo das análises sobre a condição de vida da mulher no espaço rural. É o que nos chama a atenção José de Souza Martins referindo-se à sociabilidade das pessoas simples: “São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível.” Na concepção deste autor, a

⁸ O poeta Zé Marcolino é sumeense (nascido em Sumé, na Paraíba) e fez várias parcerias com Luiz Gonzaga, entre elas uma melodia que diz: “Eu vou, vou volto já/ Eu vou me embora /Vou voltar pro meu lugar [...] Sou caboclo que nasceu lá no sertão/ Tenho orgulho em dizer que sou de lá”

⁹ Em geral, os sertanejos que saem de sua terra para viver em qualquer outro lugar se sentem retirantes.

vida cotidiana, ao mesmo tempo revela e oculta a História, pois, “O relevante está também no ínfimo” (MARTINS, 2000, p. 13).

Nossa inserção neste campo de estudos sobre as mulheres rurais responde a uma inquietante e desafiadora opção de trilhar pelas veredas que nos levam de volta ao nosso lugar e nos permite direcionar o olhar e a escuta ao cotidiano das habitantes “do sítio”¹⁰, em reconhecimento ao valor da vida de pessoas simples, portadoras de um saber nem sempre valorizado pela academia, sendo, muitas vezes, “postos à margem da História [...]” (Martins, 2000, p. 13).

Escrevemos este texto com a mesma proposição assumida por Ciribelli, ao estudar histórias de vida de mulheres “singulares e plurais”: “Não pretendemos fazer uma análise linear de suas lutas e vitórias, nem aceitar a dicotomia entre a vitimização da mulher ou sua heroização.” O desafio é tratar a vida das mulheres, em suas diversas significações e vivências plurais sem, contudo, fazer uma ‘história em migalhas’; considerar a categoria análise de gênero e tratar o aspecto relacional, não obstante tendo a clareza que optamos por enfatizar as experiências e o ponto de vista de “um determinado sujeito feminino, embora problematizando a relação entre os sexos” (CIRIBELLI, 2006, p. 20).

Por conseguinte, nossa escolha é discutir as mudanças e o desenvolvimento vivenciados no Cariri, sob a perspectiva das mulheres rurais, identificando o que nos dizem as suas trajetórias singulares a partir dos caminhos percorridos nas últimas nove décadas. Essas pessoas simples, através das quais nos propomos a analisar o desenvolvimento do Cariri, são originárias de uma família camponesa. Para Wanderley (2010), os camponeses têm uma forma de produzir e um modo de vida que supõem uma associação entre família, trabalho e patrimônio. A família, que é proprietária, trabalha na terra em busca do seu sustento, e também para constituir um patrimônio que assegure o futuro das próximas gerações.

Segundo a mesma autora, a subsistência da família, a sua reprodução e a constituição/reprodução do patrimônio familiar são centrais para o campesinato, produtores diretos dos seus meios de vida, como ressalta no extrato a seguir: “A família é assim, o fundamento de sua forma social de produção, uma vez que ela é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de trabalho e responsável direta pelo esforço necessário à realização dos seus objetivos”. Esta forma de organização, e de funcionamento, pressupõe um “sistema

¹⁰ Na divisão espacial e geográfica do mundo rural o espaço do sítio é onde estão localizados a casa, o terreiro, o roçado, ou seja, é um lugar rural onde a família vive e trabalha. Por sua pequena dimensão de terra, diferencia-se do que é uma fazenda; por estar no meio rural se distingue do que é a rua, equivalente à cidade, ao espaço urbano.

de atividades” que é vivenciado de modo articulado entre o interior do estabelecimento familiar e fora deste espaço. (WANDERLEY, 2010, p. 27).

O lugar de vida e de trabalho dessas mulheres é o espaço rural. Portanto, em nosso estudo, pretendemos discutir a concepção e a realização do desenvolvimento rural que ocorre na região, considerando sua repercussão na vida dessas mulheres. Nesse sentido, ao tratarmos da temática do desenvolvimento rural, estamos nos remetendo ao lócus dessa população, ou seja, ao significado que o desenvolvimento local tem para as suas vidas.

Abordamos a noção de desenvolvimento tomando como referência a percepção do “desenvolvimento como liberdade”, elaborada por Amartya Sen (2007). Nesta perspectiva analítica, o autor propõe que, para avaliar os efeitos produzidos pelo desenvolvimento não basta verificar os resultados macro, medidos pelos indicadores socioeconômicos de renda e riqueza; mas, faz-se necessário considerar as transformações proporcionadas à qualidade de vida das pessoas. Assinala Sen (2007) que as mudanças averiguadas na vida das mulheres são uma confirmação de também terem ocorrido mudanças, tanto para a vida dos homens, como das crianças. Por outro lado, consideramos o ponto de vista de Nancy Fraser (2009) sobre a tendência das bandeiras de luta da “segunda onda” do movimento feminista terem sido capturadas pela política neoliberal que realça o individualismo e subjetivismo para a resolução de problemas de natureza social, desconectado de uma crítica ao modelo capitalista. Enfatiza a autora que a evidência aos aspectos microssociais, que implicam no fortalecimento da autonomia e da singularidade, aconteceram em detrimento da ausência de uma concepção macrossocial, apontando a necessidade de transformações políticas e econômicas e para o fortalecimento da justiça social. Portanto, neste cenário, o desafio posto ao feminismo consiste em encontrar formas de articulação das várias dimensões de suas lutas pelo reconhecimento, com a afirmação de sua representação política, sem perder de vista a questão da desigualdade, para que as mulheres possam efetivamente desfrutar de uma melhor inserção política e, com efeito, conquistar uma condição de vida mais adequada.

No debate sobre a concepção de desenvolvimento, a partir dos anos de 1980, as feministas propuseram o enfoque Gênero e Desenvolvimento (Gender and Development, GAD). De acordo com essa abordagem, "mais do que integrar as mulheres num determinado processo de desenvolvimento, trata-se de construir um modelo novo que modifique aquelas relações de poder baseadas na situação das mulheres" (OIT, 2002, p. 9). As discussões mobilizadas por organizações feministas, sobre os contextos de desenvolvimento, evidenciam um equívoco das agências de desenvolvimento ao estimular a ampliação dos trabalhos das

mulheres, focando apenas a esfera da produção, sem, contudo, (re)discutir a divisão sexual do trabalho, nem re-pensar a distribuição das obrigações com os afazeres domésticos entre os membros da família, seja qual for a sua configuração. Esta concepção de “gênero e desenvolvimento” surge como uma forma alternativa de análise das relações sociais e, particularmente, das relações de poder e se estabelece como uma estratégia que busca o fortalecimento do poder das mulheres (BUTTO, 2010).

Também consideramos a compreensão de Rita Barradas Barata, quando realça, nos estudos de gênero a importância dos aspectos multidimensionais, que sustentam os papéis sociais exercidos por mulheres e homens da sociedade. Lembra a autora que esta categoria é uma construção social, portanto, pensar gênero “consiste em um sistema multinível, incluindo arranjos econômicos e políticos e crenças culturais na dimensão macrossocial, padrões de comportamento na dimensão intermediária e aspectos ligados à identidade individual na dimensão microssocial.” Desse modo, os diversos papéis sociais e familiares que são desempenhados na sociedade revelam as identidades, de homens e mulheres, instituídas por esta estrutura multidimensional (BARATA, 2009, p. 94).

Essa percepção reforça o que destaca Fraser (2009) quando insiste sobre a necessidade de se abordar a problemática de gênero nas dimensões micro, intermediária (meso) e macro, revelando as consequências negativas quando não se considera a articulação desses vários níveis.

Assim, ponderamos que, para compreendermos as mudanças na vida das pessoas em geral, e das mulheres rurais, em particular, é preciso verificar as transformações ocorridas nas três dimensões: micro, meso e macrossociais. Na dimensão micro, precisamos olhar para o cotidiano das mulheres e de suas famílias; na dimensão macro, visualizar a concepção política e econômica do desenvolvimento implementado no Brasil, considerando o lugar que esse percurso destinou ao mundo rural e à população camponesa e, na dimensão meso, ou intermediária, considerar alguns aspectos da institucionalidade que emergiram na dinâmica política na região do Cariri.

Diante desses desafios, colocamos a indagação que orientou todo o percurso de nossa dissertação: Que políticas públicas as mulheres rurais do Cariri paraibano acessaram nas últimas nove décadas, e como essas políticas transformaram suas vidas?

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como foi destacado nessa introdução, em nosso estudo escolhemos trabalhar com as trajetórias de quatro gerações de mulheres, que são “mulheres simples”, do mundo rural, com a finalidade de verificar como ocorre o acesso às políticas públicas, e ao desenvolvimento, para as “pessoas comuns”; as “pessoas simples” e que também não têm um histórico de engajamento direto nos movimentos sociais, ou com os movimentos autônomos de mulheres. São “mulheres comuns” que trilham o seu cotidiano na lide e nas resistências “silenciosas”. De certa forma, na direção do que narra Chauí, é uma procura de “dar a palavra a vozes que foram silenciadas” (CHAUÍ, 2009, p. 19).

Para efeito de nossa análise, as mulheres que tomamos como principal referência são D. Terezinha (1ª geração), Maria de Lourdes (2ª geração), Edna (3ª geração) e Eduarda Mikaele (4ª geração), nascidas entre os anos de 1926 e 1990; na composição genealógica da família, ocupam os lugares de mãe, filha, neta e bisneta. Trabalhamos na perspectiva de fazer a reconstituição das trajetórias de vida dessas quatro gerações, considerando suas narrativas numa perspectiva longitudinal. Através delas, pretendemos identificar as experiências vivenciadas por mulheres no mundo rural, enfatizando as mudanças operadas na esfera do acesso à terra, à educação, à saúde, ao trabalho e aos rendimentos. Tentaremos evidenciar os avanços, recuos, tensões e contradições experimentadas por essas mulheres no processo de inserção e construção de seus percursos de vida, buscando compreender as peculiaridades de suas vivências no espaço rural, ao longo de nove décadas. Nessa nossa pesquisa, focada nas mulheres, valorizamos o que destaca Bosi:

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios (BOSI, 2004, p. 15).

É importante contextualizar que essas mulheres pertencem a uma família camponesa, que fez deslocamentos entre municípios do Cariri, e chegou a migrar para outra região fora do Estado da Paraíba, na sua contínua busca de meios para conseguir produzir e se sustentar.

Nosso propósito inicial foi trabalhar com a história de vida de D. Terezinha, de 83 anos, por ser a mais velha dessa família; bem como a mulher mais idosa entre as pessoas do lugar onde nasceu, o Sítio do Melo, localidade que reúne um conjunto de famílias camponesas no Município da Prata, na Paraíba.

Nessas conversas iniciais com D. Terezinha, identificamos como ela realçava a abrangência das diversas atividades que exercia na unidade produtiva familiar, tanto na esfera reprodutiva, como na produtiva. Demonstrava, ainda, como estas funções foram sendo repassadas às filhas quando começaram a participar dos processos de produção e a assegurar atividades específicas para a sustentação da casa, como o abastecimento de água e a lavagem das roupas. Nessas entrevistas, verificamos como as histórias contadas por D. Terezinha eram compartilhadas com as descrições de suas filhas; as lembranças eram conferidas com aquelas que faziam parte da segunda geração e acompanhadas atentamente por algumas da terceira e da quarta geração. Identificamos o entrelaçamento da vida de D. Terezinha com as mulheres da segunda geração, e constatamos o interesse das novas gerações sobre as narrativas de sua bisavó, das avós e tias quando se remetiam às trajetórias que haviam percorrido. Percebendo esta dinâmica, concluímos que era oportuno ampliar o escopo da nossa pesquisa para fazer uma escuta às quatro gerações de mulheres. Isso acarretou uma mudança na orientação metodológica do nosso trabalho e, com efeito, direcionamos nossa intervenção para a constituição da trajetória das várias gerações e não mais apenas a história de vida da mulher mais velha. Isto nos lembra o que fala Bosi. Diz a autora:

Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão (BOSI, 2009, p. 90).

E realçando as vinculações que emergem das narrativas descreve ainda a autora

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas [...]. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana (BOSI, 2009, p. 90).

Dessa forma, visualizamos a nossa pesquisa a partir da recomposição das trajetórias de vida de quatro mulheres, uma família, em três tempos¹¹. Um primeiro tempo é vivido no sítio, caracterizando-se pela precariedade do acesso à terra e à água e pela ausência dos serviços de saúde e de educação. Neste momento, a participação das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas era intensa, na medida em que sua força de trabalho era um elemento essencial na composição da mão de obra familiar, sendo este o principal recurso que a família tinha

¹¹ O recorte temporal delimitando três tempos específicos (“tempo do Sítio”, “tempo do lote” e “tempo atual”), é definido a partir da nomeação feita pelas próprias entrevistadas. Existem outros estudos que mencionam demarcações equivalentes relativas a diferentes tempos vividos no mundo rural.

para o desenvolvimento dos seus trabalhos. Delimitamos um segundo tempo como aquele onde se iniciam as experiências com o Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), quando a família consegue estabilidade por ter o acesso a um lote de terra com estrutura de irrigação, recebendo a assistência técnica e serviços de extensão rural; tendo disponibilidade de crédito, de equipamentos e garantia de mercado para produção. Nesse novo contexto, as mulheres continuam participando das atividades produtivas e reprodutivas, mas, toda a gestão do lote é centrada na figura do chefe da família. Este é um período em que o colono¹², titular do lote, participa da cooperativa dos irrigantes e conta com a proteção e o comando do DNOCS, órgão governamental responsável pela administração do Perímetro, que viabiliza a infraestrutura de serviços e facilita o acesso à educação e à saúde. Por fim, no último período que tomamos como referência de análise em nossa dissertação, registramos o fim da irrigação, a restrição ao acesso à água e o recuo do DNOCS na condução do Perímetro e da vida dos irrigantes. Contudo, naquele momento, o contexto de redemocratização do país amplia os serviços de saúde, de educação e os benefícios sociais. Diante da falência do Perímetro e do empobrecimento da família, no caso estudado, a principal fonte de renda passou a ser a aposentadoria. D. Terezinha e o marido, Seu Miguel, aposentaram-se¹³ como agricultores e com isso ela começou a ter acesso direto a um recurso financeiro. Nessa fase, o lote continuou sendo o lugar de referência dos membros da família e as mulheres, da segunda e terceira gerações, passaram a ter suas fontes de renda fora da agricultura, como domésticas, funcionárias públicas e prestadoras de serviços no espaço da rua¹⁴.

Como dito acima, no período inicial deste estudo criamos a oportunidade de estabelecer diálogos com várias mulheres das quatro gerações, e também com alguns homens, entre as pessoas que constituem esta família. Depois desta etapa, e após a análise das primeiras entrevistas, escolhemos trabalhar com um universo formado por uma mulher de cada uma das quatro gerações, orientado pela busca de situações que se mostrassem reveladoras das singularidades e diversidades vivenciadas no contexto de suas vidas. Com as quatro mulheres destacadas, fomos fazendo entrevistas a partir da necessidade de ampliar o entendimento sobre questões que elas apresentavam em seus discursos sobre as transformações ocorridas em suas vidas e na situação local.

¹² Colono ou irrigante é a denominação oficial para o chefe de uma família selecionada como beneficiária de um lote no perímetro irrigado.

¹³ Dona Terezinha aposentou-se em 30 nov. 1992 e seu Miguel, cinco anos antes, em 1987.

¹⁴ Denominação atribuída pelas pessoas da área rural para o núcleo urbano, sede do município.

Neste sentido, perseguimos a compreensão das narrativas das mulheres visando entender como transcorreram as modificações nas suas condições de vida. Trilhar este caminho consiste no desafio de enfrentar (in)certezas de referenciais teóricos e militantes, que contribuam para responder às indagações que fazemos. Reconhecer a importância desse entendimento direto com os sujeitos¹⁵ pesquisados, de acordo com Paulilo (2010, p. 11), é realçar que “os indivíduos são a experiência, eles não têm a experiência”. Nota esta autora que a forma como os grupos se veem está relacionado com o vivido e esta percepção é considerada um meio essencial para o entendimento das práticas sociais.

A nossa opção por uma pesquisa, através do método qualitativo da história de vida, atende ao interesse em abrir uma escuta direta às falas e aos modos de vida de mulheres dessa região do Sertão da Paraíba. Barros e Silva (2002) indicam a complexidade dessa escolha metodológica:

De fato, ao considerarmos a pesquisa em história de vida não como uma busca de leis, mas como uma procura de conhecimento sobre determinadas situações e/ou objetos, como um trabalho de elucidação progressiva de uma dada realidade no movimento histórico das relações sociais, as questões metodológicas devem seguir as pesquisas e não lhes preceder. Isso significa que não existem pressupostos metodológicos dados a *priori*, independentes da realidade pesquisada; não existe um *modus operandi* preconcebido

E acrescentam:

É na especificidade de cada história que vamos encontrar a via a seguir, o modo de trabalhar. Se assim não for, corre-se o risco de recolher a história que o pesquisador deseja e não aquela construída na dinâmica existencial própria do entrevistado (BARROS e SILVA, 2002, p. 141).

A preferência por fazermos esta investigação, refletindo com as mulheres do campo sobre suas vidas, no Sertão do Nordeste brasileiro, é mobilizada também pelo nosso compromisso com a temática do desenvolvimento, além da implicação com a militância para superação das restrições de oportunidades para as vidas das mulheres, e por ter uma vida profissional orientada pelos desígnios do mundo rural.

Também nos instiga o fato de identificarmos algumas lacunas na produção de conhecimentos relacionados às mulheres rurais do Cariri; até início dos anos de 2000, os raros

¹⁵ Destacamos que o sentido de ser sujeito aqui adotado é de quem responde por si, de quem é considerado/a cidadão/ã. Diferente desta concepção sobre o termo *sujeito*, no Sertão do Cariri, há um entendimento comum, em geral, pelas pessoas mais velhas de que “sujeito” tem o significado pejorativo de desvalorização de alguém, é como ser “assujeitado”, sem qualidade; “um sujeito” é uma pessoa que não merece ser nomeada, é como ser “um fulano qualquer”; para dizer que alguém não tem valor se fala “aquilo é um sujeito”. Ao contrário disso, ter um nome considerado é distinguir-se de ser “um sujeito qualquer”.

estudos que foram produzidos sobre as mulheres da região estavam focados exclusivamente nas rendeiras de renascença (ALBUQUERQUE e MENEZES, 2007; PARAYWA, 2001).

Além disso, entendemos que é preciso aprofundar os estudos sobre as particularidades que conformam as relações de poder e de proximidade, que se constituem no mundo rural. Nessa perspectiva devemos considerar os formatos que tomam as relações sociais na realidade camponesa como elemento chave para ampliar o conhecimento sobre a organização da produção e o funcionamento da reprodução; Portanto, este é um contexto que exige um arcabouço teórico capaz de permitir aos estudos de gênero o entendimento a respeito das dinâmicas particulares do espaço rural.

Em presença destes aspectos mencionados, escolhemos a pesquisa com as mulheres rurais pela possibilidade de nos voltarmos para narrativas de pessoas originárias de um lugar, o mundo rural, historicamente identificado como espaço do atraso que precisaria ser superado, ao mesmo tempo em que os seus habitantes nem sempre ocupavam uma posição de cidadania (MELO e DI SABBATO, 2009; PAULILO, 2004; VEIGA, 2002; WANDERLEY, 2009a, 2009b).

Em razão disso, nos sentimos convocados a contribuir para ampliar o conhecimento sobre a realidade vivida pelas mulheres, em particular, as experiências das mulheres rurais do Cariri. De fato, são várias gerações que “pelejam” e “teimam” (CENTRO 8 DE MARÇO e CUNHÃ, 2004), fazendo do Sertão um espaço para se viver dignamente, de resistências e de lutas, inclusive de exercício de práticas feministas. Nessa posição nos inspiramos na fala da trabalhadora rural e diretora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Maria Margareth Costa Cunha (Esperantinópolis – MA):

[...] naquela análise é que descobri porque estou na luta hoje. Os sofrimentos das mulheres fazem com que tenhamos força para lutar, mudar; quando falamos das raízes, quando nos perguntam de onde viemos, quem somos. Claro que nós lutamos por grandes objetivos: Capacitar-nos para poder capacitar outras mulheres, despertar as mulheres para que se descubram cidadãs (CUNHA, 2006, p. 30).

Quando elegemos analisar, através das vivências de quatro gerações de mulheres do Sertão do Cariri, o acesso da população rural aos benefícios que a sociedade já produziu, e acumulou, consideramos relevante a afirmação de Wanderley (2009b, p. 217) acerca do rural como “um lugar de vida”. Esta menção também nos remete ao rural como um espaço de resistências, de uma população que precisa manter o seu lugar de trabalho, mas que busca assegurar a moradia e insiste em preservar o seu ambiente de convivência e de interação

social (SABOURIN, 2009; WANDERLEY, 2009b). Assim sendo, a nossa busca é por (re)conhecer em que tem se constituído o desenvolvimento rural para essas mulheres.

Para realizar este objetivo, como mencionamos, focalizamos nossa pesquisa no campo constituído pelo exame das trajetórias de vida das quatro gerações de mulheres e optamos por utilizar o referencial metodológico que tem como eixo principal a história de vida. Esta eleição surgiu do nosso interesse em analisar e compreender as transformações ocorridas no meio rural, a partir do ponto de vista, do entendimento e das narrativas das mulheres.

A escolha pelo método história de vida (BARROS e SILVA, 2002; GAULEJAC, 2006), para avaliarmos o período considerado, decorre do entendimento de que esta opção por pesquisar as vidas das mulheres rurais nos remete não apenas às suas trajetórias individuais, mas também aos percursos trilhados no sentido da dimensão social. Dessa forma, ao contrário de ficarmos com o foco apenas nas especificidades reveladas pelas narrativas particulares das agricultoras, percorrermos suas singularidades nos permitiu ampliar o escopo do estudo, na medida em que o particular não é apenas revelador restrito das individualidades, mas nos consentiu abordar as construções das histórias coletivas. Portanto, este caminho nos possibilitou refletir também acerca do que manifesta a ordem do social, como assinalam Gaulejac, Marquez e Ruiz:

La comprensión e la relación que cada individuo mantiene con su propia historia necesita de un análisis de su sistema social en el cual se encuentra y del lugar que ahí ocupa. (GAULEJAC; MARQUEZ; RUIZ, 2006, p. 85).

Discutindo a pertinência do trabalho com histórias de vida, Queiroz constata que, no Brasil, até o final dos anos de 1980, esta técnica era pouco empregada e ressalta que, para o contexto da sociedade brasileira, em que mudanças ocorrem de forma muito rápida, o seu uso é um recurso formidável. Lembrando a acelerada urbanização vivenciada no Brasil, a autora mostra que em trinta anos inverteu-se a proporção entre a população rural e urbana; em 1950 havia 70% da população do país no meio rural e, em 1980, ao contrário, 70% das pessoas estavam no meio urbano. Diante disso, destaca que é importante

Recolher a maior quantidade possível de testemunhos sobre as formas de vida para as quais não existam senão poucos registros; saber como agiam os 'silenciosos', aqueles que pouco aparecem na documentação escrita, isto é, as camadas de baixa renda; saber como encaram sua existência diante das modificações velozes em curso, constitui uma larga abertura para a utilização de relatos orais e de histórias de vida (QUEIROZ et al, 1988, p. 33).

O método história de vida tem como base uma forma qualitativa de pesquisa, que, mesmo circunscrito ao rol dos métodos biográficos, se diferencia de outros métodos porque se fundamenta na importância do comprometimento do pesquisador e na necessidade de se produzir um conhecimento implicado. Assim, Barros e Silva explicam:

[...] nada é possível sem o envolvimento do pesquisador. Recolher histórias de vida é uma relação, não uma simples tomada de informações sobre o outro; e estabelecer uma relação se faz notadamente em todo um processo em que vínculos recíprocos de confiança e afinidade irão se formar com o tempo. É uma relação de interlocução [...] (BARROS e SILVA, 2002, p. 138).

Portanto, a escolha deste método decorre da compreensão de como é pertinente, nos processos de pesquisa, trabalhar no sentido de falar com a(s) outra(s) pessoa(s) e não falar sobre. A construção do conhecimento com esta finalidade possibilita se estabelecer uma relação de sujeito-sujeito, à medida que se considera a outra pessoa como portadora de uma história particular que, ao mesmo tempo, também é uma história social, digna de ser melhor compreendida e revelada. Enfatizam ainda Barros e Miranda (2007) que

Pede-se ao sujeito que conte sua história da maneira que lhe é própria, de seu ponto de vista e através dessa história tentamos compreender o universo do qual os sujeitos fazem parte (BARROS e MIRANDA, 2007, p. 5).

Com isso, pretendemos ampliar os estudos sobre a abordagem de gênero, com destaque para o campo e a região do Cariri Paraibano, ressaltando uma visão que considere as especificidades do universo camponês e venham a colaborar na ampliação do saber sobre a diversidade do rural, pensado a partir do próprio rural. Sobre este ponto, Faria insiste que “Essas questões devem ser incorporadas nas agendas de pesquisas e reflexões, tarefa que exige mais do que uma acomodação de temas, mas uma verdadeira redefinição conceitual, que aponte para novos modelos de análise” (FARIA, 2009, p. 19). Também esperamos com essa reflexão contribuir com o debate sobre a importância da abordagem de gênero no âmbito da definição de políticas públicas de desenvolvimento, que favoreçam a equidade no trato e no acesso a oportunidades por parte das mulheres, em especial para as mulheres rurais; bem como que esta temática se consolide como um aspecto importante na esfera da extensão rural que constitui um meio fundamental para o acesso da população rural às políticas públicas.

Desse modo, fez parte do nosso desafio estabelecer uma escuta aberta ao que estas mulheres têm a falar de suas vidas, sem nos limitarmos às concepções adquiridas tanto na

militância como na academia. Neste sentido, lembramos Carneiro (2010) que destaca ser preciso, no momento presente e diante de tantas transformações vividas no meio rural, questionarmos se as “pré-noções” utilizadas para explicar as relações de gênero neste espaço ainda são pertinentes às demandas e configurações que se identificam na atualidade do rural. Também realça esta autora que, ao invés de fazer colagem de discursos já consagrados, é importante voltar a atenção para as percepções femininas sobre a sociedade e sobre si mesmas (informação verbal)¹⁶.

Ademais, na operacionalização da escuta a essas mulheres, não poderíamos simplesmente pedir-lhes que contassem suas vidas. Nossa intervenção consistiu, então, em indagar cada mulher sobre como é sua vida na atualidade, bem como refletir a respeito de como foram as experiências anteriores, nos espaços por onde passaram. A partir dessas questões, elas nos guiaram a conhecer com maior profundidade as suas trajetórias. Em outros momentos, realizamos as conversas em pequenos grupos, onde elas iam confrontando as lembranças e apontando detalhes que eram esquecidos ou revelavam diferentes visões sobre situações experimentadas. Estas entrevistas e rodas de conversas ocorreram de abril de 2009 (quando D. Terezinha acolheu nossa proposta para fazer este estudo), até fevereiro de 2011, quando ainda precisávamos conhecer melhor alguns detalhes que iam surgindo a partir das diversas falas.

Por este caminho, após a audição das narrativas das mulheres, é que fomos priorizando as categorias que emergiam como relevantes em suas falas quando se remetiam ao que vivenciaram no lote, nas migrações temporárias, na rua e faziam comparações entre o “tempo atual” com a vida que haviam tido antes, no “tempo do sítio”, no “tempo do lote”, na juventude, na infância. Nosso referencial de partida para pensar o desenvolvimento foram os indicadores que compõem o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que trata de aferir dados sobre educação, saúde, expectativa de vida ao nascer e renda; considerando que estes elementos fazem diferença e significam avanços perante as concepções anteriores que apreciavam apenas os referenciais macro do Produto Interno Bruto (PIB) e renda per capita (estadual, regional e nacional) como elementos para aferir o desenvolvimento, ou melhor, para verificar o crescimento econômico. Mas, com o olhar voltado para as singularidades das

¹⁶ Palestra no Primeiro Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia. Realização Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal de Pernambuco. Apoio: Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (PROESQ), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Recife, 2010.

mulheres, identificamos em seus discursos preocupações fundamentais com o que dizia respeito diretamente aos meios para garantir suas vidas, e de seus familiares.

Diante dessas constatações, passamos a procurar vivenciar a instigante e desafiadora necessidade de ampliar nosso conhecimento sobre a vida dessas mulheres rurais. Nesse aspecto, nos colocamos de acordo com as observações de Alves (2010) ao assinalar que, nos estudos sobre gênero no meio rural, constata-se a falta de mais descrição e análise acurada dos novos atores e "atrizes" que estão no campo (informação verbal)¹⁷.

Para realizarmos nossa pesquisa, nos apoiamos nas inquietações compartilhadas por diversas autoras que ressaltam a necessidade de se considerar, nesses estudos, a cultura patriarcal tão intensa nas origens rurais, o forte traço machista e os valores coronelistas. Como nos indica Woortmann (2010), é preciso estar atentos ao risco de cair na armadilha de trabalhar com as "lentes masculinas". Para tal entende esta autora que é imperativo depurar a própria teoria para ir a campo, para analisar as condições da mulher, para pensar os conceitos que envolvem os estudos de gênero (informação verbal)¹⁸.

Frente a essas reflexões, nos sentimos provocados a buscar um arcabouço teórico de apoio à pesquisa que nos fornecesse elementos para uma melhor compreensão sobre as especificidades e diversidades que caracterizam o mundo rural na contemporaneidade. Do mesmo modo, fizemos um esforço para que o referencial teórico e metodológico, pelo qual optamos, fosse capaz de sustentar a análise que ambicionamos tecer a partir das vivências das mulheres rurais.

No percurso transcorrido, na realização deste estudo, fizemos pesquisa sobre a literatura e os documentos pertinentes às temáticas do feminismo, de gênero, bem como às transformações ocorridas no meio rural, em particular no Cariri da Paraíba. Obter informações por várias fontes é um recurso necessário à investigação com histórias de vida, nos moldes que orienta Queiroz: "Como as demais técnicas, também esta é insuficiente e deve ser completada com dados de outras fontes" (QUEIROZ, 1994, p.111).

Nessa prática metodológica, como lembra Cabanes, ao elegermos ouvir as mulheres, procuramos [...] captar a dimensão pessoal, a única que pode dar conta de um comportamento, de uma ação, de um investimento coletivo". (CABANES, 2006, p. 107).

Dessa forma, as mulheres das quatro gerações foram revelando seus deslocamentos e as configurações tecidas no mundo rural e na agricultura camponesa, no contexto do Cariri.

¹⁷ loc. cit.

¹⁸ loc. cit.

Conseguir dar ressonância às narrativas singulares dessas mulheres tem a finalidade de também contar sobre as suas trajetórias em uma dimensão social, como enfatiza Chauí:

o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e como lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social [...] (CHAUÍ, 2007, p. 31).

Assim sendo, a realização dessa pesquisa nos permitiu identificar, nas trajetórias de vida das quatro gerações, como se concretizam elementos de mudanças ocorridas nas dinâmicas de desenvolvimento na região do Cariri. Essas mudanças podem ser contadas e analisadas a partir de dois referenciais: um que sustenta uma abordagem de gênero e outro que realça a posição das mulheres como agente, numa perspectiva do “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2007).

O primeiro referencial, que focaliza o desenvolvimento numa perspectiva de gênero, valoriza as dimensões histórico-estruturais, por entender que esta parcela da população não é suficientemente considerada nos registros históricos. Ademais, as mulheres estão numa posição desfavorável porque não são reconhecidas; suas histórias são narradas a partir do olhar e das vivências dos homens, na qual predomina uma compreensão limitada da realidade do conjunto das pessoas que (inter)agem nos processos sociais cotidianos. Com destaque para o pouco alcance às especificidades das mulheres rurais, ainda insuficientemente contempladas pelas políticas de desenvolvimento.

O segundo referencial destaca o papel das mulheres como agentes e o desenvolvimento como liberdade; enfatiza as funções exercidas pelas mulheres que realizam as suas atividades como um elemento central para assegurar os resultados necessários à sustentação da vida, em meio a condições bastante adversas de restrições materiais e de oportunidades. Como já assinalamos, de acordo com Sen (2007), as possibilidades das mulheres ampliarem suas capacidades [capabilities] e o poder de fazer escolhas, se revertem em melhorias para a vida das próprias mulheres, das crianças e dos homens, ou seja, para a sociedade como um todo.

Apoiados nesses dois referenciais, apresentamos, em nosso trabalho, uma análise do desenvolvimento na perspectiva de gênero, identificando as transformações inscritas nas trajetórias de vida de quatro gerações de mulheres rurais na região do Cariri.

A nossa dissertação está estruturada em quatro capítulos específicos. No primeiro capítulo, enfatizamos o lugar do rural, particularmente das mulheres rurais, no processo de desenvolvimento adotado no Brasil, a partir dos anos de 1930. Nosso objetivo foi demonstrar o quanto a dimensão rural ficou secundarizada no projeto de desenvolvimento do país, gerando uma desvalorização do mundo rural e, conseqüentemente, acentuando a precarização das condições de vida da população do campo e, principalmente das mulheres. Além disso, refletimos sobre as transformações ocorridas na concepção de desenvolvimento. No segundo capítulo, dedicamos nossa atenção à discussão das categorias analíticas (mulher, gênero e feminismo) que nos subsidiaram para pensar as trajetórias de vida das mulheres, realçando sua importante participação no desenvolvimento através das atividades que realizam no processo produtivo e reprodutivo. No terceiro capítulo, focalizamos o contexto do Sertão do Cariri Paraibano, dando um destaque às várias políticas públicas implementadas pelo Estado no domínio do desenvolvimento rural para a região. No quarto e último capítulo, descrevemos os três tempos vivenciados pelas mulheres com as quais temos trabalhado, e também explicitamos as trajetórias de vida de cada uma das quatro gerações, priorizando como percebem sua inserção no desenvolvimento produzido na região e os papéis que exercem no espaço da casa, do terreiro, do roçado, da vizinhança e da rua. Importa ressaltar que no lugar de transcrever diretamente as narrativas, optamos por fazer uma descrição das falas das mulheres, para que não haja prejuízo no entendimento das formas particulares de expressão apresentadas.

Retrato 2 – Veredas: entre o Perímetro Irrigado e “a rua”



Fonte: D'Oliveira, Sumé, 2010.

“Sertão, nessa perspectiva, é concebido como um dos pólos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. No outro pólo, litoral não significa simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização. (LIMA, 1999, p. 60)

1 CAPÍTULO 1 - DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TRILHANDO AS VEREDAS DO MUNDO RURAL

1.1 MODERNIZAR, EM NOME DO ATRASO

O modelo de modernização e o paradigma de desenvolvimento econômico instituídos no Brasil a partir da década de 1930 estavam centrados na ideia de que a industrialização e a urbanização superariam o arcaísmo brasileiro representado pelo mundo rural. Nesta perspectiva, tanto o rural como sua população foram extremamente desqualificados e desvalorizados no campo dos direitos ao tempo em que o rural era identificado como o “lugar do atraso”, daquilo que está em vias de superação. Todavia, essa foi uma visão social e política construída ao longo de séculos, como assinalam diferentes autores (SABOURIN, 2009; VEIGA, 2002; WANDERLEY, 1998, 2010).

Estudos desenvolvidos por Mantega (1984) evidenciam que o paradigma de modernização e desenvolvimento adotado pelo Brasil, centralizado na industrialização e urbanização, que buscava romper e superar o modelo agroexportador do período colonial, não proporcionou mudanças significativas na vida da população brasileira, como esperavam os pensadores vinculados à CEPAL e ao ISEB. Destaca ainda o autor que a capacidade de acumulação resultante da expansão do “nacional-desenvolvimentismo” coincide com ampla legitimidade do Estado brasileiro, período de larga acumulação de capital no país e de avanços políticos nas liberdades sindicais e de sufrágio universal. Mas, segundo relata, “as promessas de melhoria de vida para o grosso da população, a sua integração no progresso, elevação dos salários, etc., não se concretizaram. E não foi por falta de industrialização” (MANTEGA, 1984, p. 63).

Esse projeto de modernização perseguido no país, após os anos de 1930, mesmo afirmando o rompimento com o rural atrasado e o coronelismo, permite o estabelecimento de uma aliança entre o capital e a propriedade da terra. Esta união gera uma condição peculiar do capitalismo brasileiro, que é se desenvolver sem alterar a estrutura de propriedade concentrada da terra, e, notadamente, contribuir para não modificar a concentração do poder político nas mãos das elites. Por isso, entendemos ser importante considerar o poder político e econômico exercido por uma elite dominante e latifundiária que confirma o histórico

brasileiro de uma sociedade de base agrária, com atributos particulares, tal como destaca Wanderley:

[...] dois elementos são fundamentais para caracterizar esta civilização agrária: o poder local exercido por uma elite, vinculada à propriedade concentrada da terra e o tratamento desqualificador que esta elite mantinha em relação aos não proprietários (WANDERLEY, 2009a, p. 62).

Nesse cenário, onde a elite sentia-se acima da lei, os não proprietários “[...] eram ignorados como sujeitos de direitos, as políticas para o meio rural pouco levavam em conta a melhoria de suas condições materiais de vida e nem sequer eram reconhecidos como trabalhadores” (WANDERLEY, 2009a, p. 62). Isto faz com que tenhamos um capitalismo singular no qual os proprietários do capital e das terras, categorias antagônicas em outras realidades históricas, sejam os mesmos atores no Brasil. Nas palavras de Martins, podemos constatar que:

Entre nós, apesar das tentativas, não vingou o modelo, também clássico, que em outros países separou a propriedade do capital e a propriedade da terra, separando, ao mesmo tempo, a classe dos capitalistas da classe dos proprietários de terra. Ambos, aqui, se fundiram. Isso dá aspectos muito especiais à nossa questão agrária [...]. E estamos falando de um passado que é nosso presente, que está vivo entre nós e atual (MARTINS, 2003, p. 170-171).

Assim, o autor mostra como o impedimento à democratização da propriedade da terra encontra-se na raiz de nossa estruturação como sociedade livre. Silva (1982, p. 119), também se refere a esta forma perversa de aliança estabelecida no país, como meio para gerar uma “lenta e dolorosa modernização” na agricultura, comprometendo os avanços no desenvolvimento das forças produtivas do campo. Como afirma Silva, em países periféricos, como os da América Latina, a industrialização tardia ocorre na fase do capitalismo monopolista, o que “submeteu a agricultura a uma ‘modernização conservadora’ na qual o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado”. (SILVA, 1982, p. 126).

Bursztyn (1984, 2008) realça que, no Brasil, após o golpe de Estado e a instalação da ditadura militar, em 1964, se aprofunda essa ideia de modernização tendo como sustentação o reforço à “Revolução Verde”¹⁹ frente às ameaças da “Revolução Vermelha” (BURSZTYN, 1984, p. 136; 2008, p. 182). Nesse contexto, a estratégia de “modernização da agricultura” é utilizada pelo governo central como um instrumento para sua legitimação e como um canal

¹⁹ O termo “Revolução Verde” foi utilizado para referir-se a uma estratégia mundial de intensificação da produção agrícola através do uso de recursos técnicos e produtos químicos no incremento da produção nos países capitalistas.

para alianças com o poder local; essa modernização vem em resposta às pressões por reformas de base, procurando obstruir a organização da classe trabalhadora, particularmente opondo-se ao poder político conquistado pelas Ligas Camponesas no Nordeste.

A ideia de modernização restringiu o mundo rural ao agrícola e a estratégia de desenvolvimento rural do Brasil se voltou para o incremento da agricultura. Deste modo, os mecanismos de incentivo ao desenvolvimento, os recursos financeiros e técnicos foram canalizados para o aumento da produtividade das atividades agrícolas predominantemente vinculadas à grande propriedade e às estratégias agroexportadoras. Esta forma de intervenção relegou a maioria da população rural ao descaso, por não ser inserida nas políticas do Estado e muito menos ser contemplada com os investimentos do capital. Ao mesmo tempo, se impôs no campo a dominação e a hegemonia do latifúndio, através do uso recorrente da força pelo patronato rural (BRUNO,1997, XIV apud WANDERLEY, 2010, p. 24), e pelo Estado, como meio para conter as reações e as resistências dos camponeses, tanto nas áreas de expansão das fronteiras como em outras regiões do país.

Desse percurso, podemos inferir que o desenvolvimento no Brasil, até meados de 1950, esteve vinculado à concepção de crescimento econômico. Esta proposição foi ratificada pelo golpe de 1964 e a eclosão do “milagre brasileiro”, em sua dimensão rural, estava atrelada ao avanço da modernização da agricultura e a viabilização de um modelo produtivista intensificado na ampliação das fronteiras agrícolas do país. Este formato teve plena sintonia com o contexto internacional da “Revolução Verde”, não gerou resultados favoráveis ao conjunto da população, e, em particular, foi desfavorável para os camponeses sem terra ou com pouca terra. Esses habitantes do campo tinham uma situação econômica e social mais vulnerável e se agravou em consequência da crise que se seguiu ao período do “milagre econômico”.

Com este modelo de modernização da agricultura, o Estado brasileiro e também outros estados Latino-americanos fizeram uma opção por investir no incremento da grande propriedade em detrimento da produção camponesa. Esse “voto de confiança” (WANDERLEY, 2010), dado pelo Estado aos grandes proprietários de terras, não foi expandido ao campesinato. Com efeito, se fortalece o latifúndio-empresa, como ressalta Wanderley:

Por essa via, os grandes proprietários-empresários rurais se tornam agentes imediatos da captação dos excedentes agrícolas – produzidos por pequenos agricultores e trabalhadores assalariados – à destinação dos setores dominantes. Assiste-se, assim, a uma integração ‘pelo alto’, através da qual os dirigentes da produção agrícola sedimentam a base material de sua própria reprodução social e tem reconhecida sua condição de classe dominante (WANDERLEY, 2010, p. 23).

O caminho de desenvolvimento alicerçado nessa escolha de “modernização conservadora”, adotado no Brasil, garantiu que a elite proprietária das terras e do capital industrial emergente mantivesse a hegemonia do poder político, das terras, dos recursos financeiros e tecnológicos. É nesse cenário que inicia, nos anos de 1940, a implantação dos serviços de Extensão Rural no Brasil, com o intuito de criar uma base técnica que contribuísse para fortalecer o processo de modernização. Callou, a partir de estudos feitos por Tereza Lousa e Romeu Padilha, traça o percurso histórico dessa ação no país, desde a sua fundação no Estado de Minas Gerais, em 1942. Na compreensão do referido autor, nos anos de 1950, a significação da Extensão Rural se volta para a difusão de inovações tecnológicas com o objetivo de promover a dita “modernização” da agricultura brasileira, e aos poucos vai limitando suas atividades consideradas “educativas” e as ações baseadas em uma “filosofia humanista”. Como explica Callou:

[...] para se dedicar a uma agricultura mais ‘dinâmica’, mais ‘desenvolvida’. Quer dizer, uma ‘agricultura moderna’ de caráter químico e mecânico, com um sistema de recursos creditícios, agora de caráter orientado, particularmente em regiões consideradas mais promissoras. Não é ao acaso, por exemplo, que a Extensão Rural dá as costas ao movimento camponês no Nordeste, representado pelas ligas camponesas [...] (CALLOU, 2006, p. 93).

Esta estratégia de intervenção da Extensão Rural coincide com o desenvolvimento da indústria de produtos agropecuários no país, sendo o seu apogeu no início dos anos de 1970, no período do “milagre brasileiro” (CALLOU, 2006).

Como veremos mais adiante, nas experiências das mulheres rurais com as quais estamos trabalhando, o seu contato com a Extensão Rural vai ocorrer nesse contexto de modernização, a partir dos anos de 1974, quando a família passa a ser beneficiária do Perímetro Irrigado de Sumé. Foi durante o momento de funcionamento da irrigação que a família teve acesso aos serviços de extensão e ao crédito rural, além de atividades educativas voltadas para formação em cooperativismo. Entretanto, o trabalho da assistência técnica no Perímetro era uma ação isolada, em um “oásis”, sua atuação fundamental, no Cariri, foi

direcionada para a criação semiextensiva, e extensiva de gado bovino, notadamente, a principal atividade econômica desenvolvida pelos grandes proprietários da região.

Contudo, no quarto capítulo, na apresentação do “tempo do lote”, mostraremos como o acesso à Extensão Rural significa um breve período que se esgota com o fim das atividades irrigadas no Perímetro. Relato atual indica que a visita do técnico do DNOCS ao lote, nas palavras de um agricultor, “É só para fazer apanhado de informação”.

Dentro das estratégias de modernização adotadas para Região Nordeste, a irrigação entrou na pauta do Governo Federal desde 1906, com a construção do açude de Quixadá, no Estado do Ceará. Essa alternativa foi concebida para “combater a seca”, com a finalidade de minimizar os efeitos da estiagem, fenômeno natural vivenciado pelas famílias agricultoras no Nordeste. Mas, a implantação dos perímetros irrigados, viabilizados pela desapropriação de terras, só vai se efetivar após a seca de 1958. Sendo que a maioria dos perímetros, por colonização, resultou da política de irrigação e começou a funcionar a partir da década de 1970, através do DNOCS (MENDONÇA, 2010, p. 43). Este modelo de intervenção procurou aproveitar os recursos hídricos armazenados, através da política de açudagem pública realizada no país, e das recomendações do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (ANDRADE, 1986, p. 207; FURTADO, 2009, p. 151). O objetivo dos perímetros, segundo Bursztyn (1984, 2004) e Mendonça (2010) era transformar os agricultores em colonos “modernos”, na perspectiva de “superação do atraso” das regiões rurais do Nordeste. Sobre este aspecto, vejamos o que nos diz Ramonildes Gomes, baseando-se no Plano integrado para o Combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste (MINTER/SUDENE, 1973): “A política adotada pelo DNOCS tinha como objetivo a criação de uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores, mediante a criação de estímulos à produção irrigada” (GOMES, 2005, p. 111). E como sintetiza Mendonça:

O modelo de irrigação aplicado aos perímetros irrigados por colonização foi criado a partir da experiência de irrigação do deserto californiano, das técnicas de irrigação desenvolvidas nos *Kibbutz* em Israel, o modelo de cooperativismo alemão, e os objetivos preconizados pela revolução verde que fizeram a moldura dos aspectos técnicos e práticos adotados pelos técnicos do DNOCS (MENDONÇA, 2010, p. 44).

Entretanto, estes relatos mostram como a ditadura militar, instalada no Brasil com o golpe de Estado de 1964, lança mão da apregoada “modernização” da agricultura brasileira, sob o alibi do desenvolvimento e na busca de legitimidade, favorecendo a acentuação das desigualdades no país, evidentemente, em detrimento dos mais pobres. Neste sentido,

analisando as políticas específicas para o desenvolvimento da agricultura no Nordeste, explica Sorj:

Ao nível do discurso ideológico, o Governo ainda mantém como um dos seus objetivos a resolução dos problemas sociais do Nordeste, embora sempre coloque essa preocupação conjuntamente com a de assegurar maiores níveis de eficiência. Os programas específicos não chegaram a ter separadamente ou em conjunto o mesmo impacto que as políticas gerais para o setor agrícola, e favoreceram claramente os médios e grandes produtores (SORJ, 1986, p. 99).

Para Bursztyn (1984), o Estado brasileiro promoveu a criação de diversos programas com o objetivo de viabilizar estratégia de apoio à modernização da agricultura. Nos anos de 1970, no Nordeste, além da implantação do Plano de Irrigação Nacional (PIN) com os perímetros irrigados, também adotou outros programas, como assinala o referido autor:

A criação de uma série de programas de desenvolvimento regional - dos quais os mais importantes são o POLONORDESTE e o Projeto SERTANEJO - reforçam a concepção oficial de atacar os males da 'região-problema' a partir do agro (BURSZTYN, 1984, p. 104).

Ainda segundo esse autor, a criação do Projeto Sertanejo, nos anos de 1970, tem a expectativa de garantir a extensão do benefício da "modernização subsidiada" a todos, ou, como diz, tem o intuito de criar uma "pax agrariae" com os proprietários tradicionais (BURSZTYN, 1984, p. 92). Ou seja, nessas intervenções públicas, voltadas para o mundo rural, prevaleceram os interesses e os privilégios do latifúndio.

O caso da pecuária é nomeado por Bursztyn como "bovinização" e mostra como o crédito destinado a esta atividade, na Região Nordeste, passa a ser incentivado, particularmente, no período pós 1964. Antes, a prioridade era o financiamento da agricultura, na perspectiva da produção de alimentos; todavia, nos anos de 1964 a 1969 há uma inversão de prioridade na destinação do crédito e a pecuária cresce em cerca de trinta vezes (BURSZTYN, 1984, p. 42).

Com efeito, essas intervenções não favorecem melhorias para o conjunto da população e a região semiárida, neste período, é demarcada pela permanência do dramático problema da vulnerabilidade da população rural, e de várias cidades, aos efeitos da estiagem; situação agravada com a desestruturação do "complexo sertanejo" que reunia algodão, pecuária e as culturas alimentares de milho e feijão.

A drástica redução do algodão afetou o rebanho bovino e desarticulou o sistema produtivo do semiárido e, em consequência disso, o empobrecimento da população rural do Nordeste ampliou-se nas décadas de 1980 e início dos anos de 1990. A cultura do algodão foi perdida, primeiro em decorrência da concorrência com outras localidades produtoras de fibras e culminou com a praga do bicudo, dizimando o que resistiu à concorrência do mercado. Como relatam Favareto et al “segundo o IPEA, no semi-árido, o setor agropecuário diminuiu entre 1988 e 1998 de R\$ 6 bilhões para R\$ 3,5 bilhões, enquanto os gastos do INSS com aposentadorias rurais passaram de 2 para 4,1 bilhões de Reais” (FAVARETO et al, 2010, p. 20).

1.2 DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO

Com o processo de redemocratização do país, após a chamada “década perdida” dos anos de 1980, retoma-se a discussão sobre os efeitos deletérios da concentração da renda, da terra e do aumento da pobreza resultantes da política de crescimento econômico instituída no país. É nessa fase que os movimentos sociais voltam a influir mais na cena pública e a Constituição de 1988, tida como a Constituição cidadã, apresenta mudanças para a população pobre do mundo rural, com destaque para a instituição do direito à aposentadoria rural para todos(as) os(as) trabalhadores(as), medida que só passa a ser efetiva a partir de sua regulamentação em 1994 (NOVAES, 2007, p. 160).

A conquista do direito à aposentadoria rural é de ampla significância para garantir uma fonte de renda, particularmente, na região do semiárido. Essa forma de acesso a um recurso monetário foi fundamental como meio de suprir a lacuna deixada pela redução da produção agropecuária, combinada com o fim do cultivo do algodão.

Naquele contexto, entra em pauta, de forma contundente, o debate sobre o desenvolvimento combinado com justiça social, e se destaca a importância que tem o mundo rural para as atividades econômicas, sociais e políticas do país. A previsão de esvaziamento do rural não se confirma e, muito pelo contrário, a discussão sobre o meio ambiente e a qualidade de vida revigoram o interesse e o papel do espaço rural; retoma-se o tema da reforma agrária e surge o MST, movimento social de massa que vai estabelecer uma agenda de discussão acerca da vida no campo no Brasil com o lema “ocupar, resistir e produzir”, que tem repercussão na grande mídia interna e fora do país. Como analisa Celso Furtado, no final do século XX,

O MST é o mais importante movimento social já ocorrido no Brasil, neste século. [...] o MST educa o pessoal para mostrar que, num país onde não há criação de emprego urbano, onde se passa fome nas cidades, existe a chance de ficar no campo, trabalhando. Portanto, é um movimento que merece respeito [...] (FURTADO, 1998, p. 28-29).

Deste modo, novos atores sociais vão tomando parte no debate sobre o desenvolvimento que se quer para o país e, em particular, para o mundo rural. Com isso, a partir das conquistas inscritas na Constituição de 1988 e também dos retrocessos, como é o caso da reforma agrária que não consegue significativos avanços com a nova Constituição, tem início uma nova etapa de discussão em torno do processo de desenvolvimento rural no Brasil, quando são colocadas em pauta as complexidades (tensões e contradições) inerentes ao mundo rural. Nessa conjuntura, os movimentos sociais do campo exigem que a política de desenvolvimento contemple as diversas configurações da população do campo, constituída por agricultores com pequenas áreas de terras, sem terras, povos das florestas, indígenas, quilombolas, entre outros, que historicamente foram postos à margem dos resultados conquistados pelo crescimento econômico produzido no Brasil. É neste período que são criados os fundos constitucionais (entre eles o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE) com a finalidade de compensar as desigualdades regionais historicamente estabelecidas no país. Posteriormente, por pressão dos movimentos sociais, com destaque ao Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), e pelo reconhecimento por parte do Estado da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que se destina, exclusivamente, a um público que jamais fora contemplado com as políticas das linhas de crédito oficial (NOVAES, 2007, p. 160).

Outra constatação no início dos anos de 1990 é a universalização e a descentralização dos serviços de saúde, e de educação, que geraram importantes mudanças na vida das populações residentes em áreas rurais. Este conjunto de intervenções, articuladas com a instituição de vários benefícios e programas sociais²⁰, vai disponibilizar recursos e serviços públicos para uma parcela da população que vivia à margem do acesso às condições básicas de sobrevivência.

Na atualidade, face aos questionamentos de que é necessário qualificar a compreensão acerca do desenvolvimento, já não basta considerar as melhorias no campo econômico, relacionadas à renda e à produção de riqueza; surge outra denominação, demarcada no

²⁰ Universalização da Aposentadoria, instituição da Bolsa Escola, do Vale Gás, do Programa de Leite etc.

contexto internacional a partir do *Relatório de Brundtland*, de 1987 (BURSTYN e PERSEGONA, 2008, p. 208) que possibilita adjetivar o desenvolvimento como desenvolvimento sustentável. Segundo Bursztyn e Bursztyn (2009/2010), a noção de sustentabilidade é recente, mas contribui para qualificar a concepção de desenvolvimento, incluindo que o meio natural também precisa ser considerado. Embora, como lembram esses autores, a ideia de desenvolvimento já tinha “seu caráter indissociável da qualidade de vida e do bem-estar social” (BURSZTYN e BURSZTYN, 2009/2010, p. 11).

Ainda de acordo com Bursztyn e Bursztyn (2009/2010), no meio rural ocorreram avanços positivos nas dimensões econômicas e sociais. Não obstante tenham sido criados mecanismos para proteção ambiental, este aspecto constitui mais uma retórica que está presente nos discursos dos programas do que em efetivas ações de regulação e práticas. (BURSZTYN e BURSZTYN 2009/2010).

Sem dúvida, o desafio posto aos movimentos sociais e às agências públicas (governamentais e não governamentais) é conseguir de fato operacionalizar, de modo democrático, as proposições que têm sido discutidas e realizadas pela sociedade e pelo Estado, nas diferentes instâncias de intervenções políticas e executoras.

Frente a essas exigências, entendemos que o serviço de Extensão Rural pode ter um papel fundamental na condição de um serviço público, prestado pelo Estado e pela sociedade, que seja capaz de dar suporte às ações dos diversos atores rurais. Nesse sentido, é relevante para o país a retomada da proposição de uma política pública de Extensão Rural, que atenda às necessidades das novas configurações que se afirmam no mundo rural, e que também esteja a serviço da construção do desenvolvimento rural sustentável, como preconiza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER (BRASIL, 2010). Além do mais observa-se a necessidade de garantir a prioridade no atendimento aos diversos atores sociais que fazem a vida no campo, com destaque para os jovens e as mulheres rurais, estas que não eram consideradas antes como trabalhadoras diretas das atividades produtivas.

Nesse sentido de lidar com a realidade de um mundo rural diversificado, continua atual um aspecto fundamental nesse debate, posto por Martins (2002) e Wanderley (2009a), quando trazem o questionamento sobre a manutenção da concentração da propriedade da terra no Brasil para o centro das reflexões a respeito dos efeitos e dos formatos de desenvolvimento adotados no país. Isto demonstra como as dificuldades de acesso ao uso e a posse da terra, são marcas constituintes das condições de vida da população rural no Brasil, e são determinantes para se compreender o arranjo que estruturou o conceito de modernização no país. Em vista

disso, entendemos que nos estudos sobre o mundo rural, no Brasil, continua sendo importante ter presente a preocupação direcionada para a forma de ocupação da terra, sob risco de se desconsiderar um fator básico às configurações e significados dos modos de vida no campo. Assim sendo, a atualidade da reforma agrária é um ponto essencial para o enfrentamento das formas de dominação da sociedade e para a superação dos limites e entraves à construção do desenvolvimento rural e de sua sustentabilidade no país.

Além da terra como um recurso essencial para o espaço rural, os demais bens e serviços, como educação, Extensão Rural, saúde, oportunidades de trabalho, de lazer e equipamentos sociais foram correntemente negados à população do campo. Em larga medida, as condições de precarização desta parcela da população foi determinada pelo modelo de urbanização que se instalou e se expandiu no país, e foi favorecido pela pressão sobre a população rural para deixar o campo e sair para as cidades e formar um exército de reserva de mão de obra ofertada à industrialização.

Para Abramovay, a dimensão da população rural no Brasil justifica que se pense o desenvolvimento específico deste local, notadamente, em função do que o meio rural tem a disponibilizar para a sociedade, e não apenas pela incapacidade das grandes regiões metropolitanas oferecerem possibilidades de trabalho à população. Destaca esse autor que considerar a migração como alternativa de emancipação para a população rural, além de ser uma visão perversa, constitui uma subestimação do valor da ruralidade na contemporaneidade. Afirmado esta sua posição sobre importância do mundo rural na atualidade lembra ainda o citado autor:

A ruralidade não é apenas uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um *valor* para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor – e não somente de suas atividades econômicas setoriais – que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não-densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas (ABRAMOVAY, 2003, p. 51).

Nesse debate, e diante das novas configurações em disputa no meio rural, vários autores destacam que as proposições referentes ao desenvolvimento do mundo rural tem avançado no sentido de constituir a dimensão territorial, bem como outras dimensões que estão postas nas dinâmicas atuais, para além do aspecto setorial da agropecuária (ABRAMOVAY, 2007; FAVARETO, 2007; WANDERLEY, 2010).

1.3 RESISTÊNCIAS E (RE)AFIRMAÇÃO DE UTOPIAS

Veiga (2005) enfatiza que até meados dos anos de 1970, o progresso material era o determinante do desenvolvimento, mas esta concepção se transformou e na atualidade este processo é entendido como algo que vai além das dinâmicas econômicas. Refere-se à instituição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e do Relatório de Desenvolvimento Humano como um marco que tem contribuído para qualificar a concepção do desenvolvimento. Este relatório, para além dos aspectos econômicos, acrescenta indicadores que permitem verificar as condições de educação, de saúde e a expectativa de vida da população. No entanto, destaca o autor que, apesar dos significativos avanços obtidos pela humanidade no século XX, persistem alguns velhos problemas como a pobreza, a fome, a violação das liberdades políticas. São expressivas as conquistas em relação à organização política através da democracia e da participação; a incorporação dos conceitos de direitos humanos e de liberdade política à retórica do presente; bem como a ampliação média do tempo de vida das pessoas e a interligação das regiões globais. Mas, mesmo diante do progresso técnico e político, permanecem dificuldades antigas como a “ampla negligência” perante a condição de agente das mulheres. Frente a essas constatações, o autor chama a atenção para a pertinência da compreensão elaborada por Sen (2007), do “desenvolvimento como liberdade”, para o enfrentamento dos problemas atuais, como explica:

A expansão da liberdade é vista por Amartya Sen como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Consiste na eliminação de tudo o que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas. O crescimento econômico obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades também dependem de muitos outros determinantes, como os serviços de educação e saúde, ou os direitos civis (VEIGA, 2005, p. 34).

Além do exposto, e diante dos desafios contemporâneos das mudanças climáticas e seus efeitos, e para que a sustentabilidade do desenvolvimento não fique restrita às retóricas das instâncias estatais e da sociedade, Veiga nos instiga a pensar sobre a possibilidade de se vislumbrar o desenvolvimento sustentável como a utopia que desafia a humanidade no século XXI.

Como citado um pouco acima, nesse estudo, tomamos como referência a noção de “desenvolvimento como liberdade” de Sen (2007). Para Veiga, no atual debate sobre a concepção de desenvolvimento, é fundamental a proposição de Sen sobre a necessidade de se

reunir ética, economia e política (VEIGA, 2005, p. 80). Nessa direção, podemos compreender a dimensão política do imperativo de considerar a perspectivas das mulheres nos processos de desenvolvimento. No entendimento de Sen, o acesso das mulheres à condição de “Agente” é um elemento fundamental, como já mencionamos, para viabilizar a melhoria nas condições de vida das próprias mulheres, por lhes permitir uma participação efetiva nas definições referentes à vida da família assim como influenciar nas decisões relativas à comunidade. O autor assegura que esta é uma condição determinante para melhorar a vida das crianças, de adultos, de homens, enfim, enfatiza que, quando as mulheres garantem o seu lugar de “Agente” na organização social, isto incide em mudanças positivas para as demais pessoas da comunidade. Por conseguinte, ressalta que compreender este papel de “Agente” das mulheres no desenvolvimento, consiste no principal objetivo e lacuna da economia política na atualidade, como diz Sen:

O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do ‘desenvolvimento como liberdade’ (SEN, 2007, p. 235).

Em boa medida, esta concepção de “desenvolvimento como liberdade” pode ser entendida como uma visão consequente com os modos de vida característicos do campesinato. Wanderley (2010) nota que os camponeses definem formas de resistências aos bloqueios que lhes são impostos, afirmando os valores da autonomia e de um modo de vida que lhe é particular, indicando, sobretudo, atos de liberdade (WANDERLEY, 2010, p. 15). Esta compreensão reforça a necessidade de se analisar o funcionamento do campesinato a partir das suas características internas e das estratégias que adota para conseguir assegurar o mundo rural como “lugar de vida”, como tem se confirmado pela importância e atratividade das localidades rurais no momento recente do Brasil e de vários países, inclusive, de países desenvolvidos (ABRAMOVAY, 2003; FAVARETO, 2007; WANDERLEY, 2009b).

Essas reflexões e as questões postas à discussão sobre o tema do desenvolvimento rural, e da construção do futuro atrelado ao ideal da sustentabilidade, nos estimulam a compreender as estratégias adotadas pelas mulheres rurais para superar as privações e as restrições que lhes são impostas na atualidade. E nos instiga a refletir sobre as formas de

resistências e deslocamentos essas mulheres têm construído para as suas vidas e de seus familiares.

Wanderley (2009b) afirma que a natureza estrutural do capitalismo brasileiro vinculado ao latifúndio gerou uma “modernização sob o comando da terra”. Essa escolha hegemônica estabelecida no país relegou o campesinato a “um lugar negado, não reconhecido” e produziu categorias que são consideradas paradoxais em comparação com os tipos clássicos. Temos no Brasil “agricultores sem terra” e “assalariados da terra”, como define a autora. Esta inserção subordinada, esta posição de subalterno exigem do campesinato um extraordinário “esforço social” para conseguir “as condições mínimas de sua reprodução social”. Desse modo, nas diferentes regiões do país, as estratégias dos camponeses estão voltadas para assegurar a constituição de um patrimônio fundiário que possa ser repassado às gerações seguintes. Nas palavras da autora,

Historicamente, essas lutas constantes se expressam através das estratégias da posse precária da terra, da migração, da venda da própria força de trabalho, e da prática de uma agricultura itinerante (WANDERLEY, 2009b, p. 197).

A autora lembra que Marie Claude Maurel se refere a um modo utópico de reprodução do campesinato. Apoiados nessas constatações teóricas, interessa-nos aprofundar o conhecimento sobre as estratégias adotadas pelo campesinato, e, em particular, pelas mulheres para enfrentar as condições adversas no mundo rural brasileiro.

Constata Sabourin (2009) que, frente às marcas históricas desfavoráveis, a população camponesa resiste e faz inovações para a superação das adversidades. Essas resistências construídas pelas famílias camponesas evidenciam espaços complexos onde a população do campo garantiu sua continuidade, a despeito de toda desdita de viver à margem do acesso aos direitos à terra para trabalhar, a relações dignas de trabalho, à educação, à saúde, à moradia decente, ou seja, às condições mínimas para uma vida íntegra. Essas pessoas desenvolveram estratégias de reprodução e de adaptação para se manter no campo. Com isso, os povos do campo²¹ criaram uma diversidade cultural e econômica que, além de produzir um “mundo rural com gente”²², no momento atual, pressionam por uma pauta política e econômica que

²¹ Quando nos referimos aos povos do campo, incluímos as seguintes categorias: camponeses, trabalhadores rurais, pescadores, quebradeiras de coco, povos ribeirinhos, indígenas, quilombolas etc. Sobre esta denominação, ver documentos produzidos pela I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

²² Este foi o lema que mobilizou a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em junho de 2008, sediada no Município de Olinda, no Estado de Pernambuco.

contemple avanços relacionados à criação de condições decentes para se viver no espaço rural. Assim, têm forçado o Estado, em suas diferentes instâncias, e também a sociedade, a (re)conhecer que esta questão diz respeito a parcela significativa da população do país.

No Brasil, viver no rural, e do rural, em uma condição de não proprietário ou de agricultor(a), camponês, “pequeno produtor”, até bem pouco tempo, tinha apenas um sentido de exclusão da possibilidade da condição cidadã atribuída a quem habitava a pólis, a cidade. Porém, em direção contrária a estas previsões, cotidianamente o rural tem sido reinventado. E também tem sido um lugar marcado por variadas formas de resistências a essa visão hegemônica e determinista. Ademais, na atualidade, esta discussão é favorecida pela pauta da temática do meio ambiente que faz ressonância à preservação do rural como um espaço que tem a possibilidade de oferecer uma melhor qualidade de vida a sua população, o que implica em um processo de reconhecimento e de valorização dos seus atributos singulares de beleza, de oferta de tranquilidade, de silêncio, entre outros (VEIGA, 2002, p. 91).

Na busca de entendimento da complexidade do mundo rural, nos remetemos mais uma vez a Wanderley (2009b) que enfatiza duas características fundamentais existentes na agricultura camponesa, que são: a especificidade de seu sistema de produção e a reprodução imediata da família, combinada com a preocupação voltada para a manutenção do patrimônio familiar (WANDERLEY, 2009b, p. 157). Também Carlos Brandão, em pesquisa realizada no bairro dos Pretos, na serra da Mantiqueira, menciona como no funcionamento da vida no sítio as atividades são imbricadas

Homens e mulheres estão juntos nos mesmos lugares e em tempos iguais ou diferentes, participando desigual e complementarmente do mesmo complexo de atividades que, no seu todo, realiza a vida produtiva do lugar: agricultura de cereais e a pecuária leiteira. De outra parte, vistas em toda a sua amplitude, tanto a agricultura camponesa quanto a pecuária de produção familiar desdobram tipos de trabalho que vão algo além da sequência usualmente descrita (BRANDÃO, 1999, p. 47- 48).

Essas descrições afirmam a complexidade existente nas dinâmicas produtivas e reprodutivas do mundo rural e indicam a importância de melhor conhecê-las. Em nossas observações, pudemos perceber que, na invisibilidade das mulheres, constatada na literatura (GOUVEIA, 2007; NOBRE, 1998), é sabido que são as mulheres rurais que estão implicadas mais intransigentemente com a reprodução da vida e têm sido responsáveis pela criação de diferentes estratégias para assegurar o sustento das famílias (OLIVEIRA e SILVA, 2008; STROPAZOLAS, 2004), desenvolvendo atividades que estão simultaneamente nos espaços

reprodutivos e produtivos. Podemos citar, entre outros aspectos, a produção de hortas, a criação de pequenos animais, a costura de roupas, produção de renda, artesanato, fabricação de derivados de leite que são, em parte, destinados à venda nos mercados próximos.

Da nossa experiência como profissional, no meio rural, observamos que a produção obtida pelas mulheres nos “canteiros”, “leirões”, “bacias de coentro” é dimensionada não apenas na perspectiva do consumo familiar, mas também das trocas, doações para a vizinhança e mesmo para eventuais visitantes, sem esquecer que parte dos produtos ainda é destinada à venda. Em geral, são as mulheres que assumem a responsabilidade pela criação de animais de pequeno porte (GARCIA e GARCIA JR, 1984, p. 31), a chamada “miunça,”²³ uma atividade que demanda maior volume de trabalho no manejo, é considerada de menor valor, mas não há maior inversão de recursos, se comparado, por exemplo, com a aquisição e manutenção do gado bovino, mais exigente no investimento inicial, na alimentação, no consumo de água e que requer menos mão de obra no manejo. Manuel Correia de Andrade cita que “As ‘miunças’, cabras sobretudo, são encontradas em todas as casas fornecendo, às vezes, leite, quando não há vacas” (ANDRADE, 1986, p. 134).

Do mesmo modo, a venda de ovos de galinha “capoeira”²⁴ é uma forma de garantir a obtenção de recursos durante todo o ano. Por menor que seja o montante, o fato de ser uma entrada semanal constitui uma vantagem. Em muitos casos, a confecção de roupas e o artesanato são por sua vez atividades não agrícolas com as quais as mulheres conseguem criar alternativas para arranjar ingressos financeiros, principalmente nos momentos de estiagem, quando estes recursos constituem uma opção valiosa para a família.

Para ilustrar a importância dessas alternativas criadas pelas mulheres, podemos nos remeter ao sucesso e à dimensão que tomaram os polos de confecção, próximo ao Cariri, centrados no Agreste pernambucano, em volta dos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama e que expande sua atuação para além do Estado de Pernambuco. Atualmente, atividades de confecção, originárias de Santa Cruz do Capibaribe chegam a ter etapas da sua produção realizada na região do Cariri, através da prática de “facção”²⁵ feita por mulheres que têm a experiência de uma larga tradição com a costura de roupas, seja nos sítios, ou em assentamentos da reforma agrária e em pequenas cidades. Outra atividade que também fica a cargo delas é o beneficiamento da produção, através da fabricação artesanal de queijos e

²³ Os termos “miunça”, “criação”, “bicho miúdo”, entre outros, são denominações utilizadas por camponesas(es), no Cariri paraibano, para designar os animais de pequeno porte (caprinos, ovinos, suínos e aves).

²⁴ Galinha de espécie nativa, também é conhecida como galinha caipira.

²⁵ Processo de distribuição e terceirização utilizado como ferramenta de especialização pelas indústrias de confecção.

de doces dos frutos sazonais, além da viabilização de comércio em “pequenas vendas”²⁶, como meios para gerar renda para a família.

Acreditamos que analisar as dinâmicas rurais, por meio da vivência das mulheres, constitui uma oportunidade particular para aprofundarmos o conhecimento sobre as especificidades dessas mulheres, e desse lugar. Existem diversas pesquisas sobre a região do Cariri, na Paraíba, mas o interesse em realizar este estudo também decorre do fato de identificarmos lacunas acerca de análises considerando a perspectiva da abordagem de gênero nessa região. O tema do desenvolvimento do Cariri já foi objeto de vários estudos (BATISTA, 1997; BURSZTYN, 1984, 2008; CANIELLO, 2001, 2004; CASTRO, 1985; COSTA, 2006; DUQUÉ, 1985; MARIN, 1985; MENDONÇA, 2010; PEREIRA, 2006, 2008). Entretanto, em nenhum desses autores encontramos uma análise voltada para a problemática das mulheres. Apenas recentemente, no início dos anos 2000, em seis municípios do Cariri (Camalaú, Coxixola, Monteiro, Prata, São Sebastião do Umbuzeiro e Sumé) foi iniciada uma abordagem de gênero em intervenção voltada para o desenvolvimento sustentável de regiões rurais, através da implantação do Projeto Dom Helder Camara (PDHC), do MDA. Em vista deste projeto incluir a abordagem de gênero em suas atividades, como resultado desta ação, foram efetuados dois diagnósticos de gênero (CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO e CUNHÃ, 2004, 2007) e também há um estudo realizado por Oliveira (2007). Estes diagnósticos têm provocado a produção de estudos, e de vários artigos, que fazem uma discussão do tema da participação política, da organização produtiva, da violência e assistência técnica, numa perspectiva de gênero (BEZERRA, 2007; D’OLIVEIRA, 2010, 2008a, 2008b, 2008c; D’OLIVEIRA e CALLOU, 2010; D’OLIVEIRA; REYS; LIMA, 2010; OLIVEIRA e SILVA, 2008). Em outra localidade do semiárido da Paraíba, Cunha (1998) analisa as relações de gênero na agricultura familiar, no âmbito do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, no município de Sousa.

Frente às questões postas no debate atual, é relevante ampliar as pesquisas sobre a vida das mulheres rurais para saber como são as especificidades de suas experiências, na perspectiva de se compreender os processos e transformações por elas vivenciados. O desafio é entender como se tece a urdidura dessas tramas e dos vários dramas das mulheres, uma categoria muito vezes silenciosa e silenciada. Em geral, além de não serem detentoras da propriedade da terra, bem essencial no espaço rural, também não são consideradas

²⁶ Em depoimento, as mulheres fazem questão de afirmar que no sítio é uma “pequena venda” ou uma bodega, correspondendo à oferta de produtos como café, sal, querosene, bolacha, entre outros, na própria casa e não uma mercearia ou os atuais mercadinhos que são de um porte maior.

trabalhadoras (ABRAMOVAY, [199-]), e não se consideram cidadãs, marcadas que ainda estão por uma posição de inferioridade social que foi historicamente construída.

Retrato 3 – Uma família: Quatro gerações de mulheres²⁷



Fonte: D'OLIVEIRA, Lote, 2010.

Mas a cultura patriarcal tem uma dimensão particularmente perversa: a de criar a idéia na opinião pública que as mulheres são oprimidas e, como tal, vítimas indefesas e silenciosas. Este estereótipo torna possível ignorar ou desvalorizar as lutas de resistências e a capacidade de inovação política das mulheres.” (SANTOS, 2011)

²⁷ DonaTerezinha com 3 filhas, 5 netas, 5 bisnetas, 3 bisnetos, 1 trineto, entre outros parentes.

2 CAPÍTULO 2 - MULHERES NO MUNDO RURAL: ESPAÇOS DE VIDA E PELEJAS

O lugar de pertencimento dessas mulheres que entrevistamos é o mundo rural, no semiárido, um espaço que teve como principal ordenador das relações sociais o latifúndio e as relações de dependência, além de evidente descaso na oferta de políticas públicas para o conjunto da população. Nessa região, as desigualdades de gênero estão enraizadas nas relações de dominação coronelistas e patriarcais, que são, ao mesmo tempo, produto e produtoras de variadas formas de exclusão e de sustentação de uma ordem de gênero, injusta e, principalmente, desfavorável às mulheres.

Para Leal (1986, p. 20), o coronelismo resulta da combinação entre a “[...] superposição de formas desenvolvidas do regime representativo” combinada com inadequada estrutura econômica e social que privilegia o poder privado em detrimento do interesse público. Em grande medida, são relações sustentadas pela estrutura agrária do Brasil, cuja característica de predominância do latifúndio permite assegurar a manutenção da concentração do poder privado, da renda e suas demais manifestações, particularmente, no interior do país onde estes arranjos impõem sérias restrições às possibilidades de estabelecer relações políticas e socioeconômicas, para além do núcleo do poder dominante. Como mostra Carneiro, esta patente de “coronel da Guarda-Nacional” teria sido criada em 1831, e designada a pessoas com posses, principalmente de terras e com poder de liderança em sua localidade. A esta pessoa era designada a missão de “defender a nação e manter a sua integridade territorial” (CARNEIRO, 2004, p. 10).

Essa dimensão macro, que é fundante das relações de poder no Brasil, baseada na posse da terra, constitui uma desvantagem para as mulheres e para a grande maioria da população rural que, historicamente, sofre restrições para ter acesso à propriedade da terra (DEERE e LEÓN, 2001).

Mies (1986 apud KABEER, 1998) atribui a gênese do patriarcado à etapa de luta pelo excedente que permitiu ao homem caçador a apropriação dos instrumentos de destruição e a domesticação das mulheres e dos animais. Como isso, se instituiu um entendimento no qual as mulheres foram equiparadas à condição de natureza e o padrão de relação baseada na dominação da natureza pelo homem “se convertió en el modelo para organizar su relación con las mujeres.” (MIES, 1986, p. 13 apud KABEER, 1998, p. 67).

Os resquícios do coronelismo e a cultura patriarcal ainda são evidentes no Cariri, e o fato de estar localizada no semiárido do Nordeste brasileiro lhe proporciona características

ambientais restritivas em consequência de uma trajetória de intervenções governamentais inadequadas à convivência com as frequentes estiagens. Historicamente, suas condições climáticas naturais foram tratadas com políticas de “combate às secas”. Esta estratégia econômica e política, ao contrário de produzir soluções de desenvolvimento, gerou a “indústria da seca” (CALADO, 1960, p. 10), das políticas de açudagem que, por décadas, serviu para fortalecer o círculo vicioso de concentração da terra e do poder, favorecendo os latifundiários e grupos dominantes do Nordeste. Esta elite política e econômica se beneficiou dos recursos públicos sob o argumento de “combater as secas”. Embora os baixos índices pluviométricos sejam um fenômeno natural e cíclico na região, esta forma de intervenção reforçou as estruturas de poder dos coronéis, dos donos das terras, aprofundando a vulnerabilidade da maioria da população, e particularmente das mulheres.

Pesquisa comparativa internacional sobre a agricultura familiar, realizada sob a coordenação de Hugues Lamarche, no final dos anos de 1980, envolvendo cinco países, Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia, mostra que nos países pobres os bens e serviços se concentram nos aglomerados urbanos, enquanto os espaços rurais ficam marcados pela precarização. Nesse estudo comparativo, o Cariri Paraibano foi uma das localidades estudadas no Brasil. Esta pesquisa classificou as localidades rurais encontradas nos cinco países em quatro categorias: localidade fortalecida, localidade dependente, localidade precária e localidade deslocalizada. Assim, o Cariri Paraibano foi incluído na categoria de localidade precária por ter como traço característico a ausência da oferta de bens e serviços como saúde, educação, emprego fora da agricultura, entre outros recursos imprescindíveis à população. De acordo com Wanderley e Lourenço (1998), um lugar “vivido como um espaço de precariedade, que impõe sérias restrições materiais e sociais aos agricultores que nele vivem.” Segundo o comentado estudo, esta condição de precariedade também não tem como ser resolvida pelas cidades do entorno, restando aos membros das famílias agricultoras a alternativa de migrar de modo temporário, ou definitivo, para adquirir a possibilidade de ter uma renda. Porém, com a concretização do processo de migração, mesmo havendo um retorno de renda para as famílias, estes recursos não são em volume suficiente para influir na melhoria da vida local (WANDERLEY e LOURENÇO, 1998, p. 208).

Como agravante dessas condições, não apenas estruturais, mas também simbólicas, as evidentes desigualdades de gênero ocorrem de variadas formas, embora nem sempre sejam demonstradas e reconhecidas. Com efeito, podemos verificar através dos dados demográficos que a população feminina da microrregião equivale a 51% do total de habitantes. Entretanto, a sua representação, e conseqüente participação, nos diversos espaços políticos e de exercício

da cidadania dos lugares públicos como conselhos, comitês, prefeituras, câmaras de vereadores, entre outros, está muito aquém dessa dimensão que tem na proporção populacional.

Deste modo, para falarmos do “rural como um lugar de vida”, implica considerarmos um espaço complexo que é constituído de base material e de relações históricas de poder baseadas em valores que moldam jeitos particulares e específicos de viver.

2.1 UMA QUESTÃO DE GÊNERO NO MUNDO RURAL

No percurso teórico, que pretendemos seguir, compreende-se que, para uma pesquisa na perspectiva de gênero, o ponto de partida são os estudos e práticas feministas empreendidos por longo caminho histórico. Emma Siliprandi resgata a concepção do feminismo como um paradigma, como uma teoria que é militante e também se constitui como “analítica reflexiva e emancipatória, capaz, ao mesmo tempo, de analisar o passado e construir uma utopia para o futuro” (SILIPRANDI, 2009, p. 37). Notadamente, dando visibilidade às diferenças hierárquicas entre homens e mulheres que foram historicamente estabelecidas como estrutura de sustentação material e simbólica do sistema patriarcal, e tem tomado variados formatos em diversas fases históricas, ancorando as desigualdades de sexo-gênero.

Siliprandi (2009) apresenta uma cronologia do movimento feminista que segue classificação realizada por Ana de Miguel em três períodos: feminismo pré-moderno, o feminismo moderno e o feminismo contemporâneo (DE MIGUEL, 2002, p. 10 apud SILIPRANDI, 2009, p. 40). Enfatiza o estudo que a busca da emancipação das mulheres remonta à discussão sobre as condições de desigualdade vivenciada pelas mulheres na Grécia, do século V a.C.; do período da Idade Média e início do Renascimento apresenta registros feitos por mulheres, como os chamados “memoriais de agravos”, e ainda se remete à obra de 1405, elaborado por Christine de Pisán, denominada de *La cité des Dames*. Estes escritos expressam descontentamentos que ao longo de décadas mobilizaram mulheres e homens, como realça:

[...] em diversas épocas históricas, existiram articulações não só de mulheres, mas também de homens, comprometidos com as lutas pela igualdade entre os sexos. Essas articulações muitas vezes conseguiram criar discursos críticos sobre os mecanismos de opressão e atuar no sentido de provocar mudanças sociais mais profundas. Nem sempre foram vencedoras; algumas vezes obtiveram avanços apenas pontuais; em outras, foram totalmente derrotadas e reprimidas. Mesmo assim, contribuíram para fomentar a resistência individual de muitas mulheres em momentos de refluxo dos grandes movimentos, e para construir os ‘marcos de injustiça’ (SILIPRANDI, 2009, p. 39).

Destaca ainda que, no “feminismo moderno”, o debate de idéias sobre a (des)naturalização das desigualdades entre os sexos é intensificado; este período é fundado principalmente a partir da obra do filósofo francês Poullain de La Barre e da participação que as mulheres tiveram na Revolução Francesa (SILIPRANDI, 2009, p. 42). Porém, a denominação “feminista” vai surgir apenas a partir das lutas sufragistas do século XIX, nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Nesse percurso, a construção teórica sobre a condição da mulher se instituiu como uma prioridade do movimento feminista. Em função disso, muito se produziu através de pesquisas e de publicações, tanto na academia como nos espaços da militância. Resultado desses investimentos das feministas, interessadas em gerar conhecimentos que respaldassem novas formas de agir na sociedade, em 1994, uma publicação de Joan Scott apresenta o conceito de gênero como uma categoria de análise necessária à compreensão de como há uma construção social que sustenta as atribuições do que é definido como feminino e masculino; do que é, para além da diferença sexual, constituir-se mulher ou homem na sociedade. Assim relata Scott:

O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens (SCOTT, 1996, p. 11).

O enfoque de gênero tem como referência os estudos feministas desencadeados a partir dos anos de 1970, na Europa e Estados Unidos, por pesquisadoras que buscam imprimir uma visão crítica sobre as relações sociais e de poder estabelecidas na sociedade. No mesmo período, apesar da vigência da ditadura militar instalada pelo golpe de Estado de 1964, as discussões feministas também chegam ao Brasil e, em 1978, é realizado no Rio de Janeiro o seminário, anteriormente mencionado, sobre a força de trabalho das mulheres na América

Latina, que é um marco da participação pioneira das brasileiras e de outras latino-americanas neste debate (MELO e DI SABBATO, 2009).

Assim, nesses estudos de gênero há teorizações com ênfase em compreender o funcionamento social que sustenta uma inserção desvantajosa da mulher na sociedade. Uma expressão dessa realidade são investigações focadas na divisão sexual do trabalho, que debate como há uma separação entre o que é da ordem da produção e o que é compreendido como reprodução. Ou seja, por uma parte estão as atividades classificadas e reconhecidas por seu caráter econômico, por serem aferidas monetariamente, além de tidas como rentáveis e produtivas. Em outra parte, estão as atividades voltadas para a reprodução dos meios de vida, executadas no âmbito doméstico, que não são mensuradas com valor econômico. Denominadas de atividades reprodutivas, e tidas como improdutivas, estas últimas são circunscritas aos cuidados com a elaboração da alimentação, a limpeza da moradia, educação das crianças e cuidado com os(as) idosos(as) e enfermos. Em fim, um variado rol de afazeres destinados aos cuidados com a reprodução da vida, que sendo realizados na esfera doméstica são, em larga medida, atribuídos como obrigações, exclusivas, das mulheres (ÁVILA, 2007, 2010; HIRATA, 2010; MELO e DI SABBATO, 2009; SILVA e PORTELLA, 2006).

Tratar a abordagem de gênero neste estudo implica optar por uma análise de base feminista, no sentido de buscar desvelar os fundamentos que engendram as relações de gênero e de poder, vivenciadas na sociedade e, em particular, no mundo rural.

Em vista disso, problematizar as dinâmicas de funcionamento das vidas das mulheres rurais exige ter que tratar com categorias que abordem as especificidades dos arranjos da vida no mundo rural. Melo e Di Sabbato (2009) ressaltam que os estudos de gênero analisam as assimetrias de poder nos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens, porém chamam atenção para necessidade de ampliar o conceito de gênero realizando uma abordagem transversal e multidisciplinar que trate o papel da mulher na sociedade de forma geral e também considere o que é particular do mundo rural. Assim de posicionam os autores citados:

Utilizar o termo divisão sexual do trabalho possibilita a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família, contribuindo para a percepção da invisibilidade do trabalho feminino. No entanto, é necessário ir além, introduzindo a questão de classe social, de raça/cor e etnia, do corte geracional, dos direitos de propriedade, do acesso à terra, da distribuição do poder na sociedade, como os múltiplos estudos de gênero têm difundido (MELO e DI SABBATO, 2009, p. 34).

Esses autores notam que desde os anos de 1970, no Brasil, as feministas procuram elaborar ferramentas teóricas capazes de compreender as atividades domésticas e o trabalho familiar não remunerado presentes nos contextos rurais, a busca deste entendimento continua sendo um desafio para a perspectiva acadêmica feminista atual (MELO e DI SABBATO, 2009, p. 35).

Sabourin (2009) afirma que para analisar o modo de vida camponês tem que se considerar questões que lhes são específicas, por exemplo, ter a terra como um recurso destinado à sobrevivência e não um capital para gerar rentabilidade. Observa o autor que esta particularidade “faz com que não seja possível analisar o sistema econômico camponês nos termos da economia industrial” (MENDRAS, 1976, p. 11-20 apud SABOURIN, 2009, p. 30). E assegura que “O camponês trabalha a terra para se alimentar: qualquer teoria da economia camponesa nada mais é que o comentário desta fórmula lapidária [...]”. Lembra o autor que falar em camponês implica tratar da família camponesa. Esta afirmativa impõe a visão de que na realidade camponesa há uma indissociabilidade entre o mundo da produção e o da reprodução, diferentemente da economia industrial, onde estes aspectos pertencem a distintos contextos, os quais separam o mundo público e o mundo privado, que constituem concepções caras ao pensamento feminista.

Considerar estas diferenças é o desafio para pensar as particularidades que devem ser levadas em conta no presente estudo abordando o tema gênero no mundo rural. O conceito de divisão sexual do trabalho é chave para o entendimento da categoria gênero.

Kergoat (2010) nota que, frente a diferentes configurações de divisão sexual do trabalho, encontradas em distintos tempos e espaços, este conceito não pode ser determinista, é necessário problematizar a questão.

[...] trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar ao mesmo tempo seus deslocamentos e rupturas, bem como emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão (KERGOAT, 2009, p. 68).

Assim, é importante nesta pesquisa considerar os estudos feministas, e de gênero, tendo como pressuposto essencial a concepção da divisão sexual do trabalho e a separação entre o mundo público e o mundo privado para as mulheres. Mas, ao mesmo tempo, é imperativo não perder de vista as particularidades referentes ao meio rural, como exemplo, o fato da produção e da reprodução, nessa realidade, ser vivido no mesmo espaço físico.

Na procura de discutir a condição das mulheres nas dinâmicas do mundo rural, Paulilo reflete sobre a pertinência da categoria gênero como instrumento de análise e também como uma ferramenta dos movimentos sociais do campo “[...] embora seja quase impossível discordar da conceituação a ela dada por Joan Scott”, conclui seus questionamentos indicando a necessidade de se repensar esta concepção. Como comenta Paulilo:

[...] acreditamos que é preciso romper com a aparente tranqüilidade teórica que seu conteúdo relacional transmite, pois, para os movimentos sociais, seu uso (e abuso) está sendo um obstáculo para se pensar diferenças importantes (PAULILO, 2004, p. 249).

Afirma esta autora que, no pensamento feminista, é notória a influência do marxismo, ainda mais com relação ao tema trabalho. Tanto no meio acadêmico como nos movimentos sociais, esta influência é evidente, dado que o feminismo chega ao Brasil em momento histórico de resistência à ditadura militar. Para Paulilo, o movimento de mulheres se constituía em um espaço onde era possível se manifestar, por não ser proibido. Na militância, o feminismo abrigava varias bandeiras do movimento trabalhista e, por outro lado, no meio acadêmico, a Sociologia do Trabalho acolheu o debate sobre o feminismo (PAULILO, 2004).

Constata também Paulilo (2004) que as dificuldades de se compreender as possibilidades de reprodução do campesinato dentro do marxismo vão ter efeitos para os estudos feministas. Nestes, predominava o entendimento de que a liberação das mulheres passava por sua independência financeira decorrente de sua inserção no mercado de trabalho. Diante disso, destaca a autora que as mulheres rurais em regime de trabalho familiar “não foram bem ‘encaixadas’ e que há um ‘viés urbano’ perpassando as análises sobre trabalho feminino no campo” (PAULILO, 2004, p. 230).

Por outra parte, também na perspectiva dos estudos feministas, Fraser apresenta incisivos questionamentos sobre a destinação que as teorias econômicas liberais deram às bandeiras da “segunda onda” do feminismo. A análise que a “segunda onda” do feminismo faz da economia política é tida como fragmentada, coincide com a ascensão do neoliberalismo e favorece a que os ideais feministas (contrários ao economicismo, ao androcentrismo, ao estatismo e ao westfalianismo) sejam usados pelo neoliberalismo como uma bandeira de desvalorização da crítica ao capitalismo. Segundo análise de Fraser,

Conforme a crítica [feminista] se fragmentava, além do mais, a tendência cultural se tornava separada não apenas da tendência econômica, mas também da crítica do capitalismo que as integrara anteriormente. Separada da crítica do capitalismo e disponibilizada para articulações alternativas, estas tendências poderiam ser reduzidas no que Hester Eisentein chamou de ‘uma conexão perigosa’ com o neoliberalismo (FRASER, 2009, p. 24).

Quando analisamos as dinâmicas camponesas, não podemos fazer uma reflexão sobre a estrutura de funcionamento da unidade produtiva e da família sem considerar o contexto da sociedade capitalista, sob pena e risco de atribuímos exclusivamente aos indivíduos homens a responsabilidade pelos privilégios que lhes são assegurados pela ordem cultural e pelas relações políticas e econômicas vigentes. Com isso, não queremos obscurecer que há nas relações familiares assimetrias desfavoráveis às mulheres e aos jovens, por exemplo. Mas, a complexidade e as especificidades que sustentam as relações sociais e familiares, no universo da agricultura camponesa, exigem que elaborem nossas análises articulando, numa perspectiva “interseccional”, os aspectos da cultura, com o econômico e com o político (FRASER, 2009, p. 18). Dessa forma, podemos evitar cairmos na armadilha da concepção neoliberal que atribui às pessoas pobres as responsabilidades por suas condições de pobreza, pela falta de oportunidades em uma sociedade que tem um percurso histórico assentado na instituição de desigualdades e que se viabiliza, justamente, na produção e aprofundamento das assimetrias.

Destaca Fraser, por exemplo, que a “pura” condenação à autoridade tradicional, descolada da crítica à totalidade social fortalece a resignificação neoliberal a essa bandeira do movimento feminista. O desafio que está posto aos estudos de gênero, portanto, é articular a compreensão das dimensões do econômico e do político sem deixar de considerar o cultural, que estruturam e sustentam a (re)produção de variadas desigualdades políticas, econômicas e sociais. Nessa direção, destaca a autora que a busca das mulheres pelo reconhecimento, com a afirmação da representação, não pode ser desarticulada do imperativo da equidade.

Para Fraser (2009), o momento político exige que o movimento feminista direcione seus investimentos para fortalecer a busca pela justiça “e não apenas no que diz respeito a gênero”. Dessa forma, entendemos que precisamos compreender a necessidade de se trabalhar os aspectos micro relacionados ao reconhecimento, ao fortalecimento das mulheres, à expansão das suas “‘capacidades’[*capabilites*]” (SEN, 2007, p. 32), sem negligenciar a importância das lutas na esfera meso e macro, por adequada concepção e institucionalidade que viabilizem as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da cidadania.

Assim, consideramos ser pertinente observar as críticas de Fraser para a análise das formas de luta pelo direito ao reconhecimento, dado que, falar em ampliação de direitos na especificidade do contexto camponês, não deve ser algo descolado da família, que funciona como um trabalhador coletivo (STROPAZOLAS, 2004, p. 254).

Em nossas escolhas teóricas, analisamos os aspectos do acesso das mulheres às políticas públicas e a sua posição como agente. Entretanto, não podemos perder de vista que essa construção é uma contenda, combinação e permanente disputa e negociação entre os projetos individuais das mulheres e o(s) projeto(s) coletivo(s) da unidade camponesa/empreendimento, no qual elas estão implicadas e com os quais são comprometidas e geralmente insuficientemente reconhecidas.

É nesse sentido que perseguimos a compreensão de como atuam as mulheres rurais; quais as estratégias que adotam para viabilizar as atividades produtivas e reprodutivas; como combinam os diferentes papéis na agricultura e (re)criam as alternativas de renda; como resistem, participam e produzem desenvolvimento, fazendo do “mundo rural um lugar de vida”. Entendemos, portanto que, para perceber o desenvolvimento rural no Cariri, é preciso reconhecer o papel exercido pelas mulheres rurais.

Retrato 4 – Cariri: silêncio de luz e sombra

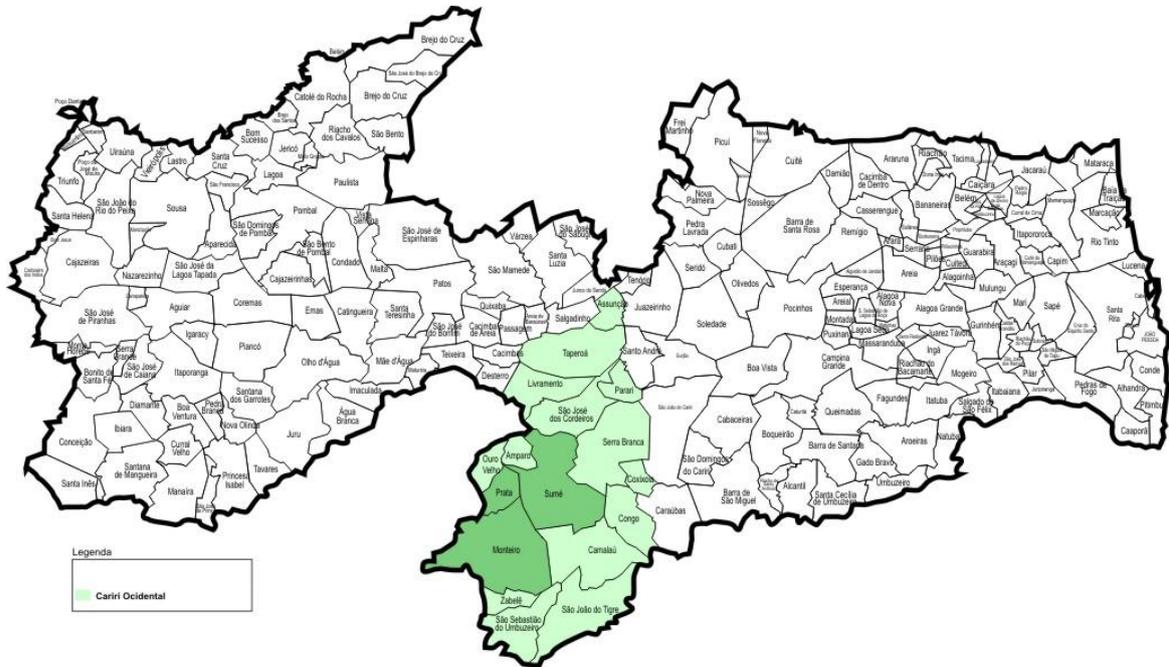


Fonte: D'OLIVEIRA, Lote, 2010.

Se você visse
 Como é o meu sertão...
 Lavoura lá
 Dá só com o cheiro de chuva
 Tem resistência...
 Lucro e remessa
 Num canto e outro não
 O sertanejo ainda num se desespera
 Com coragem ainda espera
 Pela safra de algodão
 Havendo safra
 Nem é bom falar...
 O sertanejo
 Esquece logo o tempo ruim
 Finca o pé na dança
 Sem sentir cansaço
 No outro dia
 Cuida da obrigação
 Digo por essa razão que meu sertão é de aço.
 (Zé Marcolino e Luiz Gonzaga, 1962)

3 CAPÍTULO 3 - O SERTÃO DO CARIRI

Mapa 01 – Cariri Ocidental do Estado da Paraíba



Fonte: Elaboração própria com a colaboração de Jamerson Vila Nova, 2011.

As mulheres com as quais estamos trabalhando têm suas trajetórias centradas principalmente nos municípios de Monteiro, Prata e Sumé. Estes municípios estão localizados no Cariri Paraibano, Sertão do Estado da Paraíba, microrregião do Cariri Ocidental, na mesorregião da Borborema, a cerca de 270 km da capital do Estado, João Pessoa.

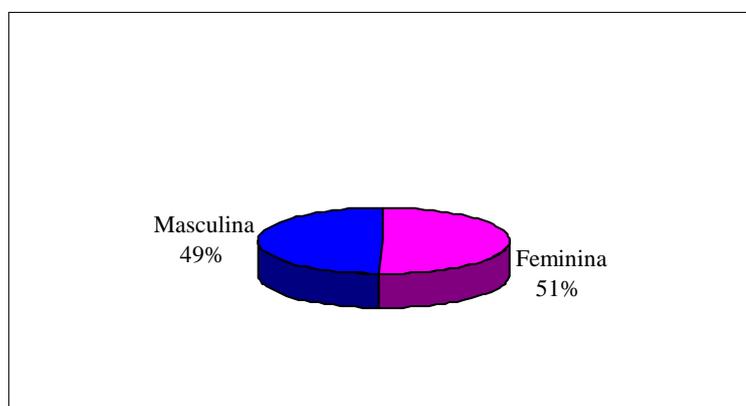
Os valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) evidenciam que esta região é caracterizada pela pobreza, seu IDH-M (PNUD 2000) médio é da ordem de 0,611, inferior ao verificado nas esferas estadual e nacional que, no mesmo período, atingiam 0,661 e 0,766 respectivamente²⁸. No quadro geral dos mais de cinco mil municípios do país, a maioria do Cariri está classificada como de médio IDH-M, ou seja, abaixo de 0,670 e dois deles estão

²⁸ No relatório do PNUD de 2010, o IDH do Brasil atingiu 0,699, o que mantém o país no grupo de elevado desenvolvimento humano, determinado pelos percentis que estão de 51-75. Não podemos atualizar o IDH-M do território, pois os dados do IDH-M mais recentes continuam sendo os de 2000.

incluídos no quartil inferior que equivale ao baixo IDH-M, pois têm índice menor do que 0,470 (PNUD, 2000).

A Microrregião do Cariri Ocidental é formada por um total de 17 municípios²⁹, tem uma extensão total de 6.983,7 km² e possui uma população com 121.544 pessoas, composta por 51% de mulheres e 49% de homens (IBGE, 2010), como demonstra o gráfico abaixo. Esta área corresponde a um Território denominado Cariri Ocidental, apoiado pelo MDA (BRASIL, 2009).

Gráfico 1 – População feminina e masculina do Cariri Ocidental



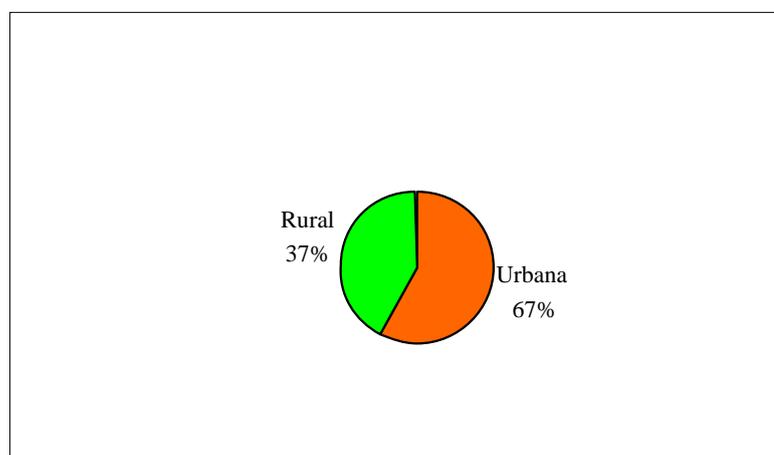
Fonte: IBGE, Censo 2010.

Nesse território, pelos critérios do IBGE e de acordo com os dados do Censo Demográfico brasileiro de 2010, predomina a população urbana com 63% do total e a rural equivale a 37% (Gráfico 2). Em comparação com dados de 2008 (PTDRS, [2009?]), significa que ocorreu um decréscimo de 5% na população rural que era de 42%. Todavia, interrogamos se a região é tão “urbana” como definida pelos critérios do IBGE. Estudo de José Eli da Veiga (2002, p. 65) considera obsoleta a classificação de urbano adotada no Brasil e mostra que o parâmetro seguido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define como urbana uma localidade que tenha densidade demográfica da ordem de 150 hab/km². Dessa forma, em 2000, 70% dos municípios brasileiros seriam rurais, pois possuíam densidades demográficas inferiores a 40 hab/km². Apoiados nessa concepção, entendemos que o território do Cariri tem predominância rural. Ao considerarmos sua

²⁹ Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê.

densidade demográfica, vamos encontrar uma média de 17 habitantes por quilômetro quadrado. Apenas cinco municípios possuem densidade demográfica superior a 20hab/Km²; sendo a menor delas no Município de São João do Tigre, com 5 hab/Km² e a maior, com 31 hab/km², em Monteiro³⁰, único município do Território com população superior a 20.000 habitantes.

Gráfico 2 - População rural e urbana do Cariri Ocidental



Fonte: IBGE, Censo 2010.

O Cariri originalmente foi habitado pelos índios Sucurus, da grande nação Cariri, que viviam no interior da província da Paraíba e em parte do Ceará. Esta nação serviu de referência para denominar duas regiões: Cariris Velhos e Cariris Novos. A tribo Sucuru era uma das mais importantes da raça Cariri; era numerosa, valente, dominava as adjacências do rio Sucuru, e se estendia até as matas da Vila do Texeira³¹ (JOFFILY, 1888b).

Segundo estudo de Pereira (2008), a região do Cariri, começou a ser ocupada pelos colonizadores portugueses a partir de 1663, e sua primeira carta sesmarial foi datada de 1665. Esta localidade também foi denominada de Sertão do Cariry e Carirys de Fora.

Andrade (1986) explica que a motivação desse processo de interiorização da colonização portuguesa para o Sertão nordestino, que funda a região, foi determinada pela necessidade de terras para a criação de gado com a finalidade de produzir “animais de

³⁰ Dados do Censo 2010 do IBGE mostram que o Município de Monteiro tem 30.852 habitantes.

³¹ Atual Mesorregião do Sertão Paraibano, como mostra o Atlas de Geografia Agrária da Paraíba (1997).

trabalho”, notadamente, cavalos e bois, para fornecer à próspera atividade açucareira dos engenhos e para o suprimento dos núcleos urbanos emergentes. Assim, o Sertão paraibano na segunda metade do século XVII, foi invadido de sesmarias. Os colonizadores penetraram nessa região e expulsaram os índios Cariris para criar gado nas suas melhores terras (ANDRADE, 1986).

De acordo com “Notas de Viagem” sobre o Cariri, publicadas na Gazeta do Sertão, de 1888, e atribuídas a Joffily, a comarca de Monteiro, que pertencia à província da Paraíba, estava encravada na província de Pernambuco e formava um semicírculo em relação ao rio Sucuru. A topografia dessa comarca revelava que todo o alto Sertão pernambucano, com exceção da parte localizada à margem do rio São Francisco, se comunicava com o Recife através de duas estradas que passavam pela Vila do Monteiro e pela povoação de São Thomé (JOFFILY, 1888a), atuais cidades de Monteiro e Sumé³². Nas narrativas sobre a vida no Cariri no final do século XIX chama a atenção o interesse da povoação de S. Thomé pela educação, como relata Joffily:

O aspecto de S. Thomé na encosta de um outeiro, tendo de um lado a serra e de outro a várzea do rio, é aprazível. **A sua população escolar é numerosa; e não possui sequer uma escola!** Distando 12 léguas de S. João e 10 do Monteiro, a povoação de S. Thomé tem direito de reclamar com urgência que sejam atendidas as suas necessidades. Os habitantes queixam-se do Governo que nem ao menos lhes dá uma escola para instruções de seus filhos e uma agência do correio, que os tire do isolamento em que estão (JOFFILY, 1888a, p. 2, grifo nosso).

Estas observações de viagem ao Cariri foram realizadas em momento de agitação política no Brasil, entre a abolição da escravatura, que ocorrera há seis meses, e a instalação da República que se daria no ano seguinte. As descrições mostram a precariedade a que estava submetida a população, sem acesso aos benefícios públicos de uma escola ou mesmo de uma agência dos correios para estabelecer comunicação. As vilas eram pequenos povoados de população rural. As demais informações apresentadas por Joffily descrevem a opulência de grandes fazendas, suas produções de algodão, cana de açúcar, destinada ao fabrico de rapadura, criação de cavalos e a acolhida dos proprietários ao visitante, mas não faz qualquer menção aos trabalhadores livres, aos camponeses ou aos ex-escravos.

Sabourin (2009) enfatiza que, no Brasil colônia, os camponeses se desenvolveram de “forma marginal”, instalados nos espaços que o sistema dominante deixava de ocupar. Assim,

³² A comarca de Vila do Monteiro abrangia os referidos municípios de nosso estudo, Sumé deixou de ser distrito de Monteiro e passou à categoria de Município em 1951, e a Prata em 1955.

os camponeses é que garantiam o cultivo destinado à alimentação e constituíam a mão de obra para a criação do gado nas fazendas. Ressalta ainda esse autor que, no Nordeste do Brasil, a formação da agricultura camponesa tem suas raízes sociais e técnicas vinculadas a três procedências, que são: a agricultura vinda dos indígenas, a mão de obra trabalhadora da agricultura colonial e pequenos colonos e trabalhadores livres. As famílias camponesas das localidades de nosso estudo são formadas principalmente por meeiros de grandes fazendas, posseiros, alguns poucos vaqueiros que conseguiram adquirir uma pequena parte de terra e algumas cabeças de animais (bovinos, equinos e muares) e por descendentes de ex-escravos.

A forma como as fazendas de gado se estruturavam lhes garantia ser o espaço predominante de ordenamento da produção e das decisões sobre a vida local. Daniel Pereira mostra como no Cariri os colonizadores instalaram uma cultura marcada pela pecuária. Diz ele:

Estabelecia-se assim no Cariri Paraibano o Ciclo da Pecuária, denotado pela necessidade de criação dos “gados”, também intitulado de Ciclo do Couro. Transcorridos mais de 340 anos, perdura, ainda, a atividade pecuária na região com mudança gradual da pecuária bovina, para as pecuárias caprina e ovina (PEREIRA, 2008, p. 2).

Referindo-se aos efeitos antrópicos dessa ocupação e seus desdobramentos, continua o autor:

A região também presenciou vários processos de antropização, localizados ou generalizados, de curto espaço de tempo ou presentes até os dias atuais e muitas vezes denominados Ciclos tais como o do algodão, do sisal, do caroá, da irrigação³³, dos barramentos, e com maior ênfase nos dias atuais, os ciclos da palma forrageira, o dendroenergético (lenha e carvão) o das atividades ligadas ao turismo no espaço rural, além do Ciclo da Reforma Agrária denotado por projetos de assentamento de cunho federal e de cunho estadual, onde dezenas de propriedades consideradas improdutivas estão sendo desapropriadas e nelas alocadas diversas famílias egressas da zona rural ou das periferias das cidades (PEREIRA, 2008, p. 2).

Nessa visão panorâmica desenhada por Pereira, podemos verificar que a pecuária, principalmente em grandes propriedades, esta arraigada como iniciativa político-econômica fundante do Cariri e se manteve como sua atividade econômica principal, a despeito da falência do “complexo sertanejo” (pecuária, algodão, milho e feijão), anteriormente referido. A pecuária continuou sendo uma atividade econômica fundamental, mesmo diante das várias

³³ Depois de produções extremamente compensadoras, inúmeras áreas encontram-se hoje em processo de salinização pelo mau uso do solo e da água.

tentativas de mudanças realizadas com a introdução da irrigação e mais recentemente com a desapropriação de terras para reforma agrária.

Nesse contexto, existiram diferentes formas de ocupação e exploração da terra e desigual geração de efeitos antrópicos entre a pecuária extensiva, que já perdura por mais de três séculos, e a recente reforma agrária que foi iniciada há pouco mais de uma década.

Até a década de 1970, outra atividade econômica importante para região foi o cultivo do algodão. Para Furtado, na economia da zona semiárida, as unidades produtoras se caracterizavam pela combinação entre a agricultura de subsistência, a cultura do algodão ou de outro tipo de xerófila e a pecuária. Descreve que essa economia se organizava da seguinte forma:

[...] como um complexo de pecuária extensiva e agrícola de baixo rendimento. Do ponto de vista dos do trabalhador rural, a atividade mais importante é a agrícola; do ponto de vista do proprietário das terras, é a pecuária. Na fazenda típica da região combinam-se criação e cultura de algodão mocó. Essas atividades destinam-se ao mercado e dão origem a um fluxo de renda monetária. (FURTADO, 2009, p. 135)

Em termos dos resultados gerados por esse complexo, descreve Celso Furtado que a quase totalidade advinda da pecuária era apropriada pelo fazendeiro; a renda monetária obtida com a cultura do algodão era praticamente dividida em partes iguais entre o dono da terra e o cultivador, e no entendimento do autor, o mais importante para o trabalhador rural era a agricultura de subsistência, mais importante do que mesmo a meação do algodão.

O cultivo do algodão foi introduzido na região semiárida na segunda metade do século XVII. Até final dos anos de 1970, significava para a região uma fonte essencial de geração de renda monetária para o conjunto da população rural. Mas, a concorrência com as fibras sintéticas no mercado internacional criou sérias dificuldades à sua produção e a praga do bicudo, no início dos anos de 1980, dizimou a cultura e causou um dramático prejuízo à população rural que ficou sem alternativa produtiva que lhe permitisse a obtenção de uma renda monetária.

Entre as tentativas de introdução de novas práticas no semiárido, como já mencionado, foi implantado, no Cariri, o Perímetro Irrigado no Município de Sumé que corresponde a uma área total de 368,85 hectares, distribuídos em 51 lotes localizados ao longo do rio Sucuru, à jusante do açude público de Sumé, como é mostrado na Planta abaixo. Esse Perímetro foi construído nos anos de 1960 e entrou em operação no início da década seguinte. Em 1976, estava em pleno funcionamento, com 46 famílias, totalizava cerca de 350 pessoas instaladas

no PIS (BURSZTYN, 1984, p. 88). O sistema de irrigação adotado era por inundação, havia uma infraestrutura de canais principais e secundários que transportavam a água captada no açude de Sumé e distribuía até os lotes.

Planta 1 – Perímetro Irrigado de Sumé: distribuição dos lotes ao longo do rio Sucuru



Fonte: DNOCS, s.d.

A política de irrigação do DNOCS resultou da busca de aproveitamento da água acumulada nos reservatórios que foram construídos no Nordeste, a partir da estratégia de açudagem para “combater as secas”, no caso de Sumé, a construção do açude teve início nos anos de 1950³⁴. Como afirmamos antes, a instalação de perímetros irrigados foi uma intervenção que visou criar alternativa para tirar os camponeses nordestinos do “atraso”, da vulnerabilidade das secas. Em vista disso, esta política impôs um modelo de funcionamento voltado para modernização dos agricultores, transformados em uma categoria diferenciada denominada de colonos ou irrigantes. Bursztyn (1984) lembra o propósito do DNOCS:

fomentar a formação de grupos de produtores que, sob as asas do *paternalismo* e sob o controle do *autoritarismo* oficiais, desempenhem o papel de ‘koulaks’ ou de ‘farmers’, inexistentes ainda na estrutura social e econômica arcaica do Nordeste (BURSZTYN, 1984, p. 81).

³⁴ O açude de Sumé é iniciado na década de 1950 e concluído no início dos anos de 1960.

Com base nesses objetivos, as atividades agrícolas irrigadas foram desenvolvidas de forma intensiva e a produção somava grande volume. Os principais produtos do PIS eram o tomate e o milho doce, destinados à agroindústria. O tomate produzido era escoado para a empresa Peixe, onde havia um contrato fechado com a cooperativa dos irrigantes/DNOCS para a compra de toda a produção, ao mesmo tempo em que determinava os produtos e definia o pacote tecnológico que seria adotado pelos colonos. O corpo técnico e dirigente do DNOCS exercia de modo imperativo o controle sobre o funcionamento da vida dos colonos e de sua cooperativa, a Cooperativa Agrícola Mista de Sumé (CAMIS). Com a finalidade de assegurar que o planejamento da produção e da comercialização fosse cumprido, eram fornecidos recursos financeiros e orientação técnica para os colonos (BURSZTYN, 1984, 2008; MENDONÇA, 2010).

O propósito da política de irrigação era “modernizar” os colonos. Como destaca Mendonça (2010), o processo de mudança cultural dos irrigantes era “patroneado pelo DNOCS”. Para realizar esse objetivo, foram estabelecidos convênios com organizações governamentais, como a EMATER, e firmados acordos com “missões estrangeiras” visando a transferência de assistência técnica e de tecnologia. Ressalta o autor três dessas missões: “missão Israel” (1962); missão IRYDA (1974), com o Instituto de Reforma e Desenvolvimento Agrário da Espanha e a “missão Alemã, um empréstimo do banco Kreditanstalt Fur Wiederaufbau, destinado a implantar a assistência técnica em 17 perímetros. No caso do PIS não havia presença in loco dos técnicos estrangeiros, como em outras localidades. Os administradores e técnicos do perímetros eram capacitados e depois recebiam visitas de “controle e acompanhamento da aplicação técnica após os cursos” (MENDONÇA, 2010, p. 81).

Diante dos problemas enfrentados durante o funcionamento do PIS, a seca continuou sendo o álibi mais forte para justificar uma conjunção de problemas ambientais relacionados à qualidade, à forma de uso da água, à concepção do modelo de irrigação, à drenagem dos solos e aos efeitos da salinização para a produção nos lotes. Ou seja, um conjunto de problemas estruturais que, somados aos aspectos administrativos e financeiros, foram mal geridos pelo DNOCS, pela cooperativa e pelos próprios irrigantes. Cabe realçar que, no formato de gestão adotado no Perímetro, as famílias e as mulheres, não eram consideradas como participantes do empreendimento lote.

Para ilustrar um aspecto do problema ambiental, podemos citar os efeitos da política de construção de açudes, de pequeno e médio porte, promovida com o apoio da estrutura de Estado, que patrocinou o barramento das águas na sub-bacia hidrográfica do rio Sucuru, onde

fica o açude de Sumé. Esse processo foi intensificado até os anos de 1980, sem qualquer planejamento ou controle e contava com apoio tanto do DNOCS como do governo estadual. No caso do governo estadual, foi uma via direta para fortalecer as relações de compadrio entre a burocracia estatal e os proprietários locais³⁵. Para Bursztyn, a forte presença do Estado, a partir das políticas de modernização com o Perímetro e o Projeto Sertanejo, gerou mudanças nas relações do poder local:

O esquema da 'legitimação recíproca' deve, então, ser reconsiderado e parece-nos possível imaginar que, num futuro próximo, o panorama político local deverá passar por um processo de remanejamento, no qual a sobrevivência dos políticos tradicionais deverá estar condicionada a alianças com a burocracia estatal, ou então será esta última mesma que chegará ao poder (BUSZTYN, 1984, p. 102).

Como já descrito anteriormente, nos anos de 1970, além da implantação do Perímetro, que integrava o Plano de Irrigação Nacional (PIN), também foi instalado o Projeto Sertanejo no Cariri, um núcleo federal em Sumé e um núcleo estadual em Serra Branca. Contudo, os investimentos desse projeto em grande medida se voltaram para a melhoria de médios e grande proprietários de terras e não contribuíram para gerar transformações para a vida da maioria das famílias rurais.

Com a falta de políticas públicas permanentes e eficazes para a convivência com o problema das estiagens, a cada período de escassez de chuvas voltavam as frentes de emergência como uma alternativa de trabalho precário e temporário, que o Estado oferecia à população rural pobre.

Atualmente se mantém a tradição produtiva da agropecuária, principal atividade econômica do Cariri Ocidental, onde se destaca a caprinovinocultura por ser mais adaptada às condições do ambiente (CANIELLO, 2004, p. 105, 2001, p. 8). Ademais, é uma atividade acessível às famílias agricultoras com propriedades de pequeno tamanho, que foram favorecidas pela criação de um mercado para o leite de cabra, a partir dos programas governamentais estaduais e federais de aquisição de alimentos (Leite da Paraíba, Fome Zero, PAA - Programa de Aquisição de Alimentos). As atividades agrícolas principais são de sequeiro, predominando a produção dos cultivares: feijão, milho, mandioca e batata-doce. A inovação que se identifica em algumas localidades da região é a adoção de práticas

³⁵ O presidente do DER, no início dos anos de 1980, que continua a fazer parte da elite política do Cariri, fornecia as máquinas do DER para abrir açudes em propriedades privadas, sem considerar o controle da bacia hidrográfica do rio Sucuru que abastece o açude público de Sumé, apesar da retórica de apoio ao desenvolvimento da região.

agroecológicas voltadas para a concepção de uma cultura de convivência com o semi-árido, visando promover o desenvolvimento com sustentabilidade e ao mesmo tempo influir na superação dos mecanismos de subordinação pela dependência para o acesso à água de consumo humano, para dispor de sementes de qualidade, entre outros aspectos. As feiras livres ainda se constituem o principal canal de comercialização, as mudanças introduzidas na produção estão permitindo o aparecimento de feiras agroecológicas e através das políticas e programas de apoio à agricultura familiar, foi criada a alternativa de venda para o PAA/CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Neste cenário, a produção artesanal é uma atividade não agrícola importante que tem um significado particular, por ser uma alternativa não subordinada diretamente às vulnerabilidades das condições climáticas, com ênfase para a produção da renda renascença que é realizada pelas mulheres (BEZERRA, 2007, p. 7).

A estrutura fundiária é caracterizada por grandes proporções de concentração de terras. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, de 1996, os imóveis rurais com área acima de 500 ha possuem 45% da área total de terras e correspondem a 3% do número de estabelecimentos. No outro extremo, há 80% do total de imóveis, com áreas abaixo de 50 ha, possuindo apenas 15% do total das terras.

O processo de reforma agrária na região é recente. A primeira ocupação de terra ocorreu em 1997, sob a coordenação da CPT, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, único sindicato que era vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e que teve a iniciativa de empreender e apoiar a luta por reforma agrária e por outros direitos dos trabalhadores/as, apesar de quase todos os municípios da região ter um Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Com efeito, a primeira ocupação foi realizada na fazenda denominada Floresta, hoje Assentamento Novo Mundo, no Município de Camalaú. Esta fazenda era emblemática na região, pois antes fora considerada “modelo” da moderna exploração intensiva da atividade pecuária de suinocultura, local tido como “vitrine” à época áurea da “modernização dolorosa”. Além do mais, tratava-se de uma propriedade adquirida com recursos da SUDENE (FINOR), que pertencia a um deputado de Pernambuco, do partido de sustentação do governo federal e base de apoio à ditadura. Esta propriedade tinha sido adquirida de um ex-governador, do mesmo Estado e partido. Além dessa propriedade, há o assentamento Mandacaru, no vizinho Município de Sumé, que também é resultado de ocupação de terras, na antiga fazenda Feijão, espólio de um industrial da região, radicado em Campina Grande, que havia comprado o imóvel ao mesmo ex-governador de Pernambuco. Este ex-governador era

reconhecido como grande beneficiário dos recursos a fundo perdido investidos pela SUDENE/FINOR para pecuária extensiva. Estes recursos o favoreceram a expandir propriedades da terra, e, evidentemente, de poder, nos estados de Pernambuco, Paraíba e Maranhão.

Esses fatos, em nosso entendimento, são comprovações dos resultados dos “louros aos vencedores” do golpe de 1964. Como evidencia Oliveira (1981, 2008), remetendo-se aos resultados do golpe de Estado, explicita que o acirramento da luta de classes deixa como resultado um legado:

Derrotadas as esquerdas e o regime democrático[...] ‘ajuda’ ao Nordeste, por meio de todos os expedientes assistencialistas que, nas mãos das velhas oligarquias nordestinas, rapidamente se transformaram no clássico clientelismo com corrupção, irmãos siameses (OLIVEIRA, 2008, p. 62).

Esta constatação mostra as dificuldades políticas enfrentadas pela população rural, e pelas organizações e pessoas partidárias da reforma agrária, para se conseguir transformar as condições de acesso à terra no Brasil.

No Cariri, em 2009 existiam 32 assentamentos da reforma agrária. Destes, 16 são originários de desapropriação que beneficiam 1.088 famílias, 96% delas assentadas até 2003. No momento posterior, de 2003 a 2007, predominou a aquisição de terras através do instrumento da compra de terras. Nesta ocasião, foram gerados 16 assentamentos que beneficiam 258 famílias, as quais correspondem a 86% do total de famílias assentadas no período de 2004 a 2007.

Os dados sobre a educação têm posição desfavorável e inferior ao que é verificado no Nordeste e no país. O IPEA (2000) mostra que, na região, o analfabetismo na população de 15 anos ou mais atinge 33,6%; o percentual de pessoas com mais de 25 anos com menos de 8 anos de estudo é da ordem de 85,9%, índice superior ao do Nordeste, que é de 73,4 e do Brasil que é 63,7%. Por outro lado, a população que tem mais de 25 anos com mais de 11 anos de estudo equivale a apenas 2,6%, situado muito aquém do encontrado no Nordeste (5,2%) e principalmente no país (9,3%).

Importa ressaltar que estes dados, quando se trata do mundo rural, têm suas desvantagens acentuadas, como mostra a publicação do IPEA “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”. O analfabetismo das mulheres rurais no país é 22,2% e das urbanas, é de 8,1% (IPEA, 2008, p. 5); portanto, como afirma este estudo, uma mulher do mundo rural tem três vezes mais chances de ser analfabeta do que uma do meio urbano. Dados sobre a

condição das mulheres no Cariri, o Marco Um (2007) mostram que 79% delas não concluíram o ensino fundamental; 6,1% são analfabetas e 15,3% apenas sabem ler e escrever o nome.

Na saúde, a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) indica mudanças significativas no acesso da população a esses serviços. A região conta com uma estrutura de serviços regionalizada através de consórcios municipais como o CISCO (Consórcio de Saúde do Cariri Ocidental); além disso, existem equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) atendendo no meio rural. Mesmo assim, a atenção básica dos serviços de saúde ainda não está garantida a toda população. A citada análise do IPEA (2008, p. 6), ressalta que na prevenção de câncer entre as mulheres, constata-se que no Brasil 36,7% das mulheres de 25 anos ou mais de idade nunca fizeram o exame clínico de mama e 21% não realizaram exame de colo de útero.

Diagnósticos socioeconômicos sobre as mulheres na região (CENTRO 8 DE MARÇO; CUNHÃ, 2007, 2004), acima mencionados, constata, que cerca de 60% das mulheres dos assentamentos da reforma agrária e demais comunidades de agricultura familiar passaram a ser inseridas como beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) do Governo Federal. Portanto, diante do exposto, são animadores os dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) os quais, segundo o SEBRAE (2008), indicam que, no período de 2000 a 2005, a taxa de crescimento do PIB do Cariri Ocidental chegou a 2,82% ao ano (SEBRAE, 2008), seguindo a tendência do Brasil. Entretanto, precisa-se considerar como ocorre a apropriação desses resultados, frente à constatação de que o índice de Gini³⁶ da renda, no Nordeste, em 2008, era da ordem de 0,780, o segundo maior do Brasil.

Apesar de um quadro histórico desfavorável, há indícios de mudanças. Estudos recentes sobre o desenvolvimento territorial rural no Brasil (FAVARETO e ABRAMOVAY; ABRAMOVAY et al, 2009), apontam que, no período compreendido entre 1991 e 2000, foram verificadas mudanças favoráveis em indicadores de desenvolvimento em regiões rurais do país. Os dados analisados por estes autores mostram uma situação classificada como “virtuosa” pela combinação positiva que revela melhoria nas condições de vida da população em três aspectos importantes: renda, pobreza e desigualdade. Os resultados assinalam a ocorrência de aumento na renda aferida pelas famílias, ao mesmo tempo em que foi constatada a redução nos índices de pobreza conjugados com uma diminuição da desigualdade. Este desempenho virtuoso em áreas rurais é encontrado em 23,1% dos municípios brasileiros, ou seja, uma soma de 637 municípios onde vive 20,4% do total da

³⁶ Índice Gini mostra a desigualdade em relação à concentração da renda, quanto mais próximo de zero é menor a desigualdade, se for igual a 1 indica que há absoluta concentração da renda.

população rural do país. Nas regiões predominantemente urbanas, esses resultados correspondem a apenas 13,5% dos municípios e 3,5% da população. Na direção contrária, o “desempenho negativo”, onde os três indicadores pioraram, equivale a 25,9% dos municípios urbanos, ou seja, 49,6% da população urbana brasileira; o mesmo ocorre em 13,6% dos municípios de predominância rural que somam 17,4% da população rural do país. Ainda que esta quantidade da população rural seja expressiva por corresponder a 8,8 milhões de pessoas em condições mais desfavoráveis, equivale a uma quantidade muito inferior a cerca de 41 milhões de pessoas que vivem na regiões metropolitanas. Entre as várias localidades rurais que se destacaram no país, o maior número de municípios encontra-se nos estados da Bahia e da Paraíba, dentre os quais se sobressaem alguns municípios do Cariri Paraibano. A região está incluída nas áreas “essencialmente rurais” que tiveram no período um “desempenho positivo”, como classificam os autores. No caso do Cariri, há indicativos de que essas melhoras verificadas na renda, na redução da pobreza e da desigualdade tenham se mantido nos anos posteriores.

Dados do IPEA mostram que entre 1995 e 2008, a pobreza extrema (rendimento médio domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo mensal), na região Nordeste, foi reduzida em 40,4% e no país diminuiu em 49,8% (IPEA 2010).

Para enfrentar a situação de pobreza e de desigualdades, nos últimos anos, vem sendo investidos recursos de várias origens na perspectiva de apoiar a implantação de processos de desenvolvimento sustentável no Cariri. Nesse sentido, atuam dentro do marco territorial o Projeto Dom Helder e SDT/MDA; o SEBRAE, com o Pacto Novo Cariri, iniciado em 2000; a ação de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) do Banco do Brasil. São destaques as ações permanentes do Banco do Nordeste (BNB), com os financiamentos realizados através da linha de crédito PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que criou uma oportunidade de recursos permanentes para investimento e custeio voltados ao fortalecimento das atividades rurais; além de várias organizações da sociedade, como o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), a Articulação do Semiárido (ASA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), igrejas e diversas organizações de base.

Nessa conjuntura, apesar do debate sobre a necessidade de se pensar a sustentabilidade do desenvolvimento do semiárido, que está na agenda da região, as estratégias em torno do barramento das águas na superfície continuam no centro das discussões sobre as alternativas para resolver os bloqueios ao desenvolvimento da zona semiárida do Brasil. Antes havia a predominância da construção dos grandes açudes e perímetros irrigados como uma ação

essencial para o “combate às secas”; as expectativas atuais estão focadas na transposição do Rio São Francisco como o novo caminho para a “redenção” do semiárido. Inclusive, no Perímetro Irrigado de Sumé, há uma expectativa sobre a chegada das águas da transposição, a esperança é de se retomar a irrigação. Em grande medida, essa proposta da transposição é estimulada pelas mesmas elites políticas que comandaram a “indústria das secas” por décadas (SILVA, 2008).

Contudo, esta proposição não é hegemônica, outras visões políticas questionam essa opção pela transposição e discutem uma política de “convivência com o semiárido” como uma alternativa a ser perseguida para viabilizar a vida nessa região (SILVA, 2008). Embora a lição da falência e abandono da açudagem e dos perímetros irrigados sejam recentes, a seca ainda serve de argumento para os grandes investimentos em obras públicas. A pergunta que não cala é se o problema fundamental do semiárido é mesmo a escassez da água, ou se o que falta é uma política que inclua uma reforma agrária adequada para a região, a gestão de recursos como água e a tecnologia adaptadas ao semiárido, o comprometimento com o paradigma da sustentabilidade e do desenvolvimento com equidade, entre outros aspectos.

Retrato 5 – Olhares de quatro gerações de mulheres



Fonte: D'OLIVEIRA, Lote, 2010.

“O capitalismo é o senhor do tempo. Mas tempo não é dinheiro. Isso é uma brutalidade. O tempo é o tecido de nossas vidas”. (Antonio Cândido por Maria Rita Kell, 2010)

4 CAPÍTULO 4 - A VIDA DAS MULHERES NO SERTÃO DO CARIRI: UMA FAMÍLIA, QUATRO GERAÇÕES, TRÊS TEMPOS

Este capítulo é constituído pela análise da trajetória de quatro mulheres, pertencentes a quatro gerações de uma família camponesa. Escolhemos destacar o registro das narrativas de uma mulher por cada geração pelo interesse em compreender como tem transcorrido suas vidas entre o final da década de 1920, quando nasceu a primeira delas até o ano de 2010; são cerca de nove décadas de itinerário dessas mulheres. Nesse estudo procuramos privilegiar as falas delas numa perspectiva que valoriza a história cultural camponesa, considerando também a micro-história, focando o sujeito, tal como propõe Marilda Correia Ciribelli (CIRIBELLI, 2006).

Podemos verificar que o trajeto dessa família camponesa ocorre em três demarcados tempos que procuraremos descrever de modo sucinto. Utilizamos alguns elementos estruturantes (acesso à terra; acesso à irrigação, ao crédito e à assistência técnica; acesso à educação, à saúde e a benefícios sociais), como definidores desses três tempos, considerando também os efeitos que esses elementos produzem na dinâmica da família e na vida das mulheres.

O primeiro tempo refere-se a uma etapa vivida em pequenos sítios, onde se praticava uma agricultura camponesa, que associava a produção de milho e feijão com a cultura do algodão, além de outros produtos alimentares, voltados para o consumo da família e para a venda. Neste contexto, também havia a criação de alguns pequenos animais que se constituía uma reserva para as necessidades emergenciais. Geralmente, a maior parte da produção era cultivada em terras de terceiros, onde havia uma forte participação da mão de obra familiar, pois este era o principal recurso com o qual contavam. A falta de acesso à terra suficiente para trabalhar constituía um elemento de dificuldade experimentado pela família; diante desta realidade, obrigavam-se a procurar áreas para “botar roçado” em diversas propriedades, médias e grandes, próximas ao sítio onde morava.

As mulheres³⁷ que entrevistamos referem-se a esta fase como o “tempo do sítio”, correspondente ao período do início da década de 1940, quando a família é constituída, até a chegada ao Perímetro Irrigado de Sumé (PIS) em meados da década de 1970.

³⁷ Referimo-nos às mulheres da primeira e segunda geração.

Delimitamos o segundo tempo como aquele em que a família chega ao Perímetro Irrigado, em 1974, até a década de 1990, quando a estrutura oferecida pelo Perímetro entra em colapso.

Atualmente, as mulheres vivem o terceiro tempo que se inicia a partir de 1987, quando ocorre o fim das atividades irrigadas com a água do açude público de Sumé³⁸, tendo seu colapso final do ano de 1998.

4.1 O “TEMPO DO SÍTIO”

Eu bem pequenininha ia com uma enxadinha na frente dos outros que estavam limpando mato, ia na frente das carreiras de mato (**Maria do Lourdes, 60 anos, 2010**).

Toda vida fui agricultora, toda vida (**D. Terezinha Emiliano, 83 anos, 2010**).

A busca pela compreensão das trajetórias das mulheres no Sertão do Cariri vem responder às nossas inquietações acadêmicas a respeito dos modos de vida particulares que diferenciam a posição de mulheres e homens que habitam o mundo rural. O início desse percurso está ancorado na convivência cotidiana com as experiências de pessoas simples que, mesmo sem a possibilidade de uma perspectiva de vida, com as mínimas condições, que poderiam ser garantidas através do acesso a bens e serviços essenciais, resistiam e “pelejavam” para se manter vivendo e trabalhando no Sítio. Para responder a essas questões, buscamos identificar as experiências que marcaram a vida de D. Terezinha e de sua família no “tempo do sítio”.

Nos anos de 1940, Dona Terezinha e Seu Miguel, que eram primos, se casam, e fundam essa família que tem o trajeto de vida marcado pelos deslocamentos territoriais: no início da vida matrimonial, residem por 10 anos no sítio, onde moravam os pais de Seu Miguel (Sítio Santana), em Monteiro, e depois vivem 23 anos no sítio onde residia a mãe e o avô de D. Terezinha (Sítio do Melo), na Prata. No ano de 1974, em função do esgotamento das possibilidades para ampliar suas atividades no espaço do Sítio, migram para o Juazeiro do Norte, no Ceará, onde permanecem apenas pelo período de quatro meses, antes de retornar à Paraíba.

³⁸O açude público de Sumé tem capacidade para 44 mi de m³ e chegou a ficar com apenas 10% desse volume de água nos anos de 1990, quando a irrigação no Perímetro já estava encerrada. Foi o colapso no abastecimento de todo o município, e um duro golpe na ilusão de autossuficiência no suprimento de água vivida pela população por cerca de 30 anos, desde o início dos anos de 1960.

Esses percursos trilhados pela família de Dona Terezinha nos lembram as reflexões feitas por Wanderley ao reafirmar que, para Chayanov, as transformações internas da “unidade familiar/estabelecimento” vão ser determinadas pela evolução na composição da família, a qual exerce a centralidade nesses processos pela condição de ser a “portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, tanto quanto, definidora das necessidades de consumo.” (WANDERLEY, 2009b, p. 160).

Nesse modo de vida camponês, as estruturas familiares seguem um padrão que está para além da família nuclear (pai, mãe e filhos), constituindo-se também por sobrinhos e sobrinhas, afilhados e afilhadas, agregados e agregadas, que estabelecem vínculos nesse espaço relacional, marcado por valores de reciprocidade, tendo o trabalho como elemento central na organização da família, no processo de socialização e integração dos seus membros. Como assinala Dona Terezinha, a partir dos 10 anos de idade, as crianças já começavam a se integrar nas atividades produtivas; quem “não podia limpar mato, plantava milho, arrancava mato de mão.”

A partir dos laços de parentesco, os camponeses vivem uma “existência coletiva” onde tudo que acontece é “levado a efeito em grupo”, na linguagem do Sítio do Melo e da família de D. Terezinha são as atividades em “adjuntório”³⁹, exatamente porque as famílias camponesas são “marcadas pela coletivização das atividades, sendo a principal delas a ajuda mútua no trabalho, sob a forma de mutirão, muxirão, batalhão” (QUEIROZ, 2009, p. 58).

Além de filhas e filhos, que têm uma inserção mais fixa no espaço familiar, circulam em torno dessa família nuclear, estabelecendo vínculos e relações, alguns parentes, primos, vizinhos, comadres e compadres residentes nas proximidades do Sítio do Melo. Dessa forma, vários indivíduos são integrados ao núcleo familiar e juntos participam das atividades cotidianas, como será visto nas narrativas das mulheres. Num cenário adverso, marcado pela pobreza e restrições para acesso aos meios de vida, os laços familiares, de parentesco e de proximidade constituem uma estratégia de fortalecimento mútuo e de inclusão. Para Sabourin (2009), as formas de ajuda mútua, em particular no Nordeste rural, revelam os fenômenos das estruturas de reciprocidade que para além do atendimento às necessidades materiais, são meios para cultivar a solidariedade e o compartilhamento entre as pessoas, de modo a permitir a produção e reprodução de valores como a amizade e a confiança (SABOURIN, 2009, p. 68).

Essa família seguiu uma trajetória comum a muitas outras famílias que vivem no

³⁹ Esta expressão era utilizada no Sítio do Melo e localidades vizinhas para se referir às práticas de atividades compartilhadas com a finalidade de resolver problemas de alguma família da ribeira. Dizia-se assim: “vamos fazer um adjunto (ou adjuntório) para resolver tal situação”.

Sertão do Cariri; resistindo e enfrentando cotidianamente as dificuldades para manter o seu sustento no mundo rural, desenvolvendo estratégias que são fundamentais para a sua reprodução. Nas entrevistas realizadas, observamos, claramente, a importância das estratégias que dizem respeito, principalmente, ao acesso à terra, às condições de trabalho, à moradia e aos estudos. Quanto a essa questão, assim explica Wanderley:

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um ‘território’ familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe muito frequentemente, a extrema mobilidade do agricultor que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais (WANDERLEY, 2009b, p. 173).

As diferentes estratégias vivenciadas pela família de Dona Terezinha, desde a sua fundação, reafirmam a centralidade da família nas buscas que empreendem para garantir a sua reprodução, ou seja, para assegurar “um lugar de vida e de trabalho.” Esta premissa leva o casal a se instalar no sítio junto com os familiares do marido e, após “vingar a primeira filha”⁴⁰, passa a se estabelecer em “um pedaço de terra”, de cerca de 30 hectares⁴¹, recebido por doação do avô de D. Terezinha.

Além dos cinco filhos gerados por Dona Terezinha e Seu Miguel⁴², foram incorporados à família uma sobrinha, outros filhos de Seu Miguel e um agregado⁴³. Interessa saber que Seu Miguel, no Sítio do Melo, além da família constituída com Dona. Terezinha, formou outras duas famílias com outras duas agricultoras. Com Maria Aleixo, teve 19 filhos e criou 7; Com Tereza Brejeiro, criou os 7 filhos que teve. Estes filhos e filhas eram presentes na casa de Dona Terezinha desde pequenos. Vários desses filhos e filhas foram criados por ela em diferentes momentos.

Este “tempo do sítio” foi vivido pelas duas primeiras gerações de mulheres. Como nos referimos na escolha metodológica, entre elas, selecionamos apresentar as trajetórias de D. Terezinha e de Maria de Lourdes.

D. Terezinha Emiliano de Sousa, a mulher da primeira geração, nasceu no ano de 1926, no Sítio do Melo, na Prata, que na época era um distrito e pertencia ao Município de Monteiro. Viveu no Sítio do Melo até os 14 anos, quando se casa com Seu Miguel como

⁴⁰ Depois de perder alguns filhos, cresceu a primeira filha, Maria de Lourdes Sousa da Silva.

⁴¹ As pessoas da família não souberam informar a área que tiveram no Sítio. O atual proprietário que comprou a terra de Seu Miguel declarou achar que tem uns trinta hectares, mas nunca mediu.

⁴² D. Terezinha e Seu Miguel criaram quatro mulheres e um homem.

⁴³ Severiano que hoje tem 66 anos e mora no lote desde 1974.

lembra, “num tinha nem 15 anos completo”. O casamento foi em Monteiro porque “o padre só vinha para Prata [onde ela morava] de mês em mês”. Foi morar no Sítio Santana, onde vivia o seu sogro, que era irmão do seu pai. Passou cerca de dez anos morando neste sítio com a família do marido. Depois retornam para o Sítio do Melo, como relata: “No dia que Lourdinha⁴⁴ [a filha mais velha, que nasceu em fevereiro de 1950] completou sete meses de nascida, vim embora pro Sítio”. Voltou para morar em um “pedaço de terra”, uma área com cerca de 30 hectares, que o seu avô lhe dera para viver. Nesse seu lugar de origem, passa vinte e três anos e em seguida migra, por um breve período de quatro meses, para o Juazeiro do Norte, no Ceará; por último, ela retorna com a família para o Estado da Paraíba e se estabelece em um lote, no Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), no Cariri, onde reside trinta e cinco anos.

Na segunda geração, a escolhida chama-se *Maria de Lourdes*⁴⁵ que nasceu no Cariri, no Município de São Sebastião do Umbuzeiro, em 1950. Aos três anos de idade vai morar na casa do tio, Seu Miguel, esposo de D. Terezinha. Como narra Maria de Lourdes: “Nasci em São Sebastião do Umbuzeiro, fui criada na Prata, passei 12 anos em S. Paulo, em 1985 vim para Sumé onde estou até hoje [2010].”

Maria de Lourdes é solteira e a única da segunda geração da família que não tem filhos. Ainda criança, foi morar na casa do tio, no Sítio do Melo, e é incorporada à família como uma sobrinha/filha. Desde muito cedo, começou a participar das atividades no roçado, onde tanto “limpava mato” [capinava], como plantava milho, feijão, mandioca e fazia colheitas desses produtos e de algodão. Fez as séries iniciais em uma escola no próprio Sítio, em seguida quando migrou para São Paulo, entre 1973 e 1985, cursou o supletivo para concluir o ensino fundamental. Voltou a morar com a família, depois que já estavam instalados no Perímetro.

Como já mencionado, a vida das mulheres no “tempo do Sítio” é marcada por muitas dificuldades, seja em função da precariedade do acesso à terra, seja em razão da falta de assistência técnica ou ainda pela inacessibilidade à educação, à saúde e a outros benefícios sociais. Isso produz uma dinâmica particular na vida de Dona Terezinha e sua família que passaremos a relatar neste momento.

Nas falas das mulheres, confirmamos o quanto a família tem uma centralidade como um lugar de organização e desenvolvimento das várias atividades rurais; mas também

⁴⁴ Maria de Lourdes Sousa da Silva, 60 anos, é a primeira filha biológica de D. Terezinha e Seu Miguel.

⁴⁵ Seu nome completo é Maria de Lourdes, 60 anos, é sobrinha de Seu Miguel e foi agregada como sobrinha/filha à família de D. Terezinha.

podemos dimensionar o quanto se constitui num espaço de socialização e construção dos vínculos afetivos e laços de reciprocidade com a comunidade. Desde pequenas, as mulheres são inseridas nas dinâmicas dos trabalhos dos roçados, na criação dos animais, na produção na casa de farinha⁴⁶ (ANDRADE, 1986, p. 135-159), no abastecimento de água e também “nas obrigações da casa”, entre outras. Isso mostra o quanto é impróprio restringir a posição e o lugar da mulher camponesa ao espaço exclusivo da casa, como se ela desenvolvesse apenas as ações que ficam identificadas como atividades domésticas. Isso pode ser visto através da fala enfática de Dona Terezinha respondendo ao nosso questionamento sobre qual a sua profissão: “Toda vida fui agricultora, toda vida.” O seu depoimento discorre sobre suas experiências no mundo da casa e do trabalho, mostrando como sua identidade tem origem em um histórico familiar que é determinante desta condição. Comenta que desde pequena trabalhava com o pai no roçado, assim como nas atividades da pecuária: “toda vida gostei de tratar dos bichos”. Sua participação no mundo da produção não dispensava, no entanto, suas obrigações no desenvolvimento de atividades domésticas, como cozinhar, abastecer a casa de água, lavar a roupa etc. D. Terezinha afirma que sempre contribuía em casa “lavando roupa quando mãe tava doente. Toda vida eu gostei de lavar roupa”. Na casa de seus pais ela, que era a mais velha das duas filhas, afirma que sempre participou dos trabalhos ao lado do pai: “minha vida era pelo mundo mais ele”. Referindo-se ao modo de vida das famílias camponesas, Wanderley realça que

[...] um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações (WANDERLEY, 2009b, p. 159-160).

A insuficiência da terra para cultivar os roçados fazia com que fosse preciso ir “botar roçado” em outros sítios e propriedades da vizinhança. A intensa utilização da mão de obra

⁴⁶ A farinha de mandioca é uma iguaria no cardápio da região e é importante como produto comercial. Fazer farinha consiste em uma atividade que ocupava várias pessoas por diversos dias e até noites em prolongadas jornadas dirigidas ao beneficiamento da mandioca, na casa de farinha; hoje várias etapas do processo já são mecanizadas, à época desse relato que corresponde aos anos de 1950 até início dos anos de 1970, era um trabalho manual da colheita à raspagem; espremer, coar, peneirar e torrar para obter a farinha. Como não havia energia elétrica, os trabalhos noturnos eram à luz de candeeiro, como descrevem em suas narrativas.

familiar era o principal recurso que tinham. Neste tempo, não contavam com outros meios para realização dos trabalhos, não tinham como obter crédito para produzir, nem ter acesso à orientação de uma assistência técnica, ou mesmo o emprego de equipamentos para facilitar a exploração das terras. Em vista disso, em suas narrativas, D. Terezinha lembra as atividades que realizava em conjunto com as filhas, sobrinha e enteadas pequenas, em vários sítios e propriedades vizinhos: “Fiz muita farinha no sítio chamado ‘os Cabral’ [localizado a 2,5 Km, ou a menos de meia légua⁴⁷ do Sítio onde residiam]. Miguel trabalhava fazendo carro de boi⁴⁸ e eu, mais as meninas era dona dos roçados.” Sobre a utilidade do carro de boi no semiárido ver Andrade (1986, p. 135). Como se nota, além do plantio dos roçados, as mulheres também realizavam a atividade de beneficiamento da mandioca para fazer farinha.

Observamos que o fato de a família de Dona Terezinha ser constituída, em sua maioria, por mulheres, e essas serem mais velhas que o filho homem, fazia com que fossem reconhecidas como trabalhadoras no local onde habitavam. Elas efetivamente ocuparam um papel fundamental na lide cotidiana, e destacavam-se na ribeira pelos seus intensos trabalhos, mas eram identificadas no meio social como as trabalhadoras “filhas de Miguel”. É importante considerar que, mesmo sendo reconhecidas como trabalhadoras, são nomeadas em referência ao seu pai - “filhas de Miguel”. É uma família de várias mulheres, que sustentavam um lugar de trabalhadoras, sempre lembradas pela alegria e bom humor com que se inseriam na vida da comunidade. Todas estavam envolvidas nas atividades da casa, dos roçados e ainda frequentavam a escola e faziam festas, como lembra a sobrinha/filha:

eu bem pequenininha ia com uma enxadinha na frente dos outros que estavam limpando mato, ia na frente das carreiras de mato. Quem mais ia para o roçado era eu, se tivesse que ficar em casa para moer milho, carregar água, para varrer casa, para essas coisas, não era eu [...] podia tá doente que eu ia para o roçado. (MARIA DE LOURDES, 60 anos, 2010).

Ouvimos significativos relatos que demonstram a importante participação das mulheres no processo produtivo, e o quanto não existia uma demarcação de gênero na distribuição das tarefas produtivas: homens e mulheres trabalham “do mesmo jeito”. Estavam no campo, cultivando a terra, colhendo os frutos, fazendo cercas e produzindo farinha do “mesmo jeito que os homens”. A terra, como lugar de trabalho, não era um espaço interdito

⁴⁷ Segundo o dicionário Aurélio, é uma antiga unidade de medida itinerária usada no Brasil, equivale a 3.300 braças ou 6.600 metros.

⁴⁸ O carro de boi era o principal meio utilizado para o transporte de maior volume de produção. Além de ser usado para os deslocamentos das pessoas, também era central para conseguir carregar uma maior quantidade de água e não ficar precisando abastecer a casa todos os dias.

para as mulheres; ao contrário, desde pequenas, quando já podiam sustentar uma enxada, o pai e/ou a mãe “botavam” para trabalhar. É possível que elas próprias não tenham noção do quanto eram decisivas para sustentar essa dinâmica produtiva, mas suas falas não negam essa participação. Neste sentido, sustentamos o argumento de que não existe uma nítida demarcação entre as atividades produtivas que acontecem no espaço público e no espaço privado, no campo produtivo, porque as mulheres transitam de um espaço a outro sem se reconhecerem apenas como domésticas. Ou seja, as atividades que desenvolvem na produção (roçado, construção de cerca, limpar mato, fazer farinha etc.) fazem parte do cotidiano das mulheres desde que eram crianças. É isso que faz com que D. Terezinha também se reconheça como agricultora: “Toda vida fui agricultora, toda vida”.

As obrigações e a dedicação ao trabalho duro do roçado não tiravam dessas mulheres a alegria. Participavam das festas, das atividades religiosas, apesar das restrições impostas pelo pai, na expressão da sobrinha/filha:

Eu gostava das festas do sítio, forró pé de serra nas casas, só a gente fazia no fim do ano. Quando o velho Miguel dizia que a gente ia para festa, já estava pronta, porque ele só dizia na hora de sair e a gente corria e saía na frente para ele não se arrepende [...] (MARIA DE LOURDES, 60 anos, 2010).

Como já assinalamos, as mulheres se envolvem ativamente em várias tarefas e em diferentes momentos. Contudo, há particularidades que merecem ser analisadas como pode ser visto através da resposta de D. Terezinha sobre suas tarefas no roçado. Esta afirma que trabalhar no roçado era entendido como operar diretamente as atividades de roça, limpa [capina], plantio etc. É interessante observar que a mesma demonstra uma certa ambiguidade quando analisa o seu labor fazendo a seguinte afirmativa: “Trabalhava não senhora, não. Eu ia todo dia para o roçado. Era como daqui pro Carro Quebrado [Bairro da cidade de Sumé que fica localizado a cerca de 2,5 Km da sede do lote].” E detalha quais eram as suas atribuições no roçado: “[...] só cozinhava para o trabalhador, trabalhar no roçado não trabalhava não. Tinha uma casinha [rancho⁴⁹ do roçado] e lá mesmo cozinhava.” Cabe-nos destacar que, a despeito de ser uma tarefa vital para a produção no roçado, D. Terezinha não identificava a ocupação de cozinhar para os trabalhadores como um trabalho, chegando a afirmar: “Trabalhava não senhora, não”.

⁴⁹ Denomina-se de rancho o local em que as pessoas eram acolhidas, fosse tanto para se abrigar como para repousar no roçado. Trata-se também de um abrigo em parada de transporte à margem de uma estrada, ou uma casa de alguém conhecido na cidade nos dias de feira, de festas, de missas e em apoio para algum momento de doença.

Para elas, trabalhar no roçado era cultivar, cuidar da mandioca para fazer farinha, e não cozinhar, mesmo que fosse para viabilizar o trabalho no roçado, garantindo a alimentação para os trabalhadores que lá se encontravam. Isto fica evidenciado em outro relato de D. Terezinha sobre sua ação no campo quando “deixava uma menina em casa e ia com as outras para o roçado”. A mesma reconhece que trabalhava nos serviços mais pesados juntamente com os trabalhadores identificados como “Sr Lino, compadre Expedito, aquele povo todo, para arrancar mandioca, raspar [...] trabalhei muito com esses dois homens e os meninos deles”.

As trajetórias das mulheres das quatro gerações revelam que as mesmas ocuparam diferentes posições e atribuições ao longo de suas vidas. Isso pode ser visto através o depoimento de Maria de Lourdes que se refere a um momento em que D. Terezinha não estava trabalhando mais diretamente nas atividades do roçado.

Iam para o Riacho do Meio; no Zé Antonio; nos Cabral; na Lapa [ribeira fixada a 3Km, ou a cerca de meia légua da casa de morada]; em Seu Bernardo também tinha, trabalhava nos roçados dos outros, trabalhávamos em muitos roçados dos outros. Alguém ficava com D. Terezinha em casa para preparar o jantar e cuidar dos bichos [...] (MARIA DE LOURDES, 60 anos, 2010)

Esse tempo em que D. Terezinha não ia mais para o roçado coincide com o momento em que suas filhas, já crescidas, passam a assumir essas atividades⁵⁰, possibilitando, assim, seu envolvimento com outras tarefas realizadas no espaço da casa como, por exemplo, a bodega que a mesma abriu dentro de casa e que ficou em funcionamento durante 15 anos. Isso mostra que havia diferentes formas de inserção no trabalho, dependendo da idade e da disponibilidade da mão de obra. Essas narrativas vão revelando quem participava dos afazeres nos diversos momentos, demonstrando que as pessoas vão se responsabilizando por várias atribuições, em distintos espaços, ao longo de suas vidas no campo.

Alguns autores vêm trabalhando com a temática da diversidade de atividades desenvolvidas no espaço rural (ANDRADE, 1986; DUQUE et al, 1993; SABOURIN, 2009; WANDERLEY, 2010). No caso específico do Sítio do Melo, além dos roçados com produção consorciada de milho, feijão e algodão; a família cultivava batata, jerimum, melancia,

⁵⁰ D. Terezinha refere-se ao fato de poder ficar trabalhando em casa, quando as filhas assumiram a lavagem de roupa - “as menina tomaram conta da lavagem de roupa” - e também quando as mesmas assumem o abastecimento de água para a casa e para os animais.

canteiros de verdura, culturas de “vazantes”⁵¹ e a mandioca “nos pés de serra” para produzir a farinha, que era consumida em larga escala. Criavam animais que servia como poupança para fazer face às necessidades que surgiam.

Nesse “tempo do sítio”, havia muita limitação para ter uma fonte de ingressos financeiros garantida. Essas pessoas, como se constata nos depoimentos das mulheres da primeira e segunda gerações, contavam com uma agricultura de sequeiro, a produção de alimentos, nos anos de inverno regular, tinha parte destinada à venda e outra parte armazenavam para garantir a alimentação da família por certo período. Fora disso, restava a opção das safras de algodão que, quando eram muito boas, davam para “tirar as contas” e pagar a “roupa das festas” (padroeiro/a, Natal, final de ano), era uma opção de acesso a uma renda monetária, embora pelas condições de exploração, principalmente para quem não tinha terras, ou seja, a maioria dos agricultores, era insuficiente para se obter alguma acumulação.

Os principais ganhos com a atividade do algodão eram apropriados pelos maiores donos de terras que, além de fornecer área para os agricultores plantarem algodão, consorciado com milho e feijão, em regime de “meia” ou de “terça”⁵² (ANDRADE, 1986, p. 68; PAULILO, 1987, p. 2), também tinham capital para sustentar a atividade mercantil de intermediação da compra da produção de algodão dos agricultores. Muitos desses agricultores sem terra além do pagamento da “meia” ou “terça”, que deixavam pelo uso da terra, ainda vendiam o produto aos mesmos proprietários das terras onde implantaram seus roçados, e estes ficavam com os restos das culturas (algodão, milho e feijão) para alimentação de animais. Sobre a condição dos trabalhadores sem terra no funcionamento desse cultivo, explica Duqué:

Estes são trabalhadores sem terra, admitidos na fazenda de gado para nela plantar algodão na base da ‘meia’. Entre os pés de algodão também é praticada a cultura de milho e feijão, e, às vezes, o proprietário cede também pequenas parcelas de baixo para outras culturas alimentares (DUQUÉ, 1984, p. 171).

Em muitas ocasiões, em nossas vivências, observamos que os agricultores também se indignavam com a diferença entre a pesagem de sua produção verificada em suas

⁵¹ Área a montante dos açudes que são utilizadas para o plantio à medida que as águas vão secando. Também é considerada “vazante” e serve para plantios menos exigentes como capim, a área úmida a jusante dos reservatórios de água, no leito dos rios ou riachos.

⁵² Na divisão dos resultados, ficava o pagamento da metade para o dono das terras, no sistema de “meia”; ou era retirado 1/3 em forma de pagamento pelo uso das terras; a variação ficava de acordo com os costumes locais, a disponibilidade de terras, a necessidade de mão de obra do dono das terras e a precisão do agricultor/a.

rudimentares balanças⁵³ e o que era aferido pelos proprietários/comerciantes no recebimento da produção, ou seja, era uma condição de perdas em várias etapas e por diferentes razões.

De acordo com a organização produtiva, havia uma pequena distinção entre os rendimentos que eram conseguidos para as próprias despesas, como exposto acima, daqueles recursos que eram destinados à sustentação e aos investimentos para viabilização da unidade familiar. Destacam que “Naquele tempo a gente trabalhava e era tudo para casa. Só ganhava dinheiro quando apanhava algodão” e mostram que a bodega que “o pai botou” foi com o dinheiro do algodão.

O fato de ter acesso precário à terra, como citado, o “pedaço de terra” que D. Terezinha ganhou de seu avô era de aproximadamente 30 hectares, onde estava instalada a casa de morada, curral e uma pequena área de roçado. Vale destacar que uma das restrições dessa terra, dita pelas mulheres, era a de “ser uma terra sem água”, o que constitui uma grave limitação à produção na zona semiárida. A condição de trabalhar em regime de meia ou de terça, em “terras dos outros”, lhes impedia de ter acesso a qualquer forma de crédito para produzir, e muito menos, ter algum tipo de assistência técnica; contavam unicamente com a mão de obra familiar e com a solidariedade compartilhada na vizinhança.

Uma prática bastante adotada nessa localidade era partilhar as melhores sementes que escolhiam e guardavam de um ano para outro; realizavam também “adjuntórios” nos momentos de plantio e de colheita, ou de qualquer outra necessidade. Esta ação consiste em uma espécie de mobilização das várias famílias para, em conjunto, fazer os trabalhos de que necessitavam nos roçados da vizinhança. A família que recebia o benefício providenciava a alimentação para todos os participantes. Depois este trabalho que era feito, geralmente nos roçados, se estendia para cada roçado que precisasse. Organizavam um revezamento para atender as necessidades de cada família, dando prioridade às situações de maior carência, principalmente quando havia pessoas doentes, fazia-se este “adjuntório” para suprir a precisão daqueles que não dispunham de mão de obra. Entretanto, as relações que estabeleciam na vizinhança consistiam no principal suporte com o qual contavam. Além das atividades na produção, cuidavam da partilha de alimentos. Podemos verificar isso em depoimento de Dona Terezinha sobre compromissos que os vizinhos assumiam com a alimentação das crianças do seu entorno. Diz ela:

⁵³ A balança rudimentar era feita com duas bases (dois pratos) de madeira, pendurados com cordas a uma peça (braço) também de madeira colocada na linha mestra da casa, usavam pedras para complementar os pesos, mas dava para fazer uma pesagem anterior a que era realizada pelos compradores em seus armazéns, muitas vezes em balanças consideradas “viciadas”.

O que valia aqueles meninos do Sítio do Melo, a maior parte, os mais velhos, era compadre Emídio. Graças a Deus nunca faltou duas, três vacas de leite e nunca vendeu um litro de leite para ninguém. Criou aquela molequeira do Sítio do Melo quase toda, ou se não, era com D. Zefinha [Sítio Cachorro Morto], os dois bancos de leite [...] Quando não era compadre Emídio era Dona Zefinha, para dar leite aqueles meninos (D. TEREZINHA EMILIANO, 83 anos, 2009).

Também era muito precário o acesso à água. As mulheres eram as responsáveis pelo abastecimento da água para o consumo humano e animal. Quando se tratava da “água boa, de beber”, ou seja, adequada para o consumo humano, era mais árduo ainda, como descreve Dona Terezinha:

Carregava água mais longe do que daqui na rua [do lote para sede do município de Sumé são cerca de 2 KM], ou mais longe para ter uma aguinha boa, na cacimba da Filomena [localizada em outro sítio a 2 KM, a quase meia légua]. Carregava água de madrugada, quando o dia amanhecia estava em casa com a lata d’água. A gente chegava lá quatro de manhã já tinha gente esperando para carregar água, tinha fila de latas, carro de boi, aquele pessoa por ali do Zé Antonio [sítio vizinho 1,5 Km, menos de meia légua], aquele pessoas todas bebiam de lá [...] era água pra beber (D. TEREZINHA EMILIANO, 83 anos, 2009).

E prossegue em seu relato:

Naqueles outro grande [riacho], tinha umas cacimbas [...] quando a gente chegava lá cedo trazia água, quando não, a gente esperava um bocado; o povo deixava as lata lá, quando era no ‘pingo do meio dia’ tinha que ir buscar se não quando chegava lá não tinha mais [...] Carreguei muita água de noite, pra cozinhar, pra tomar banho, pra tudo... na cabeça, depois Miguel arranhou um carro de boi, carreguei água do Olho D’água [distanto 5 Km da casa, no Sítio do Melo, que significa quase uma légua]. Lá da frente da casa de Ageu, não tem um olho d’água lá? As meninas iam buscar água boa lá... A água era boa demais, os meninos iam buscar, de carro de boi (D. TEREZINHA EMILIANO, 83 anos, 2009).

Para a segunda geração os depoimentos são reveladores do esforço físico e o penoso trabalho que tinham para ter acesso à água, carregando lata de água na cabeça por consideráveis distâncias e debaixo do forte sol que se tem no semiárido

Quando não ia trabalhar [no roçado] ia lá [no sítio Zé Antonio] buscar água, na cabeça, quando chegava em Sebastião Paulino [Sítio vizinho], botava a lata no chão para descansar a cabeça (MARIA DE LOURDES, 60 anos, 2010).

Para lavar roupa, um trabalho sob a responsabilidade das mulheres, elas criavam alternativas para amenizar as dificuldades encontradas, como pode ser verificado na fala de D. Terezinha:

Foi tempo que as meninas cresceram tudo, depois abriram aquela estrada [Rodovia Estadual Antonio Mariz⁵⁴, construída no início dos anos de 1970], dia de segunda- feira [dia de feira em Sumé] as menina faziam as trouxas de roupa e botavam em cima dos carros, aquela que chamava Rita das bolachas [comerciante de panificação do Município de Ouro Velho]. As meninas, Nanoza [Maria de Lourdes], Maria José voavam as trouxa de roupa em cima do carro [no deslocamento de Ouro Velho para feira em Sumé] e ia para Jatobá [Fazenda a 5 Km de distância, ou próximo de uma légua, que tinha um açude considerado grande]. As vezes voltavam nos carros que vinham cedo da feira e pegava o transporte pra trás . As meninas tomaram conta da lavagem de roupa [...] (D. TEREZINHA EMILIANO, 83 anos, 2009).

As narrativas da segunda geração mostram as saídas empregadas para enfrentar o problema da falta da água. Vejamos o que relata Maria de Lourdes:

Lavava roupa nos açudes pelo meio do mundo, na Carnaúba [sítio a 5,5 Km, isto é, a quase uma légua], no açude da Lapa, ia lavar para o Zé Antonio [...] Também pegava carona no caminhão na segunda, que vinha para Sumé, para ir [para o açude do Jatobá], para voltar era a pé; ia para o açude de Anacleto, outros que não sei o nome [...] O que a gente aprende não esquece não, quando esqueceu é que não aprendeu (MARIA DE LOURDES, 60 anos, 2010).

Ainda descrevendo as condições de quando morou no sítio, D. Terezinha diz que não havia energia, na casa dela “tinha luz por que finado Miguel comprou um lampião e mandou botar luz de bujão, era a única casa que tinha luz na ribeira”.

Estas falas confirmam como as pessoas do sítio tinham restrições de acesso aos recursos básicos como terra, água, energia, entre outros, e como tinham um cotidiano marcado pela busca de meios para enfrentar o quadro de pobreza e de dificuldades a que eram submetidos, devido à ausência de políticas públicas que atendessem a essa população rural. Nas estratégias de superação (ou de sobrevivência?) às adversidades, a colaboração da família e a vizinhança tinham papel fundamental.

Como mostram os depoimentos e ratificam os estudos, o trabalho na unidade produtiva se baseia numa cooperação interna entre os membros da família e se fundamenta na

⁵⁴ Antônio Mariz, originário do Município de Sousa, localizado no alto Sertão da Paraíba, onde foi prefeito (cassado pelo golpe de 1964), depois chegou a ser deputado federal, senador e governador da Paraíba. Sua esposa, Mabel Dantas Mariz, é do Cariri, da cidade de Ouro Velho.

divisão por gênero e por idade, ou seja, na família como uma comunidade de interesse. De acordo com Wanderley et al,

A família é entendida aqui, como uma comunidade afetiva, da qual decorre sua importância como elemento formador da personalidade e veiculador de valores morais e sociais ao conjunto de seus membros. No interior da família constituem-se laços de solidariedade-[...]

A referência aos laços de solidariedade não impede, naturalmente, de reconhecer que as relações familiares podem se constituir, igualmente, como fonte de profundos conflitos, frutos frequentemente do caráter autoritário do poder paterno, da atribuição desigual de oportunidades presentes e futuras e de disputas patrimoniais, qualquer que seja a dimensão das posses familiares.

A família é, também, uma comunidade de interesses. Seus membros estão comprometidos com a realização de objetivos comuns, definidos primordialmente em função da constituição e reprodução do patrimônio familiar, para a realização dos quais definem estratégias, sob a autoridade paterna, que comanda a divisão interna do trabalho. (WANDERLEY et al, 2006, p. 41-42).

Referindo-se às mudanças operadas na organização da unidade produtiva, D. Terezinha afirmou que, após as filhas assumirem as atividades do roçado, ela passou a desenvolver seu trabalho em casa. Naquele momento, o seu marido abriu uma bodega [Retrato 6], que foi ser uma de suas principais atividades no espaço da casa: “Miguel inventou de botar uma quitanda, uma bodeguinha. Minha vida era quebrar a cabeça com os bêbados”. Mencionava que a bodega era de sua responsabilidade, mesmo dizendo que foi idealizada pelo marido, afirmava que um enorme trabalho de compras e vendas no próprio Sítio era feito por ela. Lembrava que passou 15 anos lutando na bodega. Este empreendimento começou por meio de uma doação que recebera de seu avô, com a qual comprou um saco de sal, uma caixa de sabão (o sabão utilizado era em barra) e uma lata de querosene⁵⁵. O principal uso do querosene era doméstico, para abastecer os candeeiros⁵⁶ ou lamparinas que as pessoas

⁵⁵ No comércio da época, predominava uma lata que tinha um tamanho padrão de 18 litros, segundo um pequeno comerciante de Sumé. Em geral, “vendia-se um mercado [quantidade no varejo] de meio litro ou de um litro por casa, para uso de uma semana.”

⁵⁶ Estes candeeiros eram objetos muito simples, feitos de zinco, de flandres ou do reaproveitamento das latas de óleo que os “flandeleiros” adaptavam cortando no tamanho e colocando uma tampa com um bico por onde era colocado o pavio para acender a chama; também usavam um modelo industrializado que tinha partes em vidro e o pavio também era industrializado e não “soltava fumaça”, era um tipo mais raro de ser encontrado nas casas simples por ter um custo mais elevado para a aquisição e depois para repor a cobertura do pavio, a “manga”, que era de vidro e só poderia ser encontrada em mercearias maiores. Os pavios dos candeeiros simples eram produzidos pelas próprias famílias que fiavam do algodão. Guardavam uma pequena quantidade do algodão que colhiam para o autoabastecimento durante todo o ano. Logo cedo as crianças também eram iniciadas no tratamento do algodão, descaroçando, limpando e “fofando” para preparar a produção da matéria-prima e para fiar os pavios dos candeeiros.

utilizavam para iluminar as casas à noite, pois não havia energia, como visto em descrição anterior.

Retrato 6 – Bodega de Dona Terezinha⁵⁷

Fonte: Arquivo da família, Sítio do Melo, 1963 ou 1964.



Entrando por estas lembranças, vamos identificar que esta “venda”, a “bodeguinha”, teve um papel fundamental para gerar renda e contribuir com o sustento da família. No entendimento de Sen (2007), o desenvolvimento requer que o papel exercido pelas mulheres nos processos econômicos e sociais seja reconhecido como elemento central para viabilizar as atividades que assegurem a produção dos meios materiais e simbólicos para a geração da vida. A participação que D. Terezinha teve na dinâmica comercial da bodega é um exemplo claro de como as mulheres exerciam um lugar essencial na manutenção das atividades econômicas da família. Essas são as palavras de D. Terezinha: “Vendia e comprava de tudo, comprava ovos, galinha, algodão, mamona, feijão, milho, tudo eu comprava”. Entusiasmada por explicar a dimensão que tomara a sua bodega para a comunidade e para a sua própria vida, é incisiva: “até mortalha vendia, vendia pano, pano pra fazer mortalha, inventei de vender caixão de anjo⁵⁸, caixão de defunto, tudo no mundo eu tinha. Tinha uma prateleira cheia de troço, somente pra enfeite⁵⁹ de anjo [...]”. Também indica que havia uma dinâmica de comércio da

⁵⁷ Da esquerda para direita, em primeiro plano: Antonio Emiliano de Sousa (irmão de Seu Miguel), Antonio (filho de D. Terezinha) no braço de Júlio Soim; em segundo plano: Maria de Fátima e Maria José (filhas de D. Terezinha), Sítio do Melo, 1963 ou 1964.

⁵⁸ Denominação para criança que morre antes de andar, na crença de que “os anjinhos vão para o céu voando”

⁵⁹ As crianças eram enterradas com muitas flores feitas de papel ou de tecido, bicos e rendas. Era um ritual de preparação: “enfeitar os anjinhos que iam para o céu”

qual participava, mesmo a partir da casa e do terreiro, onde era instalada sua bodega, e detalha a movimentação das mercadorias:

O algodão ia para Boa Vista [grande fazenda no município da Prata]. O resto dos materiais às vezes vinha para aqui [Para Sumé, local onde está sua moradia], às vezes ia para feira de Monteiro. O finado Sebastião Aleixo [comerciante da Prata] também comprava; vendia algodão para Zoroastro [comerciante e dono de caminhão do Município da Prata] e ele ia buscar lá em casa. De tudo tinha; 15 anos que eu pelejei, pelejando com isso, uns miolos sem cabeça [referindo-se aos bêbados]. Tinha que aguentar a venda da cachaça, se não vendesse a cachaça não tinha freguês. Acordava meia noite, o povo aqui da Firmeza [Grande fazenda do município de Sumé], desse meio de mundo, a freguesia era grande, da Lapa, do Clarindo [sítio próximo], da Prata [6 Km, aproximadamente uma légua] cansaram de vir comprar lá em casa; mandavam buscar. Cansei de matar um boi [no domingo] bem cedo e quando era a tarde não tinha o que a pessoa jantar, o povo voava em cima e comprava tudo. Compadre Júlio Barnabé [vizinho de sítio] matava criação para mim, era ele e compadre Zé Quirino que matavam aquelas criações e eu botava para vender. Mas não é remédio não, Deus me livre de mais nunca [...] (D. TEREZINHA EMILIANO, 83 anos, 2010)

O funcionamento da bodega, que iniciou com a venda de três produtos (sabão, sal e querosene), assumiu proporções imensas naquele universo. De acordo com as filhas mais velhas, a bodega encerrou o funcionamento após a conclusão da estrada que foi construída entre a cidade da Prata e a BR 412; esta rodovia estadual, depois denominada de Antonio Mariz, passava ao lado da casa de D. Terezinha. Durante o período dessa construção, ela fornecia alimentação para os peões da obra, vivendo assim, um momento de intensa comercialização de produtos em sua bodega. Esta venda tomou uma dimensão que ficou além da expectativa de D. Terezinha, que enfatiza: “Mas não é remédio não, Deus me livre de mais nunca [...]” Demonstrando sua insatisfação com o movimento da bodega ao não ter respeitado seu momento de repouso, como registra: “Acordava meia noite, o povo aqui da Firmeza [Grande fazenda do município de Sumé], desse meio de mundo, a freguesia era grande[...].” Por fim, concluída a estrada, também foram encerradas as atividades de bodega. Importa destacar que o movimento da bodega favoreceu para a família construir uma casa em alvenaria, a casa onde moravam antes era de taipa. Na ribeira do Sítio do Melo, na época, existiam 38 casas, das quais apenas 5 (13%) eram em alvenaria e as 33 (87%) restantes eram de taipa (ANDRADE, 1986, p. 139), ou seja, uma larga maioria era feita de varas e barro. Como lembra uma antiga moradora e herdeira de um sítio vizinho, Sítio Paraíso (Cachorro Morto):

Casa de tijolo era muito difícil. Para fazer uma casa de taipa era só subir as varas e tapar com barro, era o que se tinha, era assim que fazia. Fazia um adjunto para construir, quando tapava a casa com o barro, alisava com uma colher de madeira e fazia um forró para comemorar. Acho que foi isso que compadre Zé Marcolino gravou a música Sala de Reboco⁶⁰ (MARILENE NUNES, 73 anos, 2011).

Diante dessa dramática condição das moradias, tivemos interesse em indagar se em alguma dessas casas havia sanitários e constatamos que nenhuma delas, nem as de alvenaria, até meados dos anos de 1980, dispunha de uma unidade sanitária. Não havia nem banheiro, nem chuveiro ou qualquer maior reservatório de água para a higiene das pessoas.

Nesse contexto, as dificuldades vivenciadas pela família se intensificam com o fechamento da bodega. Seu Miguel vai visitar o Juazeiro do Norte⁶¹ e fica muito entusiasmado com a riqueza da produção e a abundância de água que encontrou na região. Depois dessa viagem, chegando ao Sítio do Melo, ele vendeu tudo, o terreno, a casa, “vendeu com tudo, até as prateleiras da bodega”, e levou a família para morar no Juazeiro. No entanto, passados quatro meses, não conseguem as oportunidades que esperavam encontrar. Foi um tempo marcado por muitas dificuldades, pela dor e pela saudade. Esse sentimento fica evidenciado quando D. Terezinha afirma, num tom quase de desabafo, que não viveu em Juazeiro, por lá passou quatro meses de sua vida: “fui pro Juazeiro; lá não morei não, passei quatro meses. Só!” E não quis mais falar sobre a sua passagem pelo Juazeiro. Sobre esta experiência, Maria de Lourdes, que na época vivia em São Paulo, relata que “No Juazeiro não tinham onde trabalhar, andavam muito para arranjar um roçado, tudo era longe. Tinha água, mas, a fome era grande, por isso eles voltaram”. Esses depoimentos afirmam a frustração diante da ilusão de que a chegada a um lugar “com água” resolvesse as dificuldades de acesso aos meios para trabalhar. Em Juazeiro moraram na cidade, aumentaram os custos para sustentação da família e as dificuldades de acesso à terra se agravaram. Depois dessa breve migração, retornaram à Paraíba, indo se instalar no Perímetro Irrigado de Sumé.

⁶⁰ Música Numa Sala de Reboco, composição de José Marcolino e Luiz Gonzaga.

⁶¹ Cidade localizada na microrregião do Cariri, no Ceará, no vale da Chapada do Araripe, que tem um microclima de brejo. A região é considerada um “oásis no sertão”.
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Juazeiro_do_Norte#Geografia>

4.2 O “TEMPO DO LOTE”

Trabalhei na agricultura dos nove aos onze anos, no lote, no plantio do tomate, de milho verde. **(Edna Cristina de Souza, 32 anos, 2010).**

Na vida do lote e do sítio a diferença era o convívio, o trabalho era diferente. No lote era mais pesado. Acho que não mudou para melhor, continuei do mesmo jeito, as mesmas coisas, tendo as mesmas coisas. **(Maria do Lourdes, 60 anos, 2010)**

“Aqui no lote eu cozinhei muito. Aqui foi que eu trabalhei muito pra muita gente. **(D. Terezinha Emiliano, 83 anos, 2010)**

Como definimos anteriormente, o “tempo do lote” refere-se ao período em que a família de D. Terezinha passa a ser beneficiada com um lote, no Perímetro Irrigado de Sumé.

A inserção da família no Perímetro Irrigado aconteceu em função de uma relação de compadrio com um funcionário do DNOCS⁶² que conseguiu interferir junto à direção deste órgão, viabilizando o retorno da família à região de origem, garantindo o repasse de um lote de terra que havia sido retomado pelos gestores do Perímetro. A chegada da família de Dona Terezinha e Seu Miguel, como já referido, ocorreu no ano de 1974, quando se inaugurou um modo de vida particular para esta família.

Essa família que tomamos como referência para o nosso estudo chegou ao Perímetro contando com toda a infraestrutura criada pelo DNOCS, no sentido de viabilizar a irrigação pública. Naquele momento os irrigantes conseguiam ter a garantia de um lote de terra para trabalhar, com uma área que variava entre 8 e 14 hectares, além de casa, energia elétrica, armazéns e currais. É importante destacar que cada família passou a receber recursos disponibilizados pelo DNOCS para as atividades de irrigação. Naquela conjuntura, puderam ter acesso ao crédito subsidiado e contaram com uma ativa orientação técnica prestada por agrônomos e veterinários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER/PB) que, em conjunto com o DNOCS, era responsável pelo serviço de Extensão Rural do PIS. Esta fase, inicial no “tempo do lote”, é vivida como um “oásis” (BURSZTYN, 1984, 2008; MENDONÇA, 2010).

⁶² O funcionário é compadre da família e casado com uma pessoa de uma família vizinha ao Sítio do Melo. Através dessas relações, ficou sabendo das dificuldades que a família de D. Terezinha estava vivenciando no Juazeiro, e interveio para garantir o seu retorno. Esse episódio confirma a tese de que os laços de amizade e solidariedade, e a própria lógica tradicional das relações familiares, interferem na dinâmica dos espaços públicos do Estado.

Nesse período, nasce a terceira geração. Entre as mulheres desta geração nos referimos a *Edna Cristina Souza da Silva*, 32 anos, neta de Dona Terezinha, nascida em 1978, no município de São José do Egito, Pernambuco, e registrada em Sumé. Ainda criança, conta que morou em diversas cidades da Paraíba e de Pernambuco, como explica: “papai quando vivia com mainha [os pais se separaram em 1982] já moramos em Teixeira, Garanhuns, Patos, João Pessoa, Caaporã, quando era pequena, nem lembro mais. Cheguei a Sumé pequena [ano de 1982] e fiquei aqui.” Edna casou aos 11 anos, com o agricultor Manuel Brás de Macedo, que é filho de um colono do lote vizinho ao de sua família. Engravidou três vezes e tiveram três filhas, a primeira nasceu quando ela tinha 12 anos e a última quando tinha 15 anos. Morou na rua por um curto período de tempo, em seguida migrou para São Paulo onde permaneceu por três meses. Ao retornar se instalou no lote, onde reside atualmente. Em depoimento aponta detalhes de seu percurso:

Morei no lote, depois que casei/juntei, morei uns 6 meses na rua. Depois fui para São Paulo, em 1997, passei dois meses e meio lá, de maio até julho. O meu marido já tava lá, tinha ido em janeiro e ainda ficou por mais dois meses e voltou. Ele era po
rteiro. Era na época de muito frio e eu vim embora, as meninas [três filhas] eram pequenas e choravam todo dia para vir embora. Também ficavam lá trancadas dentro de dois cômodos, quando eram acostumadas a ficar aqui [no lote] soltas no terreiro; eu fiquei com 68 kg, quando fui tinha mais de 80kg, quase me acabo; as comida não entravam, a saudade era grande (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 32 anos, 2010).

Trabalhou como empregada doméstica desde os 17 anos. Nesse período, só foi “fichada”⁶³, em uma casa fixa, por 4 anos e seis meses, depois saiu e voltou a fazer faxina e a trabalhar como diarista. Durante este tempo, voltou a estudar, cursou o ensino médio e recentemente concluiu o curso técnico em enfermagem.

No lote, o acesso à terra se tornou o ponto de aglutinação familiar, recompondo um espaço de convivência que havia sido quebrado em função das dificuldades de se sustentar com a produção do Sítio. Nesse regresso, a família conseguiu reunir todas as filhas e os filhos criados por Dona Terezinha, inclusive uma das mais velhas, que já estava casada e outras duas que tinham ido para São Paulo. Eis o que nos relata a sobrinha/filha da segunda geração, que viajou para São Paulo antes da família ir para o Juazeiro:

⁶³ Ter a carteira de trabalho assinada.

Eu não sei como foi ir para SP; sei que me mandaram e eu fui. Trabalhei em metalúrgicas, na Sanyo, na Vila, Motores Brasil, em Tatuapé. Morava com uma tia que hoje está em Jataúba [Município de Pernambuco]. Ela veio primeiro do que eu. Vim uma vez aqui de férias, já era aqui no lote, em 81. Foi oito anos sem vir, aí é que ficou ruim lá [na volta para São Paulo]. A pessoa querendo ficar [...] chorava de manhãzinha, de raiva dentro daqueles ônibus [...] chorava de raiva [...] de acordar cedo, 5 horas estava no ônibus. Em 85 eu fiquei desempregada e disse: eu não vou procurar serviço nessa droga [São Paulo]; e vim embora, não fui mais procurar emprego [...] (MARIA DO LOURDES, 60 anos, 2010).

A oportunidade da família se instalar em uma terra com água e infraestrutura permite a reaglutinação dos seus vários membros, e concretiza a referência de um “lugar para viver e para trabalhar”. Isto tem um significado fundamental para as famílias camponesas do Cariri, que têm um histórico de vulnerabilidade causada pela grave falta de acesso aos bens e serviços públicos. Ter “uma terra de morada”, onde foi possível reunir os filhos e ter condição para trabalhar é um marco fundante da condição cidadã dessa parcela de população do mundo rural; tem o sentido de “sair do relento”, é ter um abrigo para si e para os seus. Inclusive este conceito de “os seus”, no léxico camponês é uma noção expandida que, notadamente, além dos familiares inclui as pessoas de suas relações de proximidade. Vamos verificar isso adiante quando identificarmos a vinda de pessoas dos antigos sítios vizinhos para trabalhar no lote, bem como as formas diferenciadas das relações de trabalho estabelecida com eles.

Nesse contexto favorável à produção, o marido de Dona Terezinha, Seu “Miguel do lote”⁶⁴, foi um dos colonos que se destacaram como um exemplo de sucesso no PIS. Entretanto, pelos relatos das mulheres, identificamos que no lote de Seu Miguel prevalecia uma combinação dos recursos tecnológicos modernizadores com um sistema de utilização da mão de obra nos moldes do trabalho camponês. As pessoas que não pertenciam à família recebiam a remuneração (salário) pelo trabalho que realizavam, mas as relações eram estabelecidas com base no modo de funcionamento camponês de reciprocidade. Nesse lote, como citado no parágrafo anterior, vinham trabalhar muitas pessoas originárias do Sítio do Melo, do Sítio Cachorro Morto, dos Cabral, do Sítio Zé Antonio e de outras localidades, onde antes a família de D. Terezinha tinha seus roçados. Aquelas pessoas que chegavam para trabalhar no lote eram recebidas e alojadas como ex-vizinhos, compadres, comadres e membros da família, ou seja, reeditavam no lote as formas dos vínculos estabelecidos no “tempo do Sítio”.

⁶⁴ De “Miguel do Sítio”, como era conhecido passou a ser “Miguel do Lote”, nomeado pelo novo lugar a que pertencia.

A organização do Perímetro foi concebida para que os lotes funcionassem com o trabalho direto do colono, em conjunto com a sua família. Porém, a intensificação da produção voltada para ao mercado da indústria alimentar levou a adoção de um “modelo tecnológico” que demandava o aumento da mão de obra. Com isso, surgem os diaristas (boias-frias) que vão trabalhar para a cooperativa dos irrigantes, sob a gerência do colono (BURSZTYN, 1984, p. 94). É o que explica BurztyN sobre a função do colono:

[...] controla o trabalho dos diaristas e serve de ponte entre estes e a cooperativa. Ao final de cada semana o colono recebe da cooperativa uma quantia correspondente aos pagamentos dos seus trabalhadores. Cada lote emprega, grosso modo, dois trabalhadores durante o ano todo e, nas épocas de colheitas, esse número pode aumentar para até 50 (BURSZTYN, 1984, p. 95).

Para a família de D. Terezinha, a intensa movimentação de trabalhadores era algo novo e também estranho às suas vivências anteriores. Nunca tinham visto um número tão grande de pessoas trabalhando com a sua família. É singular a forma como ela expressa esse sentimento de novidade: “Teve dia aqui que era tanta gente nesse lote que fazia medo⁶⁵ [...] plantando milho, feijão, outros limpando mato”.

Todavia, no lote desta família, a forma de trabalho tinha diferenciações. Havia caso de antigos vizinhos do Sítio que passavam meses, e até anos, trabalhando e morando com a família. Visto na perspectiva de D. Terezinha, esta forma de funcionamento exigiu que ela ampliasse o seu trabalho para garantir a alimentação das pessoas que lidavam com as atividades do lote, conforme relata nesta narração:

Aqui no lote eu cozinhei muito. Aqui foi que eu trabalhei muito pra muita gente. Vinham apanhar tomate e eu não sei... graças a deus não sei ver chegar uma pessoa na minha casa e eu botar comer para uns e para outros não, graças a Deus ainda hoje é assim, deus me livre. Às vezes, muitas e muitas vezes, fico sem comer, mas chegando uma pessoa na minha casa não deixo sair sem um almoço não. Graças a Deus eu fiz ‘dar comer pra quem tem fome’. Embora o mundo não agradeça, em 10, 12 não agradecem não. Graças a Deus nunca chegou esse dia de dizer assim: ‘chegou uma pessoa na casa de Terezinha, estavam comendo e não deram nem um pouco de comida’, deus me livre (D. TEREZINHA EMILIANO, 83 anos, 2010).

⁶⁵ A expressão “fazer medo” realça que uma situação é muito nova, inusitada.

Tratava-se de um novo tempo vivido por D. Terezinha e sua família, mas que mantém os valores de amizade, solidariedade e reciprocidade comuns ao “tempo do Sítio”, onde desenvolvia uma dinâmica mais fortemente ligada à lógica da vida camponesa.

O Perímetro de Sumé, em sua fase áurea, foi considerado pelo DNOCS como um modelo exemplar de irrigação e de organização para superar as secas no Nordeste, o qual deveria, inclusive, ser utilizado como referência para as demais áreas onde fossem implantar experiências de irrigação no semiárido brasileiro. No entanto, Bursztyn (1984, 2008) se refere ao modelo que denominou de “sumerização” como um formato que, apesar dos resultados positivos obtidos à época através da gestão do DNOCS, durante cerca de dez anos, não poderia ser reproduzido em larga escala, pois faltariam ao Estado recursos financeiros e humanos para garantir tal intento. (BURSZTYN, 1984, p. 103-104, 2008, p. 141).

De acordo com o que dissemos anteriormente, o objetivo de transformar os colonos em modernos produtores era a principal função conferida aos técnicos responsáveis pela assistência técnica e pela extensão rural prestados aos colonos. Dentro da concepção deste serviço, funcionava uma divisão sexual do trabalho onde a Extensão Rural era atividade atribuída às assistentes sociais e economistas domésticas. Essas mulheres eram designadas para trabalhar a dimensão social junto às famílias; isto significava uma ação direta com as mulheres dos colonos visando “ensinar” novos estilos de vida, mais condizentes com as exigências da modernização trazida pelo Perímetro. Eram orientadas em noções de higiene, pois para muitas dessas famílias, era a primeira vez que tinham banheiros em suas casas; o uso de energia elétrica também era outra novidade e as pessoas não tinham familiaridade com eletrodomésticos, como liquidificador e geladeira. A elaboração dos alimentos consistia em outro ponto de tensão; as receitas eram muito distantes dos hábitos alimentares e havia dificuldade em processar os alimentos com os eletrodomésticos e não com os utensílios já conhecidos como o ralo, raspa-coco etc.; o fogão a gás que compravam ficava fechado, servia “de enfeite”, continuavam usando lenha para cozinhar, pois nos sítios, utilizar carvão vegetal ainda era algo para ocasiões especiais. Diante disso, as mulheres e demais familiares resistiam a se submeter aos modelos ideais que lhes eram impostos. Podemos constatar a revelação dessas contradições no discurso de uma assistente social que trabalhou com as mulheres no Perímetro: “[...] Mas tinha as resistência delas também, você trabalhava, trabalhava no núcleo da família, mas era um trabalho muito lento, porque elas já vêm de uma realidade e você querer que ele passe a ser... não é fácil.”(MENDONÇA, 2010, p. 82). A assistente social apresenta as seguintes explicações para essa resistência das mulheres: uns achavam que “era uma questão de preguiça”; outros que “era questão da realidade deles, era o

que ele era, o que foi a vida toda, cresceu naquele ambiente [...]”. Ainda existiam aqueles que alegavam que era uma “questão de pobreza, mas não tinha nada a ver, era as origens” (MENDONÇA, 2010, p. 83). Estas afirmações evidenciam como as características camponesas daquelas famílias não conseguiam ser “apagadas” pela ação dos assistentes sociais, como era a pretensão do DNOCS (BURSZTYN, 1984, 2008). Assim sendo, estas pessoas também não eram vistas como portadoras de um modo de vida particular, ou consideradas por parte dos técnicos em função de ter valores arraigados na cultura camponesa. Eram tidas como atrasadas e que precisavam romper com seu estilo de vida, com as origens do sítio, com seu modo de vida camponês. É o que destaca Bursztyn:

A função dos assistentes sociais é de **apagar os vestígios do comportamento ‘camponês’**, no qual a busca de aumentos da produtividade é uma consequência muito mais dos imperativos da subsistência familiar do que da ideologia de acumulação (BURSZTYN, 1984, p. 83, grifo nosso).

Por outro lado, a assistência técnica era voltada exclusivamente para a produção, o que criava uma dicotomia entre o que era de ordem social e o que era produtivo. Este serviço na área produtiva era executado por homens, agrônomos, para as atividades agrícolas e médicos veterinários, para a pecuária, e a forma como o serviço era concebido indicava um desenho que segmentava o seu funcionamento. O propósito da modernização era fazer os camponeses “superarem” a sua cultura “arcaica”. Segundo um agrônomo que atuou no PIS: “Eles vinham da área de sequeiro que era uma área de dificuldade, sem apoio nenhum, era muito solto e trabalhava à vontade” (MENDONÇA, 2010, p. 84). Também reforçava que o grupo era bom e sabia que deveria seguir a técnica para não comprometer os seus lucros, do contrário não teriam como “cobrir suas despesas” que, evidentemente, eram expressivas em função dos gastos com os pacotes tecnológicos adotados, pois a infraestrutura era toda assegurada pelo DNOCS.

No entanto, nesse período demarcado como de significativos ganhos, obtidos com as atividades no lote, piorou a condição das mulheres como agentes, ainda que tenha melhorado o acesso da família a bens de consumo de primeira necessidade. Os avanços conquistados com a obtenção de crédito, a disponibilidade de assistência técnica, a instalação de escolas no próprio Perímetro, os serviços de saúde que atendiam ao colono e sua família não se revertiam em transformações significativas na vida das mulheres. Muito ao contrário, aumentava o seu trabalho e elas não conseguiam se beneficiar dos resultados, particularmente em termos de opinar sobre a gestão dos recursos financeiros.

Em seus depoimentos, as mulheres revelavam que não tinham acesso aos recursos financeiros advindos tanto do trabalho do lote como dos financiamentos obtidos através do DNOCS. Podemos conferir na fala de D. Terezinha, explicando como o seu marido era quem manejava os recursos: “o dinheiro era na mão de Miguel” segundo ela, desde o “tempo do sítio” ele ficava com o dinheiro adquirido com as vendas da bodega. Em vários depoimentos, as mulheres, principalmente das duas primeiras gerações, evidenciaram como, no arranjo familiar, em que há espaço para a solidariedade e reciprocidade, o poder paterno era exercido plenamente e de modo autoritário por Seu Miguel e não sofria contestações explícitas. Ele ordenava como se dava a participação das filhas nas festas e nos passeios para a rua, e as filhas concordavam; foi ele quem decidiu ir para o Juazeiro e a família acompanhou; decidia a destinação do dinheiro da bodega; controlava os recursos dos pagamentos no lote e o DNOCS respaldava. Isto mostra um funcionamento social que autorizava o exercício do patriarcalismo nos espaços públicos e privados. Analisando a ação do poder paterno nas famílias camponesas, observa Wanderley et al que

A referência aos laços de solidariedade não impede, naturalmente, de reconhecer que as relações familiares podem se constituir, igualmente, como fonte de profundos conflitos, frutos freqüentemente do caráter autoritário do poder paterno (WANDERLEY et al, 2006, p. 41).

Há uma reclamação feita por D. Terezinha e pelas filhas de que os recursos nem sempre eram bem aplicados por Seu Miguel. Referem-se a um tempo de bonança em que chegaram a ter “até quinhentas cabeças de gado bovinos no lote, boi bonito, ave Maria!” Dona Terezinha lembra que “tinha uns boi registrados era a coisa mais linda do mundo [...]” e o marido, de repente vendia tudo e ficava no curral apenas umas vacas de leite, reservadas para a alimentação da família.

Também revelaram como era realizado o contato entre o DNOCS e o marido, dizendo que Seu Miguel era a única pessoa autorizada e reconhecida para decisões junto ao DNOCS. A ordem para efetuar a retirada de dinheiro junto ao DNOCS era dele, nas palavras de Dona Terezinha: “se ele [Seu Miguel] mandava, a pessoa ia e tirava o dinheiro. É como no banco; se a pessoa não leva um cartão não entrega; pode morrer um de fome”. Esta informação demonstra como as relações do DNOCS eram estabelecidas apenas com o titular do lote, o chefe da família. A palavra e o mandado dele eram equivalentes à capacidade operativa que tem um cartão para o banco hoje, ou seja, é o meio capaz de acessar o dinheiro. Isso pode demonstrar como a organização gestora, o PIS, só reconhecia o homem como o agente

produtor. Seu Miguel era reconhecido pelo sucesso que conseguia através dos prêmios que recebia em função da produção de cada ano⁶⁶; neste sentido, ele se destacava entre os demais colonos de Sumé. Outro aspecto que contribuía para a má utilização dos recursos era a forma de agir com benevolência com as “pessoas da rua”, uma característica da cultura de partilha camponesa. Dona Terezinha realça que Seu Miguel às vezes era explorado: “Quando Miguel era vivo encostava carro pra levar o que tinha, de coentro a cebola, essas coisas [...]”. Porém, esta postura de Seu Miguel reforçava a estrutura patriarcal de reconhecimento e reforço à figura chave do “chefe da família”, em cima de quem estavam centradas as escolhas e as decisões financeiras e, evidentemente, o reconhecimento do poder (PAULILO, 2004, p. 237).

Esse ‘tempo do lote’ é muito realçado também como de intenso trabalho para todos os membros da família. Inclusive as crianças tinham algumas obrigações. A filha mais nova (Ana Maria) tinha a atribuição de ir “levar café para os trabalhadores” e também era designada para apanhar as verduras utilizadas por Dona Terezinha na elaboração dos alimentos.

Todas as mulheres estavam envolvidas na produção, entretanto, quando discutem a remuneração do trabalho que desenvolviam, em grande medida, admitem que a situação das mulheres da família ficou mais difícil do que era no “tempo do Sítio”. Antes, como citado no “tempo do Sítio”, as mulheres tinham a alternativa de receber uma remuneração para si, em função da sua participação na colheita de algodão que era realizada nos roçados de sítios vizinhos; e no lote, elas trabalhavam o tempo todo com o pai que detinha o comando das relações financeiras e no dia da feira, dava às filhas o valor que queria; elas comparam que, no “tempo do sítio”, os recursos eram poucos, mas o que ganhavam lá dava, o que trabalhavam era para casa e “era melhor”.

E a sobrinha/filha acrescenta em sua análise relacionando como era a vida das mulheres antes no sítio, e como ficaram no lote.

Na vida do lote e do sítio a diferença era o convívio, o trabalho era diferente, eu já era acostumada antes e achava diferente. No lote era mais pesado, diferente, o sol era mais quente. Já era mais pesado, doía nas mãos, nas costas, eu estava mais velha. Acho que não mudou para melhor, continuei do mesmo jeito, as mesmas coisas, tendo as mesmas coisas. E ainda peguei a parte de carregar água na cabeça [no lote] (MARIA DE LOURDES, 60 anos, 2010).

⁶⁶ Em 1978, cada colono recebeu cerca de 5 mil dólares de ‘sobras líquidas’ da cooperativa.

Quando essa representante da segunda geração aponta que as condições de vida da mulher, no lote, “não mudou para melhor”, revela como o conjunto de benefícios que foram direcionados para atender à família do colono não consideravam a complexidade desse arranjo familiar. Os gestores e técnicos do Perímetro faziam referência ao trabalho com a família, mas, notadamente, quando tratavam dos aspectos produtivos, que são centrais na organização camponesa, se remetiam apenas ao pai, ao chefe da família. Ao mesmo tempo eles desconsideravam quais eram as necessidades e as demandas dessas mulheres rurais, não levando em conta a inserção que elas tinham na produção. Nesse sentido, impossibilitavam que o lote se constituísse como um espaço de organização de um projeto coletivo, de negociações entre os projetos individuais dos membros da família, o(s) projeto(s) coletivo(s) do núcleo familiar, e da propriedade, um aspecto central da economia camponesa.

Bursztyn (1984) assinala que os colonos “são levados a um comportamento individualista”, inclusive dentro da própria estrutura familiar, referindo-se ao impedimento em fazer a divisão do lote (BUSZTYN, 1984, p. 83). Contudo, verificamos que este estímulo ao individualismo vai recair em áreas vitais para o funcionamento do trabalho familiar, como é a gestão dos recursos financeiros em função do bem-estar e da reprodução da família.

Por outra parte, para as trabalhadoras assalariadas, que eram a maioria da mão de obra empregada no PIS, a sua inserção era em desvantagem. Em um cenário onde a oferta de mão de obra de diaristas era abundante, os salários já eram baixos em comparação com outros municípios da Paraíba, e a prioridade dada ao emprego das mulheres e das crianças se devia à possibilidade de pagar a essas categorias salários ainda menores. Na colheita do tomate, por exemplo, empregavam-se crianças a partir de 5 anos de idade. Bursztyn cita que, em 1979, uma mulher obtinha um dólar e meio por dia de trabalho, enquanto uma criança recebia um dólar e, ao mesmo tempo, eram pagos dois dólares a um homem adulto (BURSZTYN, 1984, p. 94).

Ainda nesta narrativa do não reconhecimento das mulheres, seja pelos gestores das políticas, seja pelos homens da família, Dona Terezinha se remete aos desperdícios de Seu Miguel na gestão dos bens que eram adquiridos a partir do que acumulavam através os ganhos com o lote.

Eu toda vida trabalhei em casa, o ganho era o mesmo. Ele [Miguel] depois que chegou no lote deu pra gastar à toa [desperdiçar o dinheiro]. Possuía muita coisa, era gado, três currais de gado. Ele estragava tudo. Tinha dia que esse curral não cabia o gado, tinha dia que só havia uma vaca de leite. A gente dava conselho a ele, e ele dizia ‘que mortalha não tinha bolso’. Sei que hoje em dia acabou-se tudo aí [...] Era tudo com o finado Miguel; comprou meio mundo de casa e deu fim a tudo, comprou a Várzea [primeiro bairro da cidade de Sumé chamado de Várzea Redonda] quase toda, comprou aquele sítio onde tem o Pe. Paulo [Colégio municipal em Sumé] (D. TEREZINHA EMILIANO, 83 anos, 2010).

Em concordância com a realidade vivenciada pelas mulheres em Sumé, o estudo de Stropasolas (2010) afirma que, embora as mulheres se envolvam nas atividades produtivas, este espaço é considerado masculino e é dado ao homem a legitimidade de exercer o controle sobre ele, além de lhe ser atribuído a autoridade para realizar a gestão dos recursos financeiros oriundos dessas atividades. Este modo de funcionamento revela contradições no ordenamento da unidade produtiva; mesmo as mulheres exercendo importantes papéis na esfera produtiva, eximem-se da gestão dos recursos financeiros obtidos pelo trabalho do conjunto da família, como identificamos em várias falas de Dona Terezinha dizendo que no Sítio “Quem manobrava o dinheiro era Miguel mesmo, que eu não saía de casa. Era eu que ficava com o dinheiro, quando ele chegava, eu entregava.”

Mas, na história mostrada por D. Terezinha, há uma forma de se posicionar, e ao mesmo tempo, um modo de subordinação que confirma o absoluto controle dos recursos por parte dos homens. Sua fala traduz uma realidade em que a mulher não é reconhecida, não é considerada nem está autorizada a interferir nas decisões relativas às finanças da família:

Miguel comprava casas na rua de Sumé, casas em um canto tão bom, e eu dizia: ‘deixa essa casa para nós, é hoje não é amanhã, e mesmo a gente não sabe, somos mortais, fica pelo menos para os filhos’. Ôxe! Aí era que ele dava fim, dava fim ligeiro. Não botava no meu nome não. Só teve duas que assinei, uma que era do lado de cá [do rio Pedra Comprida, que passa em Sumé], era de Lourdinha [filha mais velha] e a outra era vizinha, de Tonho [Antonio, seu único filho homem] (D. TEREZINHA EMILIANO, 83 anos, 2010).

Assim, podemos observar a preocupação de Dona Terrezinha com a manutenção do patrimônio familiar para as gerações futuras, ao dizer que: “somos mortais, fica pelo menos para os filhos”, uma postura eminentemente camponesa de querer garantir a sustentação das novas gerações.

A primeira e a segunda geração de mulheres viveram o apogeu do lote, sem ter relevantes alterações em suas vidas. Foram beneficiadas em parte pelo alívio das suas

atividades na obtenção de água para o uso doméstico. As dificuldades que tinham para obtenção da água no sítio demandavam muito tempo das mulheres, principalmente nos frequentes períodos de estiagem. No lote, tinham “água encanada, era só abrir a torneira”. Isso proporcionou facilidade para lavar roupa, para cozinhar, para as atividades domésticas. A boa infraestrutura das casas nos lotes, com a construção de tanques para lavagem da roupa, e a disponibilidade da água canalizada, facilitou a vida das mulheres que não precisavam mais ir lavar roupa de cócoras nas margens de lagoas e cacimbas, ou carregar água na cabeça, como quando viviam no “tempo do Sítio”.

Outra melhoria foi o acesso aos serviços de saúde. A partir do lote, as famílias começaram a dispor de acompanhamento médico, as mulheres puderam ser assistidas na gravidez e nos partos dos filhos, e quando alguém tinha complicações de saúde recorria aos serviços disponíveis em Sumé e em Monteiro. Daquele momento em diante, passaram a ter mais facilidade para obter os medicamentos necessários para tratar dos doentes. Era muito alto o número de óbitos entre as crianças no “tempo do sítio”. Essa realidade se modifica no “tempo do lote”, possibilitando maior sobrevivência às crianças que formaram a terceira geração. Esta geração dos netos de D. Terezinha totaliza 21 pessoas, na faixa etária de 20 a 33 anos, em um universo de 26 gestações. Para ilustrar a mudança dessa realidade no campo da saúde, registramos que D. Terezinha engravidou 26 vezes, e apenas cinco filhos atingiram a idade adulta, pois a maioria morreu antes de completar o primeiro ano de vida e uma faleceu antes dos cinco anos. Na geração que antecedeu D. Terezinha, a sua mãe havia engravidado 10 vezes e conseguiu criar duas filhas. No entanto, verificamos que, no período do lote, a assistência materno-infantil para a fase reprodutiva da mulher, não atingiu outras áreas da sua saúde e de seus familiares.

Com relação à Educação, como já dissemos, havia escola dentro do PIS para as séries iniciais do ensino fundamental; isto beneficiava os filhos mais novos de D. Terezinha e depois os netos mais velhos que moravam no lote. Da segunda geração, que chega adulta ao Perímetro, apenas as duas que passaram uma temporada em São Paulo continuaram os estudos. Apesar das dificuldades relatadas, a filha que foi morar em Campina Grande concluiu o ensino médio em contabilidade, passou a trabalhar em um escritório e depois casou e montou uma empresa própria em sociedade com o marido. A outra, Maria de Lourdes, nesse retorno, trabalhou nas diversas atividades do lote, principalmente apanhando tomate. Ao se estabelecer no lote, voltou a estudar e concluiu o ensino médio. Deslocava-se com um grupo de alunos do Perímetro para estudar à noite na cidade, em Sumé. Faziam o percurso a pé e retornavam por volta das 23 horas. Quando era tempo de chuva eram obrigados a fazer um

trajeto maior para desviar de um rio que atravessavam para chegar à cidade. Lembra-se que “vinha um monte de gente [do PIS] da escola, do colégio, vinha a pé, 11 horas da noite. Quando o rio estava cheio, vinha por fora [da cidade] dentro da lama e tudo, na chuva”. Em 1990, dois anos após terminar o ensino médio, passou no vestibular para o curso de Letras, na Faculdade de Formação de Professores de Arcoverde (cidade a 101 Km de Sumé), no Estado de Pernambuco. Realça com alegria o fato de ter passado no primeiro vestibular que fez, mas, como a faculdade era privada, teve muitas dificuldades para pagar as matrículas e mensalidades. Para obter os recursos necessários à conclusão do curso, precisou diversificar suas fontes de ganho: trabalhou como professora em uma escola próxima ao lote; intensificou a colheita de algarobas⁶⁷ em área do Perímetro; realizou serviços domésticos em lote vizinho. Mesmo assim, como, em todas estas ocupações, a remuneração era muito baixa, teve dificuldades para pagar a faculdade. Porém, faltando dois anos para concluir o curso, quase desistindo, conseguiu retomar o acesso ao crédito estudantil que tivera no início. Maria de Lourdes fala deste evento com muita emoção

Quando não aguentava mais, faltavam dois anos, eu não aguentava mais, ia fechar, quando estava para fechar, saiu o crédito de novo, eu fui lá e morri de chorar, mulher [chorando], eu chorava tanto na fila para fazer o crédito, parecia uma doida para fazer esse crédito; eu chorava tanto, tanto que eu ia terminar, chorava tanto ai terminei em 1994, a gente terminou⁶⁸ (MARIA DE LOURDES, 60 anos, 2010).

A terceira geração já nasce após a chegada ao lote. Esta geração viveu um momento inicial de apogeu do PIS, em que havia farta produção e garantia dos meios e recursos para trabalhar. Além de água suficiente tanto para o uso na irrigação, para os animais, como para as necessidades domésticas, foi um período marcado pela prosperidade nos resultados que conseguiam obter no lote.

Nessa geração, a infância ainda é marcada pela ligação com as atividades no campo, como foram as duas anteriores. A centralidade das experiências produtivas exercidas pelas mulheres e a socialização das crianças é constatada nos seus relatos, como indica Edna, da terceira geração: Trabalhei na agricultura dos nove aos onze anos, no lote, no plantio do tomate, de milho verde;

⁶⁷ A vagem da algaroba é utilizada para alimentação animal. Significa recurso importante para criadores nos períodos de estiagem e escassez de alimentos.

⁶⁸ Refere-se a uma amiga que estudaram juntas, com quem contava para hospedagem na cidade. A mãe da amiga é originária de um sítio vizinho ao Sítio do Melo e era quem organizava apoio para as viagens delas a Arcoverde.

Mas a falência do lote coloca a família de volta a uma condição de vulnerabilidade, forçando as mulheres a buscar sua principal atividade fora da agricultura, passando a exercer atividades como empregadas domésticas. O Perímetro Irrigado detinha a principal atividade econômica para a oferta de trabalho na cidade de Sumé, que era o maior empregador de mão de obra, e chegou a representar 50% do ICM (atual ICMS) recolhido no Município de Sumé (BUSZTYN, 2008, p. 125).

Nesse contexto, as duas mulheres da segunda geração que continuaram estudando conseguiram trabalhar uma como prestadora de serviço em um escritório, em Campina Grande, e a outra como professora, em Sumé. As demais mulheres, que não tiveram acesso aos estudos, encontraram como alternativa de trabalho, na sede do município, o emprego doméstico permanente, os serviços de faxina temporária, além de lavagem de roupa. Podemos identificar essa condição em outra fala de Edna.

Ainda sou empregada doméstica, mas vou batalhar por um emprego melhor porque eu fiz o técnico em enfermagem e eu quero fazer essa profissão. Comecei a trabalhar como empregada doméstica e não parei mais, também em faxina. Desde os 17 eu comecei a trabalhar na casa do povo, fui trabalhar numa casa fixa mesmo, passei 4 anos e 6 meses, aí parei, depois continuei de novo (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 32 anos, 2009).

A geração das netas teve uma primeira parte com condições de vida mais favorável e ainda quando crianças se beneficiaram com o maior acesso à educação, à saúde, e à moradia, inclusive tiveram casa para morar na sede do município. Mas, ainda na década de 1980, esta geração viu mudar a sua qualidade de vida. Somados aos fatores de dificuldade da organização interna do PIS, que foram referidos, acrescentou-se o agravamento da seca, que culminou com o colapso do Perímetro. Dois fatores serviram para agravar este quadro: primeiro, foi a inundação do rio Sucuru na cidade, que atingiu parte do Perímetro e prejudicou alguns lotes, no ano de 1985; em segundo, intensificou-se na região uma política de construção de pequenos reservatórios de água na bacia hidrográfica do rio Sucuru, onde se localiza o açude de Sumé, prejudicando a fonte de abastecimento do Perímetro e inviabilizando a irrigação a partir do ano de 1987. Segundo Neto [199?], entre os anos 1984 e de 1990 foram construídos 77 açudes⁶⁹ na bacia do Alto Rio Sucuru e o açude de Sumé em fevereiro de 1993 chegou a um nível de 4,4mi m³.

⁶⁹Sendo um de grande porte, um de médio porte e 75 de pequeno porte. Em [199?] existiam, na bacia do alto Sucuru, dois açudes de grande porte (o de Sumé e um privado de 20mi m³), seis de médio porte e 198 de pequeno porte.

Isto significou uma falência para o sistema de produção das famílias de colonos. Em 1998, o açude ficou com uma reserva inferior a 10% de sua capacidade comprometendo, inclusive, o abastecimento de água para o uso humano nos lotes e na cidade. Edna, da terceira geração, demonstra como enfrentaram essa experiência.

Como vó falou, eu ainda peguei a parte de carregar água na cabeça, lavar roupa aqui no lote. Pequena, a gente tinha que pegar lenha pra fazer fogo. Já existia fogão a gás, já existia fogão de carvão, mas, como o povo era acostumado a cozinhar com lenha, a gente já foi pro mato carregar lenha [na casa da avó agora predomina cozinhar no fogo de carvão]. Lembro muito bem quando a gente carregava lenha na cabeça, doía a cabeça, doía o pescoço, doía as costa. Ia para o mato, carregava do mato, tinha ali “nas algarobas”⁷⁰; a gente ia para lá e pegava, lá em seu Frutuoso também pegava, fazia um feixe de lenha, botava na cabeça e trazia. E a água também ia buscar longe, nos barreiro longe. Tem uma barragem lá no sítio de Bone, em Dona Nila [sítio e lote vizinhos]. Era longe a gente ia pegar água para beber. Perto a gente tinha uma cacimba no rio [Rio do Banquinho que passa próximo ao lote]. Tinha uma cacimba aqui no lote também, mais aqui demorava muito a minar a água⁷¹, a gente não tinha paciência, tinha que esperar; a gente fazia uma cacimba no rio e pegava a água. Quando acabou a água do canal [interrompeu a irrigação do Perímetro em 1987. Quando o açude secou, veio a seca, a gente teve que carregar água de longe (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 32 anos, 2009).

Esse depoimento aponta como a política de “combate às secas”, promovida através da construção de açudes e de perímetros irrigados voltados para “modernizar” o semiárido, entre outros recursos, não conseguiu ser eficiente e produzir uma mudança efetiva para a vida das mulheres e de suas famílias. O que constatamos é uma geração de mulheres deixando de “carregar água na cabeça” na juventude, e a geração de suas filhas, ainda criança, voltando à mesma situação de “carregar água na cabeça”.

No caso do Perímetro Irrigado de Sumé, que fora vivenciado como um “oásis” e “um modelo de irrigação para o semiárido”, tornou-se uma ilusão que se apagou antes do final dos anos de 1980, transformando-se em uma “miragem” como problematizaram Bursztyn (1984, 2008) e Mendonça (2010).

⁷⁰ Local no Perímetro Irrigado onde há concentração de pés de algaroba, uma vegetação exótica trazida para a região, que se prolifera a partir de um projeto de reflorestamento implantado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

⁷¹ Nas cacimbas cavadas no leito dos rios temporários precisa-se aguardar a vazão da água para poder fazer a coleta.

4.3 O “TEMPO ATUAL”

Comecei a estudar muito cedo; não tenho o que fazer no lote. **(Eduarda Mikaele da Silva, 20 anos, 2010)**

Ajudei meu marido três vezes no plantio⁷² de tomate, ele não me deu nada e eu não ajudo mais. **(Edna Cristina de Souza, 32 anos, 2010)**

A profissão oficial é professora. A minha profissão de agricultora não abro mão. **(Maria do Lourdes, 60 anos, 2010)**

Com a aposentadoria a mulher pega em dinheiro. **(D. Terezinha Emiliano, 83 anos, 2010)**

O marco temporal que definimos para pensarmos a existência de um terceiro tempo, o “tempo atual” das mulheres, é o ano de 1987, quando as atividades de irrigação foram interrompidas no Perímetro Irrigado de Sumé. O grande desafio a partir desse momento era recompor a vida após o colapso do “oásis”, que se constituiu numa “miragem” para todas as famílias que acreditaram na proposição modernizadora, representada pela abundância de água, pela conquista do lote, pelo acesso à terra e aos serviços públicos no campo da assistência técnica, da saúde e da educação.

Com o esgotamento do Perímetro Irrigado, também se extingue a proposta de funcionamento das unidades familiares dos colonos como uma empresa, na perspectiva de criar uma classe média rural. Diante disso, alguns colonos passaram a viabilizar a manutenção de pequena irrigação através da captação de água em poço no rio Sucuru.

A família de D. Terezinha, como todas as outras que viveram sob o estilo de gestão adotado pelo DNOCS, acreditou na proposta, mas terminou por não conseguir manter por muito tempo as mudanças realizadas com a aquisição do lote. Ademais, foi esse estilo de gestão que reforçou valores patriarcais, favorecendo a postura do chefe da família, Seu Miguel, a fazer uso dos recursos recebidos sem levar em consideração as prioridades da família no sentido dos gastos financeiros. Como ressaltado no item anterior, essa postura ajudou a descapitalizar a família que, nos anos 1990, viveu os efeitos do processo que inviabilizou o cultivo irrigado no lote. Ou seja, a estruturação e funcionamento do “oásis” eram voltados para beneficiar e incorporar os agricultores, homens, para as mulheres esta intervenção sempre fora uma “miragem”.

⁷² Atualmente, é feito um plantio de tomate por ano.

A quarta geração começou a partir de 1990. A nossa entrevistada mais nova é a primeira representante dessa geração, *Eduarda Mikaele da Silva Macêdo*, 20 anos, bisneta de Dona Terezinha (filha de Edna), nasceu em Sumé, viveu toda a infância e adolescência no lote. Quando criança também acompanhou a mãe na curta migração para São Paulo, acima relatada. Estudou na rua, em Sumé, do jardim de infância até concluir o ensino médio.

Lembra Eduarda Mikaele que seu primeiro contato com o trabalho na agricultura foi na Escola Técnica de Ensino Fundamental de Sumé, conhecida como a “Escola Agrícola”. Foi a mãe que escolheu esta escola para ela e para as suas duas irmãs mais novas estudarem. Inicialmente reagiu de forma negativa, pois “não queria ir estudar na Escola Agrícola”. Depois que entrou, gostou muito, principalmente das atividades de manejo dos animais. Realça que é “filha de agricultor, a família toda é agricultora”, e que possui umas cabeças de animais, são ovinos “três burregas⁷³”, que são cuidadas por um amigo de seus familiares, que cria ovinos no lote vizinho ao de sua família.

Em 2009, casou com um agricultor, foi morar em um sítio no Município da Prata. Atualmente trabalha com um salão de beleza que construiu e estruturou em Sumé, na parte externa da casa da Tia-avó, Maria de Lourdes. Para realizar o seu trabalho, fica fazendo deslocamentos quase diários para Prata, onde fica sua residência.

Pensa que a vida no sítio, e no lote, é melhor e mais sossegada do que na rua. Gosta de morar no sítio, mas vive muito em Sumé por causa do seu trabalho no salão. Tem interesse em fazer um curso superior, agora que tem campus universitário em Sumé e em Monteiro. Já fez vestibular para engenharia da produção e para contabilidade, não passou e pensa em continuar tentando o vestibular. Em sua opinião, o lote não oferece alternativa para sua vida.

Nesse período pós-irrigação, a família ficou diante do desafio de viabilizar as atividades produtivas no lote, através da criação de estratégias para obter outras fontes de renda. Nas experiências de perímetros irrigados existiu uma tensão permanente entre os colonos e o DNOCS, particularmente em função das resistências dos colonos em aderir por completo ao projeto que centrava a produção em culturas nobres⁷⁴, com mercado certo, exigindo que abdicassem do cultivo que tradicionalmente compõem a produção camponesa (MENDONÇA, 2010, p. 21). De acordo com Wanderley: “A experiência do camponês se traduz pela luta permanente entre as distintas formas de subordinação e o seu projeto de autonomia” (WANDERLEY, 2010, p. 15). No percurso das mulheres que entrevistamos, se evidencia como o reagrupamento da família no lote e a manutenção dos laços de proximidade,

⁷³ Filhote de ovino.

⁷⁴ Referimo-nos a algumas culturas voltadas para a agroindústria, tal como o tomate e o milho doce.

com antigos vizinhos e parentes do Sítio, contribuíram para fortalecer as suas resistências frente ao projeto do DNOCS de “apagar” as marcas da cultura camponesa nos colonos e em seus familiares.

Dessa forma, quando foi interrompida a produção irrigada no lote, apesar dos limites físicos das áreas para um plantio extensivo das culturas tradicionais, a família retorna à produção de sequeiro, voltada, prioritariamente, para garantir a sua alimentação.

Atualmente, a família de D. Terezinha tem constituído uma dinâmica diversificada para garantir o seu sustento: além dos pequenos cultivos de milho e feijão de sequeiro, no período de chuva, tem procurado arrendar áreas próximas ao rio para outros agricultores fazerem plantio de tomate que lhes permite receber o pagamento em forma de aluguel. Na verdade, eles recorrem ao aluguel de parte do lote porque não dispõe dos recursos técnicos e financeiros para fazer o plantio irrigado, aproveitando a água do rio. Há registros de articulação entre filhos de colonos que se associam para implantar cultivo de tomate, minimizando, assim, as dificuldades que teriam se fossem fazer esse plantio isoladamente. Isso faz lembrar as reflexões de Sabourin (2009), a respeito das resistências que as famílias camponesas criam, no Brasil, para manter a possibilidade de continuar produzindo e vivendo no espaço rural.

Outra atividade mantida no lote é a pecuária bovina que, apesar de ser reduzida⁷⁵, possibilita a realização de uma pequena poupança. É importante ressaltar que os animais que compõem este rebanho pertencem a vários membros da família⁷⁶. Hoje em dia quem cuida mais diretamente do lote, em suas pequenas atividades agrícolas e da pecuária, é um dos filhos homens de seu Miguel, chamado Nena⁷⁷.

Diante das restrições vividas na área agrícola, as mulheres vão buscar outras alternativas de trabalho, sem necessariamente romper com a lógica do mundo rural. Ao contrário, em suas escolhas, buscam articular outras atividades (comércio, emprego doméstico, cabeleireira, educação etc.), que garantam sua permanência no espaço rural.

Na verdade, entendemos que não existe uma oposição entre o mundo rural e as dinâmicas que acontecem no espaço da rua. Várias falas nos apontam a existência de uma relação de troca e de reciprocidade, onde um universo depende do outro; ou mesmo, algumas

⁷⁵ O rebanho é composto por três bovinos, com aptidão leiteira, com a produção destinada ao consumo da própria família e seis bovinos de corte, comumente chamado de “criação de gado solteiro”.

⁷⁶ Os donos dos animais são Damião e sua mãe, Maria José, a segunda filha de D. Terezinha; Severiano, o agregado da família, Nena, filho de Seu Miguel e um vizinho.

⁷⁷ D. Terezinha lembra a sua relação com Nena, esse filho de Seu Miguel, adotado por ela como um filho: “Nena eu criava desde que morava no Sítio do Melo, quando fui embora para o Ceará ele ficou [com a mãe aos seis anos], quando voltei, ele veio embora morar no lote[...].”

atividades que ocorrem no espaço da rua, garantem a vida no campo. Na afirmação de Wanderley: “O dinamismo de um campo vivo está diretamente associado à capacidade de integrar-se em um território mais amplo, em geral, polarizado por cidades, detentoras das funções administrativas e organizacionais do espaço” (WANDERLEY, 2010, p. 36). As reflexões de algumas mulheres entrevistadas revelam a existência de uma nova sinergia envolvendo diferentes atividades realizadas no “tempo atual”. Informam como exemplo a ampliação do comércio da feira de animais onde as pessoas dos sítios vão vender sua produção e as “feirinhas”⁷⁸ de Sumé, que antes eram de sexta a domingo, e agora acontecem todos os dias. Também destacam a melhoria do acesso aos meios de transporte pela aquisição de motos. Uma delas relata que a maioria dos consórcios de moto são das pessoas dos sítios. Isso pode ser constatado nos seguintes depoimentos:

Os ganhos de Sumé são mais de comércio, mercadinho, loja. Vive de aposentadoria, trabalho nas escolas. A maioria das aposentadorias é da zona rural. Quem movimenta o comércio é o povo do sítio. Se não fosse os aposentados [...] (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 32 anos, 2010).

Quando ocorreu a falência do Perímetro, D. Terezinha e Seu Miguel já recebiam o benefício da aposentadoria como agricultores. Foi nessa conjuntura que as filhas e netas passaram a trabalhar em atividades eventuais no Perímetro, apanhando tomate em outros lotes que ainda produziam. Além disso, coletavam vagem de algaroba, que é muito utilizada por criadores como fonte protéica para alimentação animal, principalmente nos períodos de seca. Esse foi o contexto em que as mulheres da segunda e terceira gerações buscaram, como dissemos, outras alternativas de trabalho fora da agricultura, como emprego doméstico, faxina, “lavar roupa de ganho”⁷⁹ na sede do município de Sumé. Podemos observar que a falta de condições para manter uma infraestrutura produtiva mínima no lote vivenciada pela família de D. Terezinha, fez com que, em menos de duas décadas (1974-1987), voltassem a ter um acesso precário à terra, à água e às condições de trabalho, situação idêntica àquela vivida no “tempo do sítio”.

⁷⁸ A feira semanal é o evento maior e vem do início do povoamento, acontece durante todo o dia da segunda-feira. Atualmente é onde ocorre a venda de verduras, cereais, carnes, peixes, confecções, “sulanca” (produtos originários de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco), eletrônicos, animais, entre tantos outros produtos. Depois surgiram as pequenas feiras, chamadas de “feirinhas” que começaram pela comercialização de peixe e verduras, na manhã das sextas-feiras; em seguida foram ampliadas até o domingo, com a inclusão de “carnes verdes” (carnes frescas. Antes, o acesso à energia elétrica e à geladeira era muito restrito) e ultimamente, ocorrem todos os dias.

⁷⁹ Atividade pela qual recebe uma remuneração, diferente de lavar a roupa da própria casa.

Enfim, todas as mulheres da família de D. Terezinha que, num certo tempo, trabalharam diretamente com a terra, hoje se ocupam em outras esferas de trabalho: empregos domésticos⁸⁰, serviço público e comércio. Embora nossa dissertação tenha como foco a vida de quatro mulheres de quatro gerações distintas, é importante dedicarmos breves palavras às outras mulheres que compõem a família e trabalham, revelando, assim, as mudanças ocorridas na trajetória dessa família. Duas mulheres da primeira e da segunda gerações são agricultoras, uma está aposentada e outra se aposentando; duas também da segunda geração se declaram agricultoras e donas de sítio, exercem essa atividade por opção e combinam estas funções com a profissão de educadora e de pequena empresária; outra, dessa mesma faixa etária, é funcionária pública aposentada; outras estão trabalhando em empregos domésticos, lavagem de roupa, comércio e salão de beleza.

Cabe ressaltar que, nesse período, com toda adversidade que as mulheres passam a enfrentar após o fim da irrigação, algumas atividades são facilitadas como é o exemplo de melhoria para “lavar roupa de ganho” com uso de máquina de lavar, que é possível por terem energia elétrica e água suficiente. Além disso, no acesso à água, uma das casas no lote, em 2010, foi beneficiada com uma cisterna de placa, dentro da política de ações que fortaleçam as famílias rurais para a “convivência com o semiárido”. Este reservatório permite que tenham água para beber durante quase todo o ano.

Em termos de melhorias geradas por políticas recentes, também vale citar a melhoria no acesso aos transportes e à comunicação. Hoje, os transportes escolares facilitam os deslocamentos e também existe mototáxi disponível no município. Uma delas adquiriu uma pequena moto através de um financiamento com recursos de microcrédito, através de um programa de um banco público. Em suas funções de vendedora e de prestadora de serviços, essa mulher cotidianamente precisava fazer várias viagens entre o lote e a rua. Antes pegava carona no transporte dos estudantes, também utilizava mototáxi quando dispunha de dinheiro e muitas vezes andava a pé. Com relação às comunicações, quase todos os adultos e jovens da segunda e terceira gerações possuem telefone móvel, isto tem sido um recurso fantástico como facilitador para os contatos entre os vários membros da família e com a sede do município, o que permite facilitar o acesso aos meios de transportes, ao socorro em casos de doença, entre tantos outros aspectos.

⁸⁰ Uma das filhas de D. Terezinha foi obrigada a deixar de trabalhar como empregada doméstica para ficar cuidando de um filho que se acidentou e está paraplégico.

Diferentemente das mulheres das primeiras gerações, as mulheres da terceira e quarta tiveram acesso mais equitativo aos estudos. Algumas concluíram o ensino médio e duas⁸¹, o curso técnico em contabilidade e estão integradas em atividades do comércio. Elas reconhecem que o fato de morar e ter amizades na rua cria mais oportunidades de trabalho. Relatam que muitas meninas dos sítios vêm trabalhar em casas da rua para poder estudar. Isso nos aponta para o movimento que as mulheres rurais fazem em busca de outras estratégias para mudar suas vidas. A profissão de agricultora esta circunscrita à primeira e à segunda geração, nesta última predomina a combinação da agricultura com outras funções. Inclusive, Maria do Lourdes, a mulher que mais estudou na família, continua com atividades na agricultura. As duas netas de D. Terezinha que concluíram o curso técnico de contabilidade moram atualmente em uma casa alugada na cidade de Sumé. Demonstrando o desejo de mudarem de vida, informam que estão construindo uma casa em um terreno que compraram logo que começaram a “ganhar melhor”. São estes alguns exemplos na trajetória de vida das mulheres das quatro gerações estudadas, dos diferentes percursos e dos múltiplos caminhos que têm trilhado visando garantir um lugar de trabalho na própria localidade e a manutenção dos vínculos com a família e com a comunidade. Como enfatiza Joana D’Arc (28 anos): “Eu não me vejo fora daqui, não quero nunca ir embora daqui”, ou seja, não se concebe distante de Sumé, local em que reside e trabalha, e do lote onde moram a sua mãe, duas irmãs e demais familiares. Frequentemente, ela vai para o lote com a irmã, nos momentos de repouso, de lazer e de cuidar da família. Portanto, o lote continua sendo um vetor de aglutinação da família de D. Terezinha. Podemos identificar isso ao localizarmos os membros da família no “tempo atual”: reside no lote um total de dezesseis pessoas⁸², em um conjunto de três casas e um quarto⁸³. Em um lote vizinho, vive o viúvo da terceira filha de D. Terezinha, seus dois filhos e respectivas famílias, totalizando cinco adultos e cinco crianças.

Como mencionado anteriormente, as pessoas das novas gerações, que tiveram acesso à educação, deslocaram-se para a rua, em função das oportunidades de trabalho. Dentre os que foram morar na rua, duas são mulheres da segunda geração; três jovens e três homens, da terceira geração; duas meninas e dois meninos da quarta geração. Outra jovem mora em um

⁸¹ As duas jovens que estão trabalhando no comércio, uma já tem carteira assinada e todos os direitos trabalhistas e a outra, não.

⁸² Da primeira geração, a mãe; da segunda geração: duas filhas, um filho (de Seu Miguel) e um agregado; da terceira geração: duas netas, um neto e o marido de uma das netas; da quarta geração: quatro bisnetas, um bisneto e da quinta geração o primeiro trineto. Um total de nove adultos, duas adolescentes e três crianças

⁸³ Uma casa é a de D. Terezinha, uma ex-escola foi adaptada para moradia de uma filha, com uma neta e três bisnetos. Estas duas casas dispõem de instalações sanitárias; outro espaço era um armazém que foi transformado em habitação para outra neta com sua família; o quarto é ocupado pelo agregado da família.

sítio na Prata e trabalha em Sumé; Os demais estão fixados nos municípios de Campina Grande, Cabaceiras e João Pessoa, na Paraíba.

Dessa forma, podemos dizer que a maioria da família continua em torno do lote, o que demonstra o fator de agregação mantido por essa família que tem uma origem camponesa e carrega o sentido de pertencimento a esse lugar, de onde nasceram, cresceram, constituíram suas famílias e definiram suas ocupações profissionais. Não podemos deixar de mencionar que o lote continua sendo o lugar de referência da reprodução da vida, de encontro para celebrações familiares, tais como: batizado, casamento, aniversário.

Voltando a pensar sobre o lugar da educação, na trajetória de vida das quatro gerações de mulheres estudadas, identificamos que, não obstante as duas primeiras gerações terem vivenciado intensas jornadas de trabalho no sítio e no lote, tanto no roçado como nas atividades da casa, a educação sempre mereceu uma atenção especial. D. Terezinha era alfabetizada e tinha frequentado as séries iniciais em uma escola do sítio vizinho ao seu (Carnaúba), mas tinha “pouca leitura”; o pai aprendeu a ler e a escrever sem ir à escola, como descreve a sobrinha/filha:

Ele [Seu Miguel] queria ir pra escola e não tinha como, aprendeu a tabuada escutando por fora da escola, os meninos cantavam a tabuada e ele aprendeu, era autodidata; assinava o nome, lia, escrevia e contava como ninguém (MARIA DO LOURDES, 2010).

A segunda geração foi estimulada a estudar, tanto na escola que havia no próprio Sítio do Melo, como depois, mesmo precisando se deslocar a pé para sede do Município da Prata para concluir o ensino fundamental menor. Esta persistência pela educação garantiu que todos os filhos tivessem as quatro séries do ensino fundamental, e que, a maioria, pudesse cursar outros níveis posteriormente. Duas mulheres e um homem terminaram o ensino médio, e apenas as três das filhas mais velhas fizeram o 4ª ano do ensino fundamental, antigo 1º grau menor. O resultado é que Maria de Lourdes, da segunda geração, após concluir o curso superior, em 1994, agora está cursando a graduação em Educação do Campo, no campus da UFCG, sediado em Sumé. Tem muito orgulho pelos seus investimentos no estudo, diz que é a pessoa da família que mais estudou, também é a única que conseguiu fazer o ensino superior. É professora da rede municipal e da rede estadual de ensino, conseguiu esses trabalhos na década de 1990, na época da faculdade. Pelas necessidades das suas atividades como professora, mora na cidade de Sumé. No início, em 2000, alugou um quartinho para ficar durante o dia, pois trabalhava nos dois turnos e não dava para voltar para o lote; depois, adquiriu um terreno e, em 2005, comprou a casa onde reside. Vale ressaltar que esta casa na

rua tem servido como ponto de apoio para as sobrinhas das duas gerações seguintes. Atualmente, a sobrinha Eduarda Mikaeli, da 4ª geração, fez uma reforma e instalou um salão de beleza na parte frontal da casa. Maria de Lourdes explica que só mora na cidade pela exigência do trabalho, mas tem como projeto voltar a morar no sítio. Para tanto, já comprou um lote à montante do açude de Sumé. Está organizando, começou a criar uns animais em sociedade com a irmã caçula e o cunhado e pretende se mudar para lá após a sua aposentadoria.

Na terceira geração, quase todos têm o ensino fundamental completo, ou seja, 8 anos de estudo. Apenas uma parou de estudar no 6º ano e outra cursou até o primeiro ano do ensino médio. Um conjunto de 7 concluíram o ensino médio, entre estes 3 mulheres fizeram também um segundo curso do ensino médio para se profissionalizar: duas em contabilidade, como citado, e uma em enfermagem. Os outros oito membros da família estão completando o ensino fundamental. Em decorrência da qualificação como técnica em enfermagem, no ano de 2011, Edna começou a trabalhar em João Pessoa como cuidadora⁸⁴ e vem periodicamente para sua casa que continua sendo no lote, em Sumé.

Na quarta geração, todos iniciaram os estudos muito cedo. A mais velha já concluiu o ensino médio e todos os demais estão cursando os diferentes níveis de ensino previstos para as respectivas faixas etárias. Isso mostra uma significativa mudança no campo educacional, do “tempo do sítio” para o “tempo atual”, que alterou a vida das mulheres da nova geração.

Outro aspecto importante para pensar a dinâmica do tempo atual, onde uma nova geração frequenta regularmente a escola, diz respeito a acesso aos programas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família, que nessa família abrange todos os que são menores e estão em idade escolar e moram em Sumé. Em contrapartida ao recebimento do benefício, é exigida a frequência na escola, como explica Edna:

Para mim o Bolsa Família é importante por que se falta alguma coisa para elas [as filhas] eu compro, por que antes, assim, tinha mais dificuldade para compra as coisas para elas. Mesmo trabalhando não dar para comprar tudo. Eu acho que ajuda e incentiva mais os meninos a ir pra escola, porque se faltar à aula, muitas aulas eles cortam. Tem muita criança que tem que ir pra aula mesmo, se não[...] Ou vai pra aula ou corta os pais. É bom porque têm pais que nem ligavam para as criança. Agora ou eles mandam para a escola, ou corta a bolsa. Hoje as escolas dão os livros e a farda, pelo menos a Escola Agrícola dá, o município. No colégio tem que comprar o material escolar, mas o dinheiro da Bolsa [Família] é justamente pra isso, eu acho. Elas[as suas três filhas] sempre estudaram na escola municipal e sempre teve farda e os livros, só que o caderno, lápis tinha que comprar. Tem merenda, acho que poucas vezes faltou merenda (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 2010).

⁸⁴ Com as mudanças demográficas na população, surgiu esta profissão que se dedica mais a cuidar de idosos. Em sua grande maioria, é uma atividade exercida pelas mulheres.

Os jovens e as crianças estudam na rua. O acesso ao transporte que faz o condução dos estudantes do lote à sede do município facilita o acesso à educação. Isso possibilita que as crianças de várias idades possam frequentar a escola, diferente da segunda geração que precisava percorrer longos trajetos a pé para estudar. Além do acesso ao transporte, as famílias, a partir dos anos de 1990, passaram a contar com o fornecimento de material escolar e de fardamento por parte do poder público. Essas mudanças foram vividas pela terceira geração que antes tinha dificuldades para ter não só o direito ao transporte escolar e, também, à própria educação.

Entre as mulheres entrevistadas, há um entendimento de que hoje as oportunidades de estudar estão muito melhores do que foi para as gerações anteriores. Embora Edna, também da segunda geração, lembrando o seu tempo de estudante, faça a ressalva de que

Estudei no Parque Infantil, na Sama, depois fui para o colégio. Na minha época, a merenda de vez em quando era que vinha. Na Sama a gente começou a estudar depois que veio morar no lote. Depois, na 4ª série, a gente voltou a estudar na rua, no Desembargador [Grupo Escolar Desembargador Feitosa Ventura]. E a gente ia a pé, eu, minha prima e minha irmã, tinha merenda às vezes. Eles davam os livros. Eu estudava no estadual e não tinha farda, deu uma época aí (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 2010).

Avaliando a qualidade do ensino, faz uma comparação com a sua experiência, as dificuldades que a sua geração passou para sair do lote e ir para a rua, estudar.

Para o estudo eu achava melhor, para o aprendizado, eu aprendi melhor do que elas [as filhas]. Hoje em dia no ensino se você não passar em uma aprova (eu ainda peguei essa parte) faz outra, não passou na recuperação, fazer outra? Isso não existe! O estudo de hoje em dia é muito... [pausa]. To achando muito ruim para eles porque não aprendem nada. É tanto, que na universidade que abriram agora a pouco aqui em Sumé [Campus da UFCG], fizeram vestibular e a maioria que passou, ou estudava em escola particular, ou eram aqueles alunos mais antigos. Os alunos mais antigos porque aprenderam melhor do que os que estudam hoje. Na minha época era melhor, mas deslocamento para ir à escola, o tempo delas é melhor. Eles têm tudo nas mãos e não querem nada, tem tudo. Eu não tinha um chinelo, às vezes chegava à escola torava, botava pra lá, jogava no lixo e ficava descalça mesmo. O professor perguntava e eu dizia 'eu não tenho sandália, não tenho chinelo.' Hoje em dia elas têm tudo, tênis, sandália, têm tudo comprado e não querem. Na minha época não tinha. Papai se separou de mainha, não mandava nada pra gente, mainha que trabalhava. A época era outra, a inflação era outra, não dava para comprar para 5 meninas [ela e cinco irmãs]. Comprava para uma, faltava pra outra, a gente só usava mais roupa e calçado quando o povo dava. (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 2010).

Edna chama atenção para o fato de que, a despeito das dificuldades vivenciadas no seu tempo de escola, particularmente em função das carências que marcavam a sua família, quando não tinha recursos para compra de calçados, de roupas, de livros, de caderno, ela experimentou um processo de aprendizagem muito melhor, afirmando, em comparação com suas filhas, que aprendeu melhor do que elas. Em sua avaliação, o fato de as novas gerações terem mais facilidade para estudar não tem se revertido, necessariamente, em melhor aprendizagem do que no seu tempo.

Insistimos que, apesar da educação sempre ter sido valorizada pela família de D. Terezinha, o acesso a ela é vivenciado de forma distinta pelas várias gerações. No “tempo atual”, por exemplo, a população da região do Cariri obteve uma grande conquista, com a instalação do Campus Universitário da UEPB, em Monteiro, em 2006, e em Sumé, o Campus Universitário vinculado à UFCG, desde 2009. Eduarda Mikaele, da quarta geração, já tentou entrar na universidade por duas vezes, fazendo vestibular para os cursos de engenharia de produção, em Sumé, e ciências contábeis, em Monteiro, mas não passou.

Em relação ao acesso à saúde, muitas mudanças também aconteceram do “tempo do sítio” ao “tempo atual”. Os “tempos do sítio” foram assinalados como de muita precariedade e de completa ausência dos serviços de prevenção. Maria de Lourdes, da segunda geração, lembra que “a primeira vez que fui a um médico na vida foi em São Paulo, já tinha mais de 20 anos.” E ressalta ainda que aconteceram muitas transformações desde a sua chegada ao lote, em 1985, afirma ela:

Quando cheguei de São Paulo não tinha esse atendimento de hoje. Agora são vários postos de saúde e até médico em casa. Tem o Agente de Saúde que acompanha, verifica a pressão, pressiona para a pessoa ir ao hospital se estiver doente, aciona o hospital. O posto de saúde tem dentista, fisioterapia; No CISCO tem muitas especialidades: cardiologista, ginecologista, oftalmologista, tem de tudo. Em Sumé funciona o CISCO, é só marcar com antecedência, pois atende muita gente de vários municípios e vai intercalando com as pessoas de Sumé, atende todos é só marcar. Hoje é muito fácil (MARIA DO LOURDES, 2010).

Isto aponta como, no “tempo atual”, o acesso aos serviços públicos vem se ampliando a cada geração, e traz repercussões importantes para a vida da população como um todo. Um dos indicadores que podemos tomar para revelar esta mudança diz respeito ao dado sobre a sobrevivência das crianças. Na primeira geração, no “tempo do sítio”, sobreviveram menos de

17% dos filhos de Dona Terezinha⁸⁵ e nas duas últimas gerações, a terceira e a quarta, não ocorreu qualquer registro de óbito infantil, apesar dos casos de gravidez na adolescência, como este descrito por Edna⁸⁶.

Tive a primeira [filha] com 12 anos, engravidei com 11 e tive com 12; a do meio tive com 14 e a última eu tive com 15. Nasceram todas na maternidade [pública de Sumé, que funciona desde o início dos anos de 1970]; da primeira eu fui aos primeiros exames, depois não fui mais, muito nova não sabia, mainha também quando teve a gente eu acho que não teve esse acompanhamento. E não explicou, também não sabia, não tinha esse acompanhamento que hoje em dia tem aqui [PSF]. Tive na doida, por sorte. As três foi parto cesário [cesariano], nenhum foi normal. Fiz laqueadura aos 15 anos, quando tive a terceira filha (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 2010).

Destacamos o fato de que houve redução dos óbitos infantis de uma geração para outra. No entanto, chamamos atenção para os riscos de uma gravidez na adolescência, considerando que a experiência precoce da maternidade produz dificuldades como a própria Edna admite: “Eu não sabia... eu nova não sabia de nada. Eu não sustentava. Não tinha paciência. Era uma criança tendo outra”. Como lembra Rita Barata:

Para a maioria dos problemas de saúde infantil, a escolaridade materna é um dos determinantes mais importantes, tanto como marcador de posição social quanto como indicador do nível de instrução e da possibilidade de compreender e aplicar corretamente as informações técnicas (BARATA, 2009, p. 31).

Um marco no acesso à saúde também é proporcionado pela constituição de 1988, que garantiu e estabeleceu a saúde como um direito de todos. E na perspectiva de uma saúde preventiva, foi instituído o Programa de Saúde da Família (PSF), dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) que “possibilitou o acesso aos serviços de saúde para a grande maioria da população brasileira” (BARATA, 2009, p. 32). Atualmente, existe uma equipe do PSF para atender a área do lote e as mulheres têm uma cultura de realizar os exames preventivos. As doenças crônicas são diagnosticadas e contam com acompanhamento da equipe do PSF. Dona Terezinha e as duas filhas mais velhas têm diagnóstico de diabetes e contam com o acompanhamento de exames periódicos e com as orientações dos profissionais de saúde. Inclusive outra situação de doença grave, recebe a assistência da Secretaria Municipal de

⁸⁵ A mãe de D. Terezinha engravidou dez vezes e conseguiu criar duas filhas.

⁸⁶ A filha mais nova de Edna engravidou a primeira vez com 15 anos e teve um filho aos 16, agora está grávida do segundo filho.

Saúde de Sumé para os procedimentos de maior complexidade (como é o caso de hemodiálise) realizados em Campina Grande, por um neto de Dona Terezinha.

Para exemplificar a repercussão da falta de acesso à saúde, para as condições de vida da família, lembramos um caso descrito por Mendonça (2010) sobre a experiência de um colono do PIS que fazia uma exploração diversificada em seu lote. No relato do colono, no ano de 1971, entrou no lote “com a família, uma cabra e dois cabritos”. No percurso de dezessete a dezoito anos, enquanto teve a irrigação no Perímetro, ele com a mulher e vinte filhos, tinham conseguido fazer um patrimônio de 78 casas na rua; uma caminhoneta; uma moto; um chevete; dezesseis mil e seiscientos e cinquenta em depósito “que Collor levou”⁸⁷; “quarenta e seis rês” (gado bovino); e de um terreno, onde não construiu, doou 372 chãos de casa em Sumé, perto do rio. Entretanto, em função de sua esposa ter adoecido de câncer e não dispor de uma assistência pública adequada, após os sete anos que ela passou em tratamento até o óbito, o patrimônio da família ficou reduzido a nove reses, sete casas e o lote foi vendido em 1991. Isto retrata como as ações de desenvolvimento focadas apenas nos aspectos econômicos não se sustentam. Sem dúvidas que o caso tratado poderia ser considerado individualmente virtuoso, mas a falta de acesso às políticas públicas levou a família a perder a terra e quase todo o patrimônio que conseguiu reunir nos tempos do Perímetro. Isto mostra como o desenvolvimento, para ser sustentável, exige a articulação da dimensão econômica com a saúde, a educação, o lazer, entre outros aspectos.

A posição profissional de D. Terezinha, da primeira geração, como já mencionamos, era de que “toda vida fui uma agricultora, toda vida”. Apesar dos deslocamentos físicos e funcionais, realizados na segunda geração, continua marcante a escolha por um modo de vida aprendido no mundo rural. Maria de Lourdes, a sobrinha/filha, realça que tem um estilo de vida vinculado ao rural, espaço onde não se tem férias, pois há sempre uma tarefa a ser realizada. Diante dessas argumentações sobre o trabalho, perguntamos sobre a sua profissão e a resposta foi a seguinte:

Minha profissão? Na verdade? é ...[pausa] é professora. A profissão oficial é professora. A minha profissão de agricultora não abro mão. É tão lindo trabalhar na lavoura, nessas coisas... e quando chove aí como fica lindo... gostoso, cheiroso, fresquinho, aquela lama, aquela água correndo no riacho, você pisando dentro daquela água. Ai como é bom! É a profissão original, de nascença [...] a original não se esquece, não se esquece, você nasce com uma coisa aquilo não se apaga, né? Você leva pra sempre. Eu acho que por eu ter sido criada trabalhando assim. (MARIA DE LOURDES, 2010)

⁸⁷ Ressalta este colono que fora aposentado com dois salários mínimos e Collor “quando entro cortou um[...] Ô homem ladrão vige minha Nossa Senhora!”

O fato de ter conquistado uma formação e ter um melhor posicionamento e rendimento permitiu adquirir as condições para retornar ao campo após a sua aposentadoria, como sempre desejou. Para esta finalidade, com o dinheiro obtido através do seu trabalho como professora, comprou um lote à montante do açude de Sumé.

Na terceira geração, esta marca do mundo rural também pode ser percebida no posicionamento de Edna, lamentando a falta de condições para trabalhar no próprio lote. Como citado, ela desde os 17 anos, depois que a filha mais velha completou dois anos, começou a trabalhar “nas casas dos outros”. Fez uma migração muito curta para São Paulo e retornou ao lote. Em seus depoimentos, ressalta que “o lote é muito bom, se tivesse condição de produzir, não sairia para lugar nenhum”. O seu interesse era começar uma produção aos poucos, para ir investindo o que lucrasse. Acredita que o problema para produzir no lote é que as pessoas só pensam em “começar grande”, mas, não há recursos para isso, a saída é investir aos poucos o que se ganhar, e não gastar. Refere-se à produção de tomate anual que o marido faz em sociedade com um vizinho e critica que ele “gasta tudo”, trabalha dois, três meses e estraga todo resultado que consegue. Assim, o lote não se viabiliza. As tentativas que fez de trabalhar no lote com o marido na produção de tomate, não deram certo em função dele não compartilhar com ela qualquer recurso pelo trabalho investido. Isso distanciou Edna e suas filhas da vida na agricultura, apesar de manter identidade com o lugar. Como afirma:

Meu marido bota plantio de tomate todo ano, sempre dá lucro. Depois pega o dinheiro de 2, 3 meses de trabalho e bota fora, não escuta o que digo, não escuta ninguém. Eu ajudei a ele três vezes, não me deu nada e não ajudo mais. Ajudei mais as meninas. Elas ajudavam a plantar e a colher, ele não deu nada às meninas. Achei que é melhor trabalhar em casa dos outros (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 2011).

Quando verificamos o percurso da quarta geração, nascida a partir do início dos anos de 1990, as narrativas já são diferentes; desde cedo, estão frequentando a escola. Começaram pela educação infantil e o contato com as atividades do campo não ocorrem como fora nas gerações anteriores. Esta falta de relação com a agricultura é favorecida, em larga medida, pelo contexto de interrupção das atividades de irrigação no lote que redefine as formas de produção da família e a inserção direta das mulheres nos trabalhos agrícolas, como referido acima. A filha de Edna, Eduarda Mikaele, se queixa com as seguintes palavras: “os meus primos, por parte do pai, estão todos em São Paulo, aqui só ficou painho.” A família paterna tem um lote vizinho, onde mora a sua avó, o avô já faleceu e os tios com os familiares moram em São Paulo. Em sua visão “não tem o que fazer no lote, e não tenho interesse nenhum nessa

profissão com a terra”. Eduarda Mikaele gosta apenas de cuidar dos animais, como relata que aprendeu na Escola Agrícola; diferente de sua mãe que gostaria de poder produzir no lote mas sente-se impedida em função da falta de infraestrutura, da escassez dos recursos para investir e da postura do seu marido, ao qual não admite se submeter.

Na terceira geração, Edna ressalta que sua aprendizagem sobre as condições de vida das mulheres vem do empenho de ter visto o exemplo da mãe que ficou sem o marido e com cinco meninas para cuidar sozinha. A sua mãe, Maria de Lourdes Sousa da Silva, a filha mais velha de D. Terezinha, contou com o apoio da família e voltou a morar em Sumé⁸⁸, depois que se separou do marido. Discutindo esta experiência e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, Edna enfatiza que

A vida da mulher é muito sacrificada, sei lá...[cessa o riso], muito discriminada. Elas lutaram tanto pra ter os direitos iguais e hoje eu não vejo esses direitos, não é igual. E as vezes é culpa delas mesmo, elas acham que hoje tem que ser sustentada por homem. Eu vejo, muitas delas se separam do marido e vão atrás de outro. Eu acho isso horroroso, horrível pra mim, não tem para que. Por que se ela tem uma experiência que não viveu bem com um homem e vai atrás de outro, mesmo tendo filho [...] Sou igual a mainha. Que mainha não arrumou outro homem, mesmo cuidando aos “emboléu”⁸⁹ como ela cuidou de nós cinco; achei um empenho do que ela fez para está atrás assim. E hoje em dia eu penso que ela precisa de um companheiro para ela, mas não acho que mulher tem que está, viver com um homem ali, ou sendo obrigada. Tem muita mulher que vai atrás do homem mesmo sabendo que aquele cabra não presta, mas fica lá com ele, sabendo que ele não presta. Diz: ‘mais tive que ficar, que eu não vou ficar só’. Eu ainda sou do tempo que mulher tem que viver às custa dela, tem que trabalhar, tem que ir atrás. Não sou daquelas mulheres que vivem com um homem, só porque é pai dos seus filhos e ele não dá nada em casa. E você, a própria pessoa? [...] Não deixa você trabalhar e fica ali passando sacrifício, ficar dentro de casa, apanhando do marido? [...] (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 2009).

Este posicionamento de Edna demarca outro aspecto que se sobressai nessas trajetórias, que é a importância dada pelas mulheres à obtenção de uma renda gerida por elas próprias. Ela é incisiva na importância da mulher ter o próprio trabalho e sua renda. Em contraponto a uma posição anterior em que o domínio do dinheiro estava retido nas mãos do chefe da família, D. Terezinha também afirmar que “com a aposentadoria, as mulheres pegam em dinheiro.” Esta discussão sobre o controle do dinheiro emergiu na entrevista e foi trilhando no sentido de analisar as diferentes oportunidades que são postas às mulheres e aos homens. Tomando parte na conversa, Nena, o filho de Seu Miguel, enfatiza: “homem toda

⁸⁸ Após a “cheia de 1985”, enchente do rio Sucuru que atingiu a cidade de Sumé, e a casa onde elas moravam, foram se instalar no lote. Atualmente, a mãe, duas das filhas e suas famílias continuam no lote.

⁸⁹ Segundo o Dicionário Aurélio significa “ao léu, à toa, sem destino certo.”

vida foi homem[...] se cria fazendo o que quer ...” Mesmo criticando que as regras para os filhos antes eram mais firmes, e que os pais não passavam situações constrangedoras como as que são vistas passar com os jovens de hoje em dia, afirma que, nas novas gerações de sua família, vê as jovens desobedecendo às pessoas mais velhas. Ressalta que antes não era assim e diz: “ se eu respondesse a minha velhinha da rua [a mãe que mora na rua] tinha que buscar o cipó pra apanhar [...]; agora não” .

Nesta mesma direção, a segunda filha de D. Terezinha reconhece: “Toda vida os homens tiveram a vida melhor, mais liberdade do que a gente. Para a gente é mais difícil, para os homens é muito fácil”. Nessa diferença que se observa entre a vida dos homens e a das mulheres, no campo, Maria José afirma que as mulheres trabalham muito mais do que os homens. D. Terrezinha alega que a situação das mulheres agora é diferente, e a dos velhos também. Comparando com o que viveram tempos atrás, faz o seguinte relato:

Nesse tempo não tinha aposentadoria, né? Quando tinha um velho que não podia mais trabalhar, um levava um bocado, outro levava outro, uns levavam uma coisa, outro levava outra, até nossa senhora tirar. Agora, não, os velhos tão tudo rico, não é? [risos]. Hoje em dia não sofrem mais não [...] graças a deus se não fosse esse aposentadoria, muitos já tinham morrido de fome. Como morreram muitos[...] Ficava com uma doença, o povo não tinha nem para si, quanto mais para ajudar. Hoje, graças a Deus tem até o sepultamento (DONA TEREZINHA EMILIANO, 2009).

Finalizando seu olhar sobre a vida das mulheres e da comunidade, Edna destaca que se fala muito em desenvolvimento mas isto é algo que ainda é muito vago para suas condições, principalmente, de boas oportunidades de trabalho. Como explica:

O desenvolvimento é grande mas só de papel. Dizem que é o desenvolvimento que vai fazer isso, tem infraestrutura, num sei de quê... E aqui em Sumé mesmo, não tem é nada. A cidade está parada, não estou vendo nada, a não ser essa universidade, outra coisa não tem não. Saneamento básico aqui não tem, o esgoto ainda está caindo no rio, a céu aberto. Tem uma coisa que fizeram pra tratar o esgoto [construção da uma estação de tratamento do esgoto] e desde que fizeram não funcionou, não desenvolveu nada; muita coisa aqui está parada (EDNA CRISTINA DE SOUZA, 2010).

No início de nossa pesquisa, Edna dizia que ainda era empregada doméstica mas tinha a pretensão de conseguir um trabalho melhor, como mencionamos. Atualmente, ela trabalha, pela primeira vez, como cuidadora, presta serviço a um idoso na cidade de João Pessoa. Diz que, nas suas obrigações como cuidadora, “quase não tem o que fazer”, comparando com o

trabalho que realizava antes, na função de empregada doméstica e está distribuindo currículo em hospitais de João Pessoa. Contudo, mesmo morando com a família da irmã mais velha, que conseguiu este trabalho para ela, faz queixa “que a saudade de casa é demais” e conclui dizendo que: “o mais importante para minha vida é a convivência com minhas filhas, com o neto, o outro neto que vai chegar e ter um emprego com carteira fichada”. No entanto, pontua que em Sumé não há nenhuma perspectiva, “nem promessa.”

Retrato 7 Dona Terezinha



Fonte: Elaborado por MORAES, Recife, 2011 com retratos de D'OLIVIERA, Lote, 2010.

“as coisa estão muito mudadas [...] mudou a saúde, só morre porque nasceu pra morrer mesmo. Tem uma aposentadoria e, finalmente, está mais fácil” (D. Terezinha, abril, 2010)

5 CONCLUSÕES

Nosso trabalho, que focalizou a trajetória de vida de quatro gerações de mulheres de uma família camponesa, teve o objetivo de compreender como o desenvolvimento rural, proporcionado por políticas públicas, implementadas no Sertão do Cariri, interferiu na vida das mulheres rurais daquela localidade. A questão que norteou toda a nossa discussão foi sobre se, e em que medida, as mulheres rurais tiveram acesso às políticas públicas desenvolvidas no Cariri paraibano, nas últimas nove décadas, e de que forma essas políticas interferiram na trajetória de suas vidas nas esferas da educação, da saúde, no acesso à terra, aos serviços de assistência técnica e extensão, entre outros.

Para enfrentarmos essa discussão, problematizamos, inicialmente, a opção de desenvolvimento adotado no Brasil, a partir dos anos de 1930, quando o país se inseriu no processo de modernização baseado na industrialização como estratégia de crescimento e superação do atraso atribuído ao mundo rural. Na origem desse processo de modernização, foi estabelecido um pacto entre os proprietários do capital e os proprietários da terra, que configurou a particularidade do capitalismo brasileiro, marcado pela forte concentração da terra e do poder nas mãos dos latifundiários. Tratou-se de uma “modernização conservadora”, excludente, que garantiu a manutenção dos privilégios ao latifúndio, criando obstáculos fundamentais para o modo de vida inserido na lógica da economia camponesa. Este caminho escolhido pelo Brasil aconteceu como uma “integração pelo alto” que priorizou os interesses das classes dominantes. Esse projeto de desenvolvimento permitiu o avanço do capitalismo e a “modernização” de sua produção, mas, ao mesmo tempo, manteve uma estrutura social extremamente desigual, que dava sustentação a processos produtivos degradantes, submetendo uma enorme parcela da população rural a condições de miserabilidade, sem qualquer acesso aos serviços, aos equipamentos e aos bens socialmente produzidos. Essa estrutura social, que produziu diferentes formas de subordinação da população rural pobre, foi historicamente assegurada por contextos políticos autoritários que impediam o processo de democratização do acesso à terra no país.

Com efeito, a falta de acesso à terra é um problema que perdura como condição fundante e mantenedora das inaceitáveis desigualdades que caracterizam fortemente a estrutura social brasileira. Essa particularidade do capitalismo brasileiro, atrelado ao latifúndio, repercute de forma decisiva na vida dos camponeses e das mulheres rurais do Sertão do Cariri que, por décadas, foram marginalizados do acesso aos serviços e ao apoio do Estado.

Acreditava-se que o progresso tecnológico e econômico iria superar a forma de produção camponesa, e que esta parcela da população no Brasil, diante da modernização, estaria “com os dias contados”. No entanto, esse contingente populacional, vivendo muitas vezes no limiar da sobrevivência, em condições muito precárias, conseguiu suportar décadas de descasos e continuar a viver e trabalhar no campo, principalmente, através das estratégias de reciprocidade levadas a termo pelas populações rurais em seus diversos espaços, e particularmente no Nordeste do país, tal como referido nos estudos de Sabourin (2009). O que se percebe, através dos estudos concernentes à economia camponesa, é que os povos do campo criaram suas saídas de sobrevivência, diante da ausência e abandono do Estado, bem como do desinteresse do capital em investir nas atividades rurais executadas por essa população, em especial, na zona semiárida, lócus de nossa pesquisa.

Nesse contexto rural, onde predominam relações autoritárias e antidemocráticas, estruturou-se um terreno favorável ao florescimento e ampliação das desigualdades sociais no país. Foi considerando essa realidade que nos mobilizamos para estudar as mulheres que são penalizadas não só por sua condição de camponesas, mas também por sua condição de mulher, marcada pela falta de oportunidades e pelo não reconhecimento nos espaços político, econômico e social. Nosso interesse e compromisso com a realização dessa pesquisa foi criar um espaço de escuta para essa parcela da população que é desconsiderada por diversos fatores: por ser pobre, por ser originária do mundo rural, portanto, de um lugar considerado “atrasado”, e, particularmente, por ser mulher.

Importa ressaltar que falamos de um lugar implicado, sendo isso o que nos permite dizer que não pretendemos apenas falar sobre as mulheres, mas falar como mulher. Podemos afirmar que não vivemos nossa trajetória de vida descolada das experiências relatadas pelas mulheres que protagonizaram conosco um diálogo que permitiu a realização desta dissertação. Desde muito cedo, observamos o fato de que, embora as mulheres estivessem presentes, de modo intenso, em todo o processo produtivo no campo, sendo responsáveis pela geração de várias alternativas produtivas, não tinham o seu trabalho reconhecido como fundamental para viabilizar as condições de vida das pessoas no mundo rural. Essas mulheres, com as quais convivemos, e às quais dedicamos nosso estudo, em diferentes fases de suas vidas, e de funcionamento de suas famílias, estavam implicadas com os diversos trabalhos no espaço rural. Eram presentes nos roçados, limpando mato, plantando, cozinhando, raspando mandioca, atuando nas casas de farinha. Ainda dedicavam-se aos canteiros de verduras e de flores, às hortas, ao cultivo de fruteiras, cuja produção era destinada ao consumo doméstico e

à comercialização. Além disso, cuidavam do abastecimento de água na casa e nos cochos⁹⁰, regravam estas águas para não deixar faltar nem para o consumo humano, nem para o consumo animal; também tratavam dos animais, costuravam, cuidavam dos doentes, dos idosos, das festas, das celebrações, educavam as crianças, eram parteiras, rezadeiras, inventavam remédios, curavam gente e animais, entre tantas outras atividades. Em suas longas e intensas jornadas de trabalho, essas mulheres rurais eram as primeiras a acordar e as últimas a dormir, como afirmam: “sem hora para começar, nem para terminar”.

Quando se tratava de ocupar um lugar de reconhecimento pelos diferenciados papéis e funções exercidos no arranjo familiar, não encontrávamos as mulheres nesses espaços; haviam se recolhido ao silêncio, à ausência; ficavam numa posição de segundo plano nas cenas públicas e no espaço da política local. Nem elas mesmas, em muitos casos, conseguem perceber os lugares fundamentais e estruturantes que ocupam na vida camponesa.

Visualizávamos, portanto, o quanto seria importante realizar uma pesquisa que realçasse os imprescindíveis papéis e funções que as mulheres rurais exercem no universo camponês, onde existe uma fundamental articulação entre o trabalho, a família e o patrimônio/empreendimento. Nosso estudo demonstrou que não é possível analisar essas categorias separadamente, sem vincular o contexto de funcionamento da produção com o lugar de reprodução da vida no espaço rural. Essa foi uma lição essencial de nossa pesquisa. Ao mesmo tempo, nosso estudo permitiu entender a dinâmica das relações de poder entre os atores sociais, apontando a importância de ações políticas que fortaleçam as mulheres e lhes permitam uma maior inserção social e a superação das desigualdades que historicamente as têm relegado a um lugar secundário na sociedade, seja no espaço político, seja nas esferas econômica e social.

As trajetórias de vida das mulheres com as quais trabalhamos, em nosso estudo, indicam que elas são portadoras de um conhecimento e de uma sabedoria que as permitem conviver com as tensões e contradições, desenvolvendo estratégias que possibilitam assegurar os seus espaços de vida, e de trabalho, sem necessariamente fazerem rupturas com o modo particular de funcionamento da cultura camponesa, a qual, em larga medida, mantém a dominação masculina. Essa é uma complexidade que precisa ser levada em consideração ao pensarmos a vida das mulheres no campo, evitando chegarmos a conclusões apressadas de que elas vivem apenas submetidas a uma situação de dominação. Ao contrário disto, em nossa pesquisa procuramos mostrar alguns elementos que compõem uma situação de permanente

⁹⁰ Vasilha para colocar água para os animais.

negociação, em que as mulheres resistem e acumulam força, criando alternativas que lhes favoreçam sustentar seu compromisso com a vida, a despeito das tantas adversidades enfrentadas.

Nos arranjos da economia camponesa, como mencionamos, as mulheres exercem papéis fundamentais tanto na esfera produtiva, como na esfera reprodutiva. A despeito de a mulher ocupar um lugar central nesse arranjo produtivo familiar, os homens continuam exercendo um controle dos recursos financeiros obtidos através das várias atividades (agropecuárias e comerciais) que envolvem todos os membros da família, com participação decisiva da mulher. Esse foi um relato constante nas falas das mulheres, das várias gerações entrevistadas, que viveram no “tempo do sítio”, no “tempo do lote” e no “tempo atual”. Muitas afirmam que os homens (pai e maridos) gastam o que foi adquirido com o trabalho familiar, sem considerar a participação das mulheres no processo produtivo. Ou seja, à mulher cabe produzir e ao homem além produzir, se apropriar e gerenciar os recursos advindos desta produção.

Acompanhamos, ao longo de nossa pesquisa, os vários momentos políticos e contextos históricos vivenciados pelas mulheres do Sertão do Cariri, através das políticas públicas estabelecidas em três tempos específicos: “o tempo do sítio”, o “tempo do lote” e o “tempo atual”. Essas políticas diziam respeito a elementos estruturantes da vida camponesa, tais como: acesso à terra, à irrigação, ao crédito e à assistência técnica; acesso à educação, à saúde e aos benefícios sociais. Pudemos observar como, em cada um desses três tempos, as mulheres estabeleceram posições diferenciadas, a despeito de sempre ocuparem um lugar decisivo no processo produtivo ao longo dessas nove décadas.

Pudemos também verificar como aconteceu o apoio estatal ao processo de desenvolvimento rural no Sertão do Cariri, através das políticas de acesso à terra, tomando como referência as condições de trabalho no “tempo do sítio” em comparação aos outros tempos delimitados nesta dissertação. O acesso aos recursos materiais, tecnológicos e financeiros disponíveis no “tempo do sítio” eram extremamente limitados. A busca por um lugar para morar e trabalhar é a marca desse “tempo”, quando a família foi obrigada a realizar vários deslocamentos até se instalar em uma terra doada pelo avô de D. Terezinha. O reduzido tamanho da terra de que dispunham para produção agrícola obrigava a família a se locomover para “botar roçados” em terras próximas ao lugar onde moravam. Os resultados dessa produção eram divididos em regime de terça ou de meia com os donos das terras. Não existia fácil acesso à água para o consumo humano e animal, muito menos para o uso nas áreas de produção agrícola, nessa região. Essas condições criavam uma situação de

dependência, ao tempo em que precarizavam o trabalho, em função do não acesso à terra suficiente e aos demais recursos necessários à produção (crédito, assistência técnica, entre outros).

O “tempo do sítio” é caracterizado, principalmente, pelo uso intensivo da mão de obra familiar e pelas práticas de reciprocidade estabelecidas entre as famílias, estratégia fundamental para sobreviver diante das múltiplas adversidades. Os ganhos obtidos nessa época eram destinados às despesas e investimentos da família, “era tudo para casa”, como falam as mulheres. O único rendimento apropriado pelas mulheres era adquirido com a colheita do algodão que destinavam à “compra da roupa e do calçado das festas”. O que funcionou bem nesse “tempo do sítio” foi a diversificação das atividades com roçados, produção de farinha, “trabalho alugado” das filhas para apanhar algodão em outros sítios, fabricação de carro de boi e se destaca a comercialização de vários produtos agrícolas e não agrícolas, intermediados a partir da bodega. Este conjunto de atividades gerou uma acumulação de recursos que permitiu construir a casa de morada em alvenaria. O espaço onde residiam, que era de taipa, foi destinado ao funcionamento da bodega.

No “tempo do lote”, o acesso a uma terra com infraestrutura para irrigação transforma radicalmente as condições de produção para as famílias contempladas pela política de irrigação, direcionada para o “combate às secas”, as quais foram implantadas com os perímetros do DNOCS. Nesse tempo, os colonos começam a ter acesso à assistência técnica e aos serviços de crédito subsidiado. As famílias dos perímetros irrigados passam a ser beneficiadas com instalações de moradia, de armazéns e currais na sede do lote. Além disso, têm acesso à energia elétrica e a água encanada que facilitam suas vidas no espaço da casa e da produção. O que podemos destacar com a explicitação desse processo é que, apesar da Extensão Rural estar implantada na Paraíba, desde os anos de 1950, essas famílias camponesas só começam a ter acesso a esses serviços públicos em meados da década de 1970. Esse período foi um tempo de intensiva produção, de significativos lucros, mas, paradoxalmente, as mulheres entrevistadas afirmam que não aconteceram mudanças significativas e melhorias em suas vidas no “tempo do lote”.

No “tempo atual”, com a falência do Perímetro, encerra-se a possibilidade da produção irrigada, sem que fossem criadas alternativas de continuidade do empreendimento das famílias irrigantes. O argumento utilizado para justificar o fim das possibilidades de irrigação foi a escassez de água; isto é bem coerente com a concepção de “combate às secas” que atribui às causas naturais a responsabilidade por fracassos que, na verdade, estão relacionados

a tratamentos indevidos e inadequados no andamento das políticas públicas de desenvolvimento rural para a região semiárida, no Brasil.

O fim da assistência técnica, do suporte creditício e do apoio à comercialização oferecidos pelo DNOCS no “tempo do lote” provoca o retrocesso às condições de precarização vivenciadas no “tempo do sítio”. Frente a esse quadro, o Estado se presentifica, não mais através das políticas de apoio à produção, mas, sim, por meio da Previdência Social com os Benefícios Previdenciários das aposentadorias rurais, por viuvez e invalidez. Mais recentemente, o Estado tem atuado com Benefícios de Prestação Continuada (BPC), Benefícios Eventuais e programas de transferência direta de renda que são concretizados por ações relativas aos programas que foram concebidos como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e que, a partir de 2003, foram agrupados e redefinidos como o Programa Bolsa Família; também há o Programa de Leite, entre outros. Nesse “tempo”, apesar das mulheres sofrerem com todas as adversidades provocadas pela falência dos lotes irrigados, há registros, através de nossas entrevistas, de que as mulheres no “tempo atual”, ampliaram as suas possibilidades de acesso aos recursos financeiros, por meio do recebimento de aposentadoria, da diversificação de suas atividades produtivas e do acesso aos benefícios sociais.

Com relação às políticas de educação e saúde, também identificamos algumas mudanças ocorridas nos diferentes “tempos” vivenciados pelas mulheres das quatro gerações estudadas. No “tempo do sítio”, o processo educacional era bastante precário; as salas eram multisseriadas, os estudantes não tinham acesso a material didático nem material escolar, não tinham merenda nem fardamento e, para concluir as quatro séries iniciais do ensino básico, precisavam percorrer longas distâncias a pé até a sede do município. Essa dificuldade foi relatada pelas mulheres da primeira e segunda geração que vivenciaram esse processo educacional no “tempo do sítio”. Durante o tempo em que viveram no sítio, o máximo que algumas dessas mulheres conseguiram foi concluir a quarta série do ensino fundamental (antigo ensino primário).

No “tempo do lote”, percebemos uma evolução do acesso à educação, na medida em que as escolas públicas passam a se localizar no próprio Perímetro Irrigado, facilitando, assim, o acesso das crianças ao processo educacional. Além disso, na sede do município, são oferecidas as séries seguintes. Nesse tempo, algumas mulheres mais velhas, da segunda geração, voltam aos estudos. Isso possibilitou a que uma delas tenha concluído, mais recentemente, o ensino superior.

Os efeitos das garantias de direitos à educação, postos pela Constituição de 1988, serão vivenciados principalmente pelas mulheres da quarta geração, que começam a estudar

no “tempo atual”. É nesse tempo que a educação passa a ser um direito universal, e o Estado passa a destinar mais recursos para a educação, incluindo transporte, melhoria do material didático, apoio para material escolar, fardamento, entre outros. Isso possibilitou que as mulheres da terceira e quarta geração, que vivem no “tempo atual”, estejam tendo possibilidade de uma melhor qualificação, e criando alternativas para diversificação de seus trabalhos. Hoje, estão inseridas no comércio, em salão de beleza, como cuidadoras etc., e não apenas no emprego doméstico. Consideramos que essas mudanças, vivenciadas pelas famílias rurais, foram favorecidas pelo acesso às políticas públicas educacionais que chegam ao mundo rural, de forma mais significativa, nos anos de 1990.

Vale lembrar que, no final da década de 2000, os municípios de Sumé e Monteiro se beneficiam com o processo de expansão e interiorização universitária, adotada pelos governos federal e estadual, onde foram instalados novos *campi* de universidades públicas. Essa é uma realidade que vem transformando a vida de muitos jovens do interior da Paraíba. Para ilustrar essa mudança, trazemos o caso de uma jovem da quarta geração da família de Dona Terezinha, que deixou de trabalhar como babá em Campina Grande, voltou a morar no lote e a estudar em Sumé com a perspectiva de cursar o ensino superior em uma dessas universidades públicas hoje existentes na própria região.

Em relação à saúde, as narrativas são semelhantes ao que foi dito quanto aos serviços públicos na esfera da educação. No “tempo do sítio”, as famílias não tinham qualquer acesso aos serviços de saúde; só recorriam a algum tratamento nos casos de urgência, e para conseguir atendimento precisavam se deslocar para outras cidades para se consultar com um farmacêutico em Monteiro ou em Sumé, ou, eventualmente obter atendimento médico. Com a chegada ao “tempo do lote”, a mediação realizada pelo DNOCS permitia mais fácil acesso aos serviços básicos de saúde disponíveis no Município de Sumé. Ao mesmo tempo, a melhoria dos ganhos financeiros com a produção agrícola no Perímetro permitia a compra dos medicamentos necessários aos tratamentos de saúde.

A prática de saúde preventiva só foi iniciada no “tempo atual”, nos anos de 1990, a partir dos direitos constitucionais de 1988, que permitiram a universalização dos serviços através da implantação do Serviço Único de Saúde (SUS) e, posteriormente, a implantação do Programa Saúde da Família (PSF). Com a disponibilidade do sistema de saúde pública, não há registros de óbito infantil para crianças nascidas na quarta geração e os casos de doenças crônicas, existentes na família, são acompanhados através da rede de assistência disponível pelos serviços públicos. Além disso, o acesso aos serviços de saúde criou na família uma prática de acompanhamento médico e odontológico, com idas periódicas aos postos de saúde,

desenvolvendo, assim, uma cultura preventiva de cuidados com a saúde e não apenas a procura de atendimento médico para tratamento de doenças graves, como no “tempo do sítio”. A presença de políticas públicas no Sertão do Cariri pode ser conferida pela redução de óbitos de crianças quando comparamos o “tempo do sítio”, o “tempo do lote” e o “tempo atual”, fator atribuído à assistência materno-infantil oferecida às famílias, e melhoria da escolaridade das mães, a partir da instalação no Perímetro Irrigado.

Cabe destacar entre as políticas públicas atuais, a relevância da Reforma Agrária que foi iniciada no Cariri, a partir do final dos anos de 1990, quando o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), mobilizaram trabalhadores sem terra para ocupar grandes fazendas improdutivas que eram emblemáticas como demonstração da força política do latifúndio na região. As desapropriações de terras realizadas afirmam a possibilidade de alterar o acesso à propriedade da terra, e isto tem um valor simbólico importante para o processo de transformação do poder local. Tanto a população rural, como os habitantes das sedes dos municípios e, particularmente, dirigentes do poder público vivenciam direta ou indiretamente os efeitos dessa política de Reforma Agrária, ainda timidamente experimentada no Sertão do Cariri.

As políticas públicas que só começam a ser implementadas, com efetividade, no país e nessa região, uma década após a promulgação da Constituição Federal de 1988, demonstram como, a despeito de estarmos vivendo a mais longa etapa de liberdade democrática no país, são insuficientes os avanços na concretização das propostas de mudanças nos rumos do desenvolvimento rural do semiárido; essa insuficiência deve-se, em larga medida, à manutenção de práticas tradicionais de fazer política marcadas pelo clientelismo, patrimonialismo, autoritarismo e paternalismo. Estas velhas práticas comprometem o avanço e o desenvolvimento de uma institucionalidade que permita a consolidação de projetos da sociedade e a implantação de políticas públicas que tragam benefícios reais à população, bloqueados pelo estágio de nossa institucionalidade.

Esses limites institucionais estão presentes desde o “tempo do lote”, quando o DNOCS agia de forma paternalista e não conseguia implementar uma política de irrigação adequada aos interesses e à realidade dos camponeses; mas também podemos constatar essas limitações no “tempo atual”, quando os colonos do Perímetro foram abandonados pelo DNOCS que reduz sua atuação ao levantamento de dados, segundo relato que transcrevemos de agricultor. Registramos que está em curso na região o debate sobre desenvolvimento territorial que, em grande medida, está voltado para as organizações e programas específicos referentes às atividades da agropecuária. Contudo, mesmo com o foco prioritário no setor agropecuário,

essa ação atual de construção do desenvolvimento rural ainda não inseriu, por exemplo, os remanescentes do Perímetro nas suas estratégias de intervenção, pensadas para o desenvolvimento da região.

Para assegurar uma nova institucionalidade, é fundamental que o Estado tenha capacidade de aglutinar os diversos setores no sentido da construção de um desenvolvimento que afirme a democracia e reforce as liberdades, sem perder de vista que é preciso superar o realce ao individualismo, ao tempo em que, faz-se necessário garantir os interesses sociais sem aniquilar as singularidades. Nessa complexa urdidura, notadamente, precisam ser consideradas as dimensões micro, meso e macro de funcionamento da sociedade no espaço rural.

As atividades direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar, da lógica de vida camponesa, da Reforma Agrária com a finalidade de ampliar os direitos da população do campo e construir o desenvolvimento local, exigem uma estratégia de fortalecimento institucional que seja capaz de aglutinar diversos setores locais em ações que visem à construção da sustentabilidade do desenvolvimento do espaço rural. As pessoas que desejam viver nessas localidades, em função dos vínculos que reforçam um sentimento de pertencimento ao mundo rural, constroem expectativas de obtenção de uma melhor qualidade de vida nesse espaço. São pessoas que precisam vislumbrar a possibilidade de se manter no mundo rural, em condições favoráveis ao desenvolvimento local, que pressupõem o acesso à terra, ao crédito, à Assistência Técnica e à Extensão Rural, bem como de investimento em outras atividades produtivas, para além do setor agropecuário, que permitam, assim, vivenciar o mundo rural de forma dinâmica, viabilizado “como um lugar de vida” e de “gente feliz”.

Em nossa pesquisa, observamos a importância de ter a garantia desse lugar rural. Nos dias atuais, a família de Dona Terezinha mantém os traços de um estilo camponês ao qual os seus diversos membros e agregados continuam vinculados, transitando entre o lote e a rua, cultivando o sentimento de pertencimento ao lote como o local de vida e de moradia. Importa realçarmos a posição aglutinadora de D. Terezinha nesses processos de deslocamentos e migrações (longas ou temporárias), vividos por essa família, e pelas mulheres, em suas trajetórias. Compreendemos a força da presença desta mulher no ordenamento da família, a despeito dos privilégios garantidos aos homens, ou mais especificamente, ao chefe da família, como averiguamos ao longo das narrativas das mulheres.

Assim, encerramos este trabalho com a grata sensação de que estivemos acompanhadas por mulheres sertanejas que participaram e participam decisivamente da produção da vida no Cariri paraibano, demonstrando suas forças e fragilidades, suas

possibilidades e limitações, seus desejos e utopias que fortalecem a perspectiva de gênero que adotamos em nossa dissertação. Valorizando essas mulheres simples, procuramos escapar do simplismo de algumas abordagens que não percebem as especificidades das mulheres rurais como sujeitos centrais na articulação entre a família, o trabalho e o patrimônio/unidade produtiva, constituindo uma lógica produtiva diferente do mundo urbano. As mulheres rurais entrelaçam cotidianamente o mundo da produção com o mundo da reprodução; participam direta e indiretamente dos processos que viabilizam a vida no espaço rural. Exercendo a função de agentes, essas mulheres nem sempre são reconhecidas nesses papéis que desempenham dando sustentação ao mundo rural; transitam entre o espaço público e o privado, exercendo atividades como mulher, mãe, agricultora, professora, comerciante, cuidadora e prestadoras de vários serviços no mundo rural.

No alto de seus 83 anos, D. Terezinha recorda os vários tempos de sua vida, “no sítio”, “no lote” e na atualidade, e afirma, despretensiosamente: “o mais importante é a alimentação dos meus filhos”. Essa sustentação garantida pela sua presença e participação na vida produtiva do mundo rural, que protagonizou por mais de oito décadas, dá suporte ao nosso argumento de que a mulher rural, ao cuidar da esfera da reprodução, está implicada em viabilizar o mundo da produção muitas vezes associado apenas à figura masculina. De forma às vezes invisível, participa do roçado, da bodega, da criação de animais, da cozinha, dos cuidados entre tantas outras atividades estruturantes da lógica e da vida camponesa.

Lidar com a perspectiva de reunir os temas do desenvolvimento, do feminismo, das mulheres camponesas e da sustentabilidade significou para nós nos colocarmos em uma convergência de utopias em direção às transformações sociais. Diante das adversidades vivenciadas pelos camponeses no Brasil e, particularmente, pelas mulheres rurais, o desejo de produzir uma sociedade diferente, com base na igualdade de acesso aos direitos, está ancorado no pressuposto de que isso só poderá ser possível em uma sociedade sustentável na qual, evidentemente, os projetos das gerações atuais estejam comprometidos com os legados das gerações passadas, e com a viabilização das gerações futuras, como pressupõe a perspectiva camponesa.

Gostaríamos de compartilhar o resultado desta pesquisa com todas as mulheres que contribuíram com as reflexões constantes em nossa dissertação. Particularmente, seria gratificante poder continuar nosso diálogo com aquela que iniciou essa família composta hegemonicamente por mulheres, Dona Terezinha. Lamentavelmente, no percurso de nosso trabalho, após termos o registro de vários momentos de diálogo com D. Terezinha, ela encontra-se em um silêncio que esperamos poder superar dando ressonância às suas palavras

e, principalmente, dando visibilidade a sua trajetória permeada por tantas resistências e sublimações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Um novo desenvolvimento rural sustentável com enfoque de gênero**. [199-]. Disponível em: <www.miriamabramovay.com/site/index.php>. Acesso em: 5 fev. 2010.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação**. In: CONGRESSO DA SOBER, 45. 2007, Londrina. Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos.htm>. Acesso em: 23 jan. 2010.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In:_____. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.17-56.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Desenvolvimento em processo mudanças incrementais nas estruturas sociais de uma região do semiárido brasileiro**. Programa Dinâmicas Territoriais Rurais, Rimisp. Chile, 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- AGUIAR, Neuma (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na américa latina: análises qualitativas**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ALBUQUERQUE, Else de Farias; MENEZES, Marilda. O Valor material e simbólico da renda renascença. **Estudos feministas**, Florianópolis. v.15, n. 2, p. 461-467, maio/ago. 2007. Disponível em: < <http://homolog.scielo.br/scielo.php> >. Acesso em: 10 fev.2010.
- ALVES, Fátima Paz. **Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia, 1.**⁹¹, 2010. Recife. No prelo

⁹¹ Apresentação na mesa redonda Estudos de gênero e agricultura familiar.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ARENDT, Hannah. O homem: animal social ou político. In: _____. **A Condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10/ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 31-88

ÁVILA, Maria Betânia. Divisão sexual do trabalho: desafio para a Agroecologia. In: SILVA, Carmen (Org.). **Encontros possíveis: feminismo e agroecologia**. Recife: SOS CORPO, 2007. p. 106-125.

ÁVILA, Maria Betânia. Divisão sexual do trabalho e emprego doméstico no Brasil. In: COSTA, Albertina et al (Orgs.). **Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS CORPO, 2010.p. 115-144.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, Maria Betânia et al (Org.). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS CORPO, 2001. p. 13-61.

BARATA, Rita Barradas. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BARROS, Vanessa; MIRANDA, Maria Aparecida de. **História de vida, experiência e engajamento militante**. Belo Horizonte, [s.n.], 2007. 39 p. Mimeografado

BARROS, Vanessa Andrade; SILVA, Lilian Rocha. A Pesquisa em história de vida. In: GOULART I. B. (Org.). **Psicologia organizacional e do trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 133-146

BATISTA, Francisco de Assis. **Movimentos sociais no campo: o caso do S.T.R. de São Sebastião do Umbuzeiro/PB (Trajetória política do dirigente Luis Silva)**. João Pessoa: Imprell, 1997.

BATISTA FILHO, Malaquias. **Sustentabilidade alimentar do semi-árido brasileiro**. Recife: IMIP, 2005.

BEZERRA, Elaine Maurício. “**Olê Mulher Rendeira, Olê Mulher Rendá**”: uma análise sobre o trabalho das rendeiras de renda renascença do Cariri Paraibano. 2007. 44 p. Monografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2004.

BRASIL. Lei nº12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a PNATER e o PRONATER. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 de janeiro de 2010. Disponível em: <www.in.gov.br/autenticidade.html>. Acesso em: 19 jun. 2010.

BRASIL, 2009 **Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Cariri**. Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Território do Cariri, 2009? Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio027.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis...Campinas:Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas)

BUARQUE, Cristina. Reflexões sobre o poder e as instituições sob a ótica do feminismo. In: **Perspectiva de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo, 2002. Obra coletiva

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos donos**: planejamento e clientelismo no nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos donos**: planejamento e clientelismo no nordeste. 3. ed. nv. ampl. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

BURSZTYN, Marcel e BURSZTYN, Maria Augusta A. Sustentabilidade, ação pública e meio rural no Brasil: uma contribuição ao debate. In: PIRAUX, Marc; CANIELLO, Marcio

(orgs.). Dossiê: território, sustentabilidade e ação pública. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, ns 1-2, jan. – dez./2009; v. 29, n.1, jan. – jun./2010.

BURSTYN, Marcel e PERSEGONA, Marcelo. **A Grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUTTO, Andrea. Mulheres na política de desenvolvimento do Brasil rural. In: DELGADO, Nelson Giordano (Coord.). **Brasil Rural em Debate**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. p. 214-230. (coletânea de artigos)

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Ater para mulheres: experiências recentes do governo federal. In: Casa da Mulher do Nordeste. **Assessoria técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica**. Recife, 2008. p. 131-160. (Cadernos Feministas de Economia & Política, n. 4)

CABANES, Roberto. Viagem a Montbéliard. Tradução de Paulo Neves, Revisão técnica de Vera Teles. **Tempo Social**. São Paulo, v. 18 n.1. , 2006.

CALLADO, Antonio. **Os Industriais da sêca e os “Galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1960

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão Rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2006.

CANIELLO, Márcio. **Relatório de Pesquisa de Campo: o “território” do Cariri Ocidental Paraibano**. Recife, 2001.

CANIELLO, Márcio. Quando a sustentabilidade falha: o caso do programa da caprinocultura no Cariri paraibano. In: WANDERLEY, M. N. (Org.) **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres, 2004. p. 103-117.

CARNEIRO, Maria José. **Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia, 1.**⁹², 2010. Recife. No prelo

CARNEIRO, Rubens Barbosa. **Coronelismo no Cariri da Paraíba: “O caso da Fazenda Feijão em Sumé”**. Campina Grande, Dezembro de 2004. Mimeografado.

⁹² Apresentação na mesa redonda Estudos de gênero e agricultura familiar.

CASTRO, Ramón Peña. A Política de Reflorestamento no Semi-árido Paraibano. **Raízes**, Campina Grande, v.3, n.4-5. Jan.1984/dez. 1985

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martire de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Interpretes: Fernanda Montenegro; Marília Pêra; Vinicius de Oliveira; Sônia Lira; Otan bastos; Matheus Nachtergaele e outros. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. [S. l.]: Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions, 1998. 1 DVD (106 min), son., color., 35mm.

CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO; CUNHÃ Coletivo Feminista. **As mulheres nos assentamentos da reforma agrária e nas comunidades de agricultura familiar no semi-árido do Cariri Paraibano**. Diagnóstico Sócio-Econômico. Monteiro, 2007.

CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO; CUNHÃ Coletivo Feminista. **Mulher, pobreza e teimosia. As Mulheres no Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-árido do Cariri Paraibano**. Diagnóstico Sócio-Econômico. João Pessoa, 2004.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Mulheres singulares e plurais: sofrimento e criatividade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, José Jonas Duarte da. Contradições no processo de modernização do semi-árido: da agricultura tradicional à pecuária irracional dependente. In: MOREIRA, Emília (Org). **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

CUNHA, Auri Donato da Costa da. **Relações de gênero na agricultura familiar: a produção frutícola no Projeto Irrigado de São Gonçalo – PB**. 1998. 282 f. Tese de Doutorado em ciência e tecnologia. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília. Mimeografado.

CUNHA, Maria Margareth Costa. Mulheres trabalhadoras rurais e de comunidades tradicionais: ontem e hoje. In: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (Org.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília, MDA; IICA, 2006.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos de 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, Nelson

Giordano (Coord.). **Brasil Rural em Debate**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. p. 214-230. (coletânea de artigos)

DEERE; Carmen Diana; LEÓN, Magdalene. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América latina**. Tradução Leticia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia terzinha gehering. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

D'OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares. **Projeto para formação com mulheres no Sertão da Paraíba: construção de si e de um lugar no desenvolvimento territorial do Cariri**. Recife/Turim: CIF/OIT, 2008a.

D'OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares. **Gênero e desenvolvimento local: Afetos (re)produzidos no sertão da Paraíba**. I Colóquio Internacional Atividades e Afetos. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, 2008b. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/atividadeseafetos/>>

D'OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares. **O Silêncio: produto e produtor de violência contra as mulheres no Sertão**. Fazendo Gênero 2008, UFSC, 2008c.

D'OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares. Mulheres no Sertão da Paraíba: construindo um lugar no desenvolvimento territorial do Cariri. In: BATISTA FILHO, Malaquias e MIGLIOLI, Tereza Cristina. **Viabilização do semiárido do Nordeste: um enfoque multidisciplinar**. Recife: LICEU, 2010.

D'OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares e CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Representações do Rural-Urbano na Vida das Mulheres do Sertão da Paraíba**. Anais do VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.

D'OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares, REYS, Dayse e LIMA, Irenilda de Souza. A Assistência técnica e extensão rural para o desenvolvimento territorial: da fundação “modernizadora” à abordagem de gênero no Sertão da Paraíba. In: Fazendo Gênero 9 Diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#M>>

DUARTE, Renato. **Um tipo singular de desemprego massivo e episódico: o caso dos flagelados das secas no semi-árido nordestino**, [200-?] Disponível em: <www.ea.ufrgs.br/.../trajetorias> Acesso em: 25 mar. 2011

DUQUÉ, Ghislaine. Estrutura Fundiária e Pequena Produção. (um estudo de caso no Cariri Paraibano). **Raízes**, Campina Grande, v.3, n.4-5. Jan.1984/dez. 1985

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda da luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea et al. (Org) **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. – São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FAVARETO, Arilson e ABRAMOVAY, Ricardo. **O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos noventa**. Serie Documentos de Trabajo. Rimisp, Santiago do Chile, 2009.

FAVARETO et al. **Desenvolvimento territorial em uma região do Semi-árido do Nordeste (Brasil)**: para além das transferências de renda. Programa Dinâmicas Territoriais Rurais, Rimisp. Chile, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. ver.ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Ranking de igualdade entre os sexos**, 2010.
Disponível em: < <http://noticias.br.msn.com/mundo/artigo-bbc.aspx?cp-documentid=25913498>> Acesso: 12 out. 2010.

FRASER, Nancy. **O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História**. In Dossiê: Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais. Mediações, Londrina, v.14 n.2, p.11-33, Jul/Dez.2009. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes>> Acesso em: 18 ago de 2010

FURTADO, Celso. Uma Política de desenvolvimento para o nordeste. In:_____. **O Nordeste e a saga da Sudene**: 1958-1964. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. (Arquivos Celso Furtado)

GAULEJAC, Vincent de. **Histórias de Vida e escolhas teóricas**. Tradução Vanessa Andrade Barros. Belo Horizonte: FAFICH, UFMG, 2006.

GAULEJAC, Vincent de; MARQUEZ, Susana Rodrigues e RUIZ, Elvia Taracena. Histórias de Vida. **Psicoanálisis y Sociología Clínica**. Univerdiad Autónoma de Querétano. Edicionesuaq. Primera edición digital em formato PDF. Querétano, México, 2006.

GOMES, Ramonildes Alves. **A Qualidade de vida das famílias no Perímetro Irrigado de São Gonçalo**: ética e racionalidade, 2005. 230 f. Tese de Doutorado em Sociologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Mimeografado.

GOUVEIA, Taciana. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares. In: ÁVILA, Maria Betânia et al (coord.). **Reflexões feministas para a transformação social**. Recife, SOS Corpo, Ano I, n.0. 2007. p.56-73.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia; GARCIA, Maria France e GARCIA Jr, Afrânio R. O lugar da Mulher em Unidades Domésticas Camponesas. In: AGUIAR, Neuma (coordenadora). **Mulheres na Força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HIRATA, Helena. A crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho. In: COSTA, Albertina et al (Orgs.). **Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS CORPO, 2010. p.17-32.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Sinopse do censo 2010**, 2011.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse_tab_uf_zip.shtm>

Acesso em: 7mai.2011.

IPEA; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; UNIFEM. **Retrato das desigualdades de gênero e de raça**. 3. ed. Brasília, 2008.

IPEA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. n. 58. Disponível em:<www.ipea.gov.br> Acesso em: 17.jul. 2010 Comunicados do IPEA.

JOFFILY, Irineu. **Gazeta do Sertão**, Campina Grande, 02 de nov. 1888a. Coluna “Expediente”, p.02. Disponível em: <<http://sonielsonsilva.sites.uol.com.br>>. Acesso em: 27 fev.2011

JOFFILY, Irineu. **Gazeta do Sertão**, Campina Grande, 09 de nov. 1888b. Coluna “Expediente”, p.02. <<http://sonielsonsilva.sites.uol.com.br>>. Acesso em: 27 fev.2011

KABEER, Naila. **Realidades trastocadas las jerarquías de gênero em el pensamiento del desarrollo**. Traducción: Isabel Vericat. México: Editorial Paidós Mexicana S.A., 1998.

KEHL, Maria Rita. Delicadeza. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutação**. Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: SESC, 2009. p. 453-459.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena et al (Orgs).

Dicionário crítico do feminismo. Tradução de: Dictionnaire critique du féminisme. 2e. éd. augm. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. Mulheres da CUT: uma história de organização e conquista. In: SILVA, Carmem; ÁVILA, Maria Betania; FERREIRA, Verônica (Orgs.).

Mulher e trabalho. Recife: SOS; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan; UPERJ; UCAM, 1999.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

MARCOLINO, José e GONZAGA, Luiz. **Matuto aperreado**. LP ô veio macho, Gravadora RCA, 1962.

MARCOLINO, José e GONZAGA, Luiz. Sertão de Aço. In: LP **Ô Veio macho**. Gravadora RCA, 1962.

MARCOLINO, José e GONZAGA, Luiz. Matuto aperreado. In: LP **Ô Veio macho**. Gravadora RCA, 1962.

MARIN, Maria Cristina de Melo. Migração Sem Urbanização (o caso da cidade paraibana de Serra Branca). **Raízes**, Campina Grande, v.3, n.4-5. Jan.1984/dez. 1985

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo, Hucitec, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MATTEI, Lauro. **Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 anos do CONDRAF**. 2ª ed. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.

MELO, Hildete Pereira de. Somadas, divididas, multiplicadas e... diminuídas. In: **As mulheres em movimento**. Equipe Projeto-Mulher do Instituto de Ação Cultural. Editora Marco Zero: Rio de Janeiro, [1982?].

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Trabalho feminino no meio rural: invisibilidade e luta pelo direito à terra. In: BUTTO, Andrea et al. (Org) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

MENDONÇA, José Ricardo Nunes. **Do oásis à miragem: uma análise da trajetória do perímetro irrigado de Sumé – PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste**. 2010. 126 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2010.

MDA. Conselho Nacional De Desenvolvimento Rural Sustentável. **Política de desenvolvimento do Brasil Rural**. Brasília, 2010. Disponível em: <www.mda.gov.br> Acesso em: 25 mar. 2011.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

NASCIMENTO, Maria da Penha. **Violência rural e reforma agrária: um relato de penha, dirigente do STR de Alagoa Grande**. João Pessoa: Colina da Primavera Editora, 1986.

NETO, Augusto Francisco da Silva. **Uso da terra e recursos hídricos na Bacia do Alto Rio Sucuru, com base em imagens TM/LANDSAT-5**. Paraíba, [199?]. Disponível em: <www.fca.unesp.br/pg/irriga/revista/3_2/irriga_3_2.html> Acesso em: 19 maio 2000.

NOBRE, Miriam. Gênero e agricultura familiar a partir de muitas vozes. In: SILIPRANDI, Emma, QUINTELA, Sandra e MENASCHE, Renata. (Orgs.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998. (Coleção Cadernos Sempre Viva)

NOVAES, Maria de Lourdes. O trabalho da mulher na agricultura familiar. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de et al (orgs). **Transformando a relação trabalho e cidadania: produção,**

reprodução e sexualidade. São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2007.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformação das desigualdades de gênero? narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do cariri paraibano.** 2007. 173 f. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:**Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos sociais.4. ed. Rio de Janeiro,1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução;** elegia para uma re(li)gião:Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos sociais. São Paulo: /Boitempo, 2008.

OIT. **Gênero e desenvolvimento: algumas reflexões e um glossário prático para facilitar o trabalho a nível local.** Centro Internacional de Formação. Programa Delnet de Apoio ao Desenvolvimento Local. Itália, 2002. Disponível em: < www.itcilo.it/delnet>. Acesso em: 10 Jul. 2008.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agroecologia: mudanças de concepção e prática. In: SILVA, Carmen (Org.). **Encontros possíveis: feminismo e agroecologia.** Recife: SOS CORPO, 2007. p. 126-139.

PARAYWA COLETIVO DE ASSESSORIA E DOCUMENTAÇÃO. **Projeto Rendas do Cariri:** formação, informação e mercado. João Pessoa, 2001. Mimeografado.

PAULILO, Maria Ignez. **Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo.** Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis, 2010. Disponível em: <www.npms.ufsc.br/arquivos/ANAISMSPD2010.pdf> Acesso em: 25 nov.2010

PAULILO, Maria Ignez. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. v.2: a diversidade das formas de lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 179-201. História social do campesinato brasileiro

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: BRUMER, Anita. PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). As Agricultoras do Sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan.-abr, 2004. p. 229-252.

PAULILO, Maria Inês. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, nº28, 1987. Disponível em: < <http://naf.ufsc.br/files/2010/09/opesodotrabalholeve.pdf> > Acesso em: 11 fev. 2011.

PEREIRA, Daniel Duarte. **Cariris Paraibanos: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária. Raízes da desertificação?** 2008. 330 f. Tese de Doutorado em Recursos Naturais. Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande.

PEREIRA, Daniel Duarte. Quando as políticas públicas auxiliam o processo de desertificação: o caso do Cariri Paraibano. In: MOREIRA, Emília (Org). **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

PNUD, Mulheres recebem menos do que homens. 2010. Disponível em: <www.pnud.org.br> Acesso em: 12 mar. 2010

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Ranking do IDH-M dos Municípios do Brasil 1991-2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/oque/index.php>> Acesso em: 21 ago. 2009.

PNUD. **Relatório para o desenvolvimento humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações: vias para o desenvolvimento humano**. 2010. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2010. Edição do 20º aniversário

PNUD. Relatório Anual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, 2007/2008. **Combater a mudança do clima: Solidariedade Humana em um mundo dividido**. Disponível em: < www.pnud.org.br >. Acesso em: 30 set. 2008.

PNUD. Relatório Anual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, 2009 **Ultrapassar Barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos**. Disponível em: < www.pnud.org.br >. Acesso em: 10 mai. 2010.

PORTELLA, Tarciana et al (Coord.). **Viúvas da seca**. Recife: Edições Rebento, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, Clifford Andrew et al (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2009. p. 57-72. História social do campesinato brasileiro

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. História, história oral e arquivos na visão de uma socióloga. In: MORAES, Marieta. **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorim; FINEP, 1994. p. 101-116.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de et al. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo, Vértice, 1988.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. (Terra mater)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Mulheres não são homens**. 2011. Disponível em: <www.agenciartamaior.com.br> Acesso em: 09 mar. 2011.

SCOTT, Joan, **Gênero: uma categoria útil para análises históricas**. Tradução Chistine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 3. ed. Recife: SOS CORPO, 1996.

SEBRAE - PB. Clipping Jornal Correio da Paraíba. **PIB do Cariri é o que mais cresce na Paraíba**. Seção Economia 03/08/2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA, Gerência Executiva de Vigilância em Saúde. **Relatório Morte Materna MIF 2006**. Disponível em: <www.paraiba.pb.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2008.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, ASPTA, 2009.v 6, p. 139-152, 2009. Disponível em: < www.agriculturas.leisa.info >. Acesso em: 19 abr.2010. Número Especial

SILIPRANDI, Emma. **Mulher e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291f. Tese de Doutorado em desenvolvimento sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília.

SILIPRANDI, Emma. Projetos de desenvolvimento e a valorização da agricultura familiar. In: SILIPRANDI, Emma, QUINTELA, Sandra e MENASCHE, Renata. (orgs.). **Gênero e Agricultura Familiar**. São Paulo: SOF, 1998. (Coleção Cadernos Sempreviva)

SILVA, Carmen e PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. cap. II. p. 127-144.

SILVA, Mauricéia de Souza; OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. A Perspectiva feminista e a agroecologia na assessoria técnica com as agricultoras da região do Cariri Paraibano. In: CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Assessoria técnica com mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica**. Recife, 2008. p. 61-73. Cadernos Feministas de Economia & Política, n. 4

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SILVA, Sonielson Juvino. **Das coisas que precederam ... Histórias da cidade de Sumé**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Coleção Agricultura e Sociedade

STROPAZOLAS, Valmir Luiz. O Valor (Do) Casamento na Agricultura Familiar. As Agricultoras do Sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan.-abr, 2004. p. 253-267.

TAVARES, Clotilde Santa Cruz. **Cariri de A a Z: as belezas do Cariri Paraibano...** João Pessoa: Engenho de Arte, 2008. Folheto de cordel

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; LOURENÇO, Fernando Antônio. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A Agricultura familiar: comparação internacional**. v. 2. Do mito à realidade. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. Cap. 6. p. 207-231.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro v.17, n.1. p. 60-85, 2009a.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso do Nordeste). In MARTINS, José de Souza (Coordenador). **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009c.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel et al. Relatório de pesquisa Juventude Rural: vida no campo e projetos para o futuro. 2006 [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mariacsdoliveira@gmail.com> em: 21 jul. 2009

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade⁹³. **Revista ALASRU**, Edo. de México, n. 5., p. 17-44, 2010.

WOORTMANN, Ellen. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

WOORTMANN, Ellen. **Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia**, 1. 94, 2010. Recife. No prelo

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se imagina**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

⁹³ Conferência magistral de abertura do VIII Congresso de ALASRU, em Porto de Galinhas, Brasil, no período de 15 a 19 de novembro de 2010.

⁹⁴ Apresentação na mesa redonda Estudos de gênero e agricultura familiar.

APÊNDICE**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

(POSMEEX)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa**Gênero e Desenvolvimento: trajetórias de quatro gerações de mulheres do Sertão da Paraíba****Pesquisadora Responsável: Maria do Carmo Soares D'Oliveira****Orientador: Professor Dr. Angelo Brás Fernandes Callou****Coorientadora: Professora Dra Maria de Nazareth Baudel Wanderley**

O presente projeto de pesquisa foi realizado pela pesquisadora Maria do Carmo Soares D'Oliveira do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEEX – e executado através de entrevistas individuais e em grupo gravadas por meio audiovisual; observações em torno das vivências no lote, na rua (Sumé), no Sítio do Melo e em outras localidades; além de discussões em pequenos grupos. As entrevistas foram realizadas com mulheres e outras pessoas de uma família camponesa, originárias da Região do Sertão do Cariri, no Estado da Paraíba. Algumas perguntas foram feitas para que pudessemos ter respostas mais diretas, e outras permitiram maior liberdade às/aos entrevistadas/os para dizerem o que desejassem. Essas entrevistas foram gravadas com a autorização das/os entrevistadas/os e realizadas em datas e horários convenientes para as/os participantes do estudo. Durante as observações das atividades no lote, na rua (Sumé), no Sítio e em Campina Grande, alguns dados foram anotados com a

permissão das/os participantes e elas/es poderão pedir que qualquer informação seja retirada.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
RG _____, autorizo a pesquisadora Maria do Carmo Soares D'Oliveira a incluir minha entrevista e imagem como elemento de análise e estudo.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Estou ciente da utilização dos conteúdos das entrevistas, assim como de imagens, além de ter escolhido que fosse citado o meu próprio nome. Como também afirmo ter recebido uma cópia deste termo.

Data: _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora : _____